

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLin)

JODALMARA OLIVEIRA ROCHA TEIXEIRA

**O CLÍTICO SE NO PORTUGUÊS POPULAR E CULTO DE VITÓRIA DA
CONQUISTA: UMA ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA E SOCIOFUNCIONALISTA**

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

2018

JODALMARA OLIVEIRA ROCHA TEIXEIRA

**O CLÍTICO SE NO PORTUGUÊS POPULAR E CULTO DE VITÓRIA DA
CONQUISTA: UMA ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA E SOCIOFUNCIONALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Análise e Descrição de Línguas Naturais

Orientador: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

2018

Teixeira, Jodalmar Oliveira Rocha.

T267e O clítico SE no português popular e culto de Vitória da Conquista: uma análise sociolinguística e sociofuncionalista./ Jodalmar Oliveira Rocha Teixeira, 2018. 143f.

Orientador(a): Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin, Vitória da Conquista, 2018.

1. Pronome SE – Língua Portuguesa. 2. Clítico SE – Funcionamento. 3. Sociolinguística. 4. SE – Apagamento/Realização. I. Silva, Jorge Augusto Alves da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. T. III.

CDD: 469.57

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The clitic *SE* in the Popular and Cult Portuguese of Vitória da Conquista: a sociolinguistic and sociofunctional analysis

Palavras-chave em inglês: Clitic SE. Realization / deletion of SE. Sociolinguistics. Sociofunctionalism.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (Presidente-orientador); Profa. Dra. Valéria Viana Sousa (UESB); Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo (UEFS)

Data da defesa: 30 de abril de 2018

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística

JODALMARA OLIVEIRA ROCHA TEIXEIRA

**O CLÍTICO *SE* NO PORTUGUÊS POPULAR E CULTO DE VITÓRIA DA
CONQUISTA: UMA ANÁLISE SOCIOLINGÜÍSTICA E SOCIOFUNCIONALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 30 de abril de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva
(Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: Jorge Augusto Alves da Silva

Profa. Dra. Valéria Viana Sousa
Instituição: UESB

Ass.: Valéria Viana Sousa

Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo
Instituição: UEFS

Ass.: Silvana Silva de F. Araújo

Ao meu pai, José Dalvo Rocha (Tavinho - presente em minha memória), de quem me lembro sempre com muito carinho e com muita saudade!

AGRADECIMENTOS

A minha mais profunda e eterna gratidão àqueles que me auxiliaram a tornar realidade o estudo que nas próximas páginas se expõe e que só foi possível pelas contribuições de várias pessoas a quem quero agradecer muito sinceramente.

Registro, de modo primeiro, a minha gratidão imensurável a **Deus** por me ser sempre propício, por ser responsável por minha vida, trajetória e conquistas, Por transformar em certeza o meu talvez, em coragem e força as minhas aflições e medos, sempre me fazendo crer que, no fim, tudo dá certo! Remeto, também, os meus humildes agradecimentos ao **Nosso Senhor Jesus Cristo** e à **Santíssima Virgem Maria**, pelas intercessões poderosas e por todas as bênçãos recebidas. O término desta dissertação é apenas uma pequena benção entre tantas, maiores e mais importantes, que já me foram concedidas.

À **Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)**, onde encontrei a oportunidade de iniciar a minha vida acadêmica. Desenvolver minha pesquisa na instituição que, desde a graduação, me acolheu e pela qual tenho um sentimento de pertencimento profundo tem um valor especial para mim.

Ao **Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin)**, pela oportunidade de realização da minha formação em nível de mestrado.

À **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, pelo apoio e financiamento das atividades do PPGLin da UESB.

Ao professor doutor **Jorge Augusto Alves da Silva**, pela dedicação e competência extraordinárias na orientação deste trabalho, por me auxiliar em todas as etapas do desenvolvimento desta pesquisa e pela agradável companhia em todos os nossos encontros. Agradeço imensamente a oportunidade de ser orientanda de um profissional de excelência, que me inspira e por quem tenho profunda admiração!

À professora doutora **Valéria Viana Sousa**, por nos encantar com o admirável exemplo de ser humano e profissional, extremamente cuidadosa e competente em tudo o que faz.

À professora doutora **Vera Pacheco**, pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação, e à professora doutora **Silvana Silva de Farias Araújo**, por ter aceitado o convite de fazer parte da Banca Examinadora e pelos comentários e sugestões para o aperfeiçoamento desta pesquisa.

Aos **professores** do Programa de Pós-Graduação em Linguística, pelo conhecimento compartilhado.

Aos **funcionários** do PPGLin pela atenção de sempre.

Aos meus pais, **Tavinho** (em memória) e **Mariana**, por todo o amor, carinho, cuidado e incentivo ao longo de minha vida. Sou muito grata e inspirada pelo exemplo de seres humanos que sempre me deram e por tudo o que me ensinaram. E aos meus irmãos, **Jaisa** e **Pablo**, pela alegria do companheirismo, colaboração e união que me acompanham e aquecem o meu coração.

Ao meu marido, **Nilson**, pela vida compartilhada, por me incentivar desde o início e me resgatar com o seu amor e lucidez do caos de ideias, conceitos e sentimentos perturbadores em que me vi muitas vezes.

A **Lara** e **Enzo**, meus filhos amados, por serem a parte mais bonita de mim, pela gratificante companhia e por trazerem à minha vida a alegria e a beleza de ser mãe!

Agradeço, ainda, a todos os professores que passaram por minha vida, apresentando a mim palavras de amizade, incentivo e motivação, e a quem devo muito do que vou aprender.

Às colegas orientandas do professor Jorge Augusto, **Elizane**, **Jane** e **Julinara**, pela amizade, pela troca de conhecimentos e pela união no enfrentamento dos nossos desafios. E por falar em desafios, os meus seriam insuperáveis sem a inestimável ajuda da colega de longa estrada, **Zane (Elizane)**, a quem devo desde o incentivo para o ingresso no Mestrado à conclusão do curso. Costumo dizer que Deus me ama muito por ter me presenteado com esse anjo. Meus eternos agradecimentos a Zane, mais do que amiga ou colega, uma verdadeira irmã!

Outro anjo que Deus colocou em minha vida é o amigo e colega de trabalho **Atemilton**, a quem não me canso de agradecer pela bondade, generosidade e solidariedade nas ajudas constantes. A ele, minha profunda gratidão por todas as contribuições que tem me dado desde que o conheci!

Expresso, agora, todo o meu carinho aos meus **amigos e colegas da turma de 2016 do Mestrado em Linguística**, pelo companheirismo nesta jornada acadêmica. A **todos aqueles que passaram pela minha vida**, cujos nomes foram mencionados ou omitidos, e que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa, registro minha gratidão sincera.

RESUMO

Neste estudo, objetivamos analisar e descrever o funcionamento do clítico SE em estruturas tradicionalmente classificadas como reflexivas, bem como a variação entre o emprego e a omissão desse clítico na fala de informantes do Português Popular e do Culto de Vitória da Conquista-BA, levando em consideração fatores linguísticos e extralinguísticos que estariam atuando na realização da variável. A hipótese geral lançada nesta pesquisa é a de que as variações semânticas nas funções do SE parecem atuar como indícios de trajetória de mudança, que fazem com que ele caminhe de uma função original de pronome reflexivo a uma categoria de afixo verbal, mediante processo de gramaticalização (cf. BYBEE *et al*, 1994; HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Isto posto, com base nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista e do Sociofuncionalismo, analisamos as 48 entrevistas extraídas de dois *corpora* orais, o *Corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista (*Corpus* PPVC) e o *Corpus* do Português Culto de Vitória da Conquista (*Corpus* PCVC), constituídos pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Sociofuncionalismo/CNPq – *Janus*, estratificadas quanto ao sexo, tempo de escolarização e faixa etária dos informantes. Os resultados obtidos evidenciaram a preferência dos conquistenses pelo uso do clítico, em detrimento de seu apagamento. Quanto ao condicionamento linguístico, o uso do SE mostrou-se sensível ao *tipo de clítico* e à *classe semântica do verbo*. Em relação ao condicionamento social, constatamos que a presença do SE é mais favorecida entre os informantes mais escolarizados e da faixa intermediária.

PALVRAS-CHAVE

Clítico SE. Realização/apagamento do SE. Sociofuncionalismo.

ABSTRACT

In this study, we aim to analyze and describe the functioning of the clitic *SE* in structures traditionally classified as reflexive, as well as the variation between the usage and the omission of this clitic in the speech of informants of the Popular and the Cult Portuguese from Vitória da Conquista-BA, considering linguistic and extralinguistic factors that would be acting in the realization of the variable. The general hypothesis raised in this research is that the semantic variations in *SE* functions seem to act as signs of change trajectory, which make it move from an original reflexive pronoun function to a verbal affix category through a grammaticalization process (cf. BYBEE et al., 1994; HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Based on the postulates of Labovian Variationist Sociolinguistics and Sociofunctionalism, we analyzed the 48 interviews extracted from the two oral *corpora*, the *Corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista (Corpus PPVC) and the *Corpus* do Português Culto de Vitória da Conquista (Corpus PPVC), constituted by the Grupo de Linguística Histórica e Sociofuncionalismo/CNPq - *Janus*, stratified in sex, length of schooling and age group of informants. The results evidenced the preference of the conquistenses for the usage of the clitic, to the detriment of its deletion. As for linguistic conditioning, the usage of *SE* was sensitive to the type of clitic and to the semantic class of the verb. Regarding social conditioning, we found that the presence *SE* is more favored among the more educated informants and in the second aged group.

KEYWORDS

Clitic *SE*. Realization /deletion of *SE*. Sociolinguistics. Sociofunctionalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Percursos de Gramaticalização do SE	38
Figura 2	<i>Cline</i> proposto por Hopper e Traugott	82
Figura 3	Ciclo de variação e mudança linguísticas	89
Figura 4	Localização da cidade de Vitória da Conquista no mapa da Bahia	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Paradigma dos pronomes pessoais com a entrada de <i>você/vocês</i> e <i>a gente</i>	53
Quadro 2	Pronomes pessoais e reflexivos após a entrada de <i>você/vocês</i> e <i>a gente</i>	54
Quadro 3	Exemplos de generalização da regra no uso do reflexivo em João Pessoa	56
Quadro 4	Informantes do Português Culto e Popular de Vitória da Conquista – BA	92
Quadro 5	Classes verbais semanticamente médias	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Presença [realização] e ausência [apagamento] do pronome SE em amostras do PPVC e PPCV– Vitória da Conquista – BA (percentuais)	123
Gráfico 2	Presença vs ausência do clítico conforme o tipo	128
Gráfico 3	Presença vs ausência do clítico conforme a classe semântica do verbo	130
Gráfico 4	Variável <i>Escolaridade</i> nos <i>corpora</i> PPVC e PCVC em dados percentuais	134
Gráfico 5	Realização do Pronome SE segundo a variável Faixa Etária	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Presença [realização] e a ausência [apagamento] do pronome SE em Vitória da Conquista	122
Tabela 2	Aplicação da regra com relação à variável <i>Tipos de SE</i>	126
Tabela 3	Aplicação da regra com relação ao GF <i>Traços semânticos do verbo</i>	129
Tabela 4	Variável <i>Escolaridade</i> nos corpora PPVC e PCVC em dados percentuais e peso relativo	133
Tabela 5	Variável <i>Faixa etária</i> nos corpora PPVC e PCVC em dados percentuais e peso relativo	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GF	Grupo de Fatores
SN	Sintagma Nominal
PB	Português Brasileiro
PE	Português Europeu
VALPB	Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba
Unicamp	Universidade de Campinas
PMVC	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
PPVC	Português Popular de Vitória da Conquista
PCVC	Português Culto de Vitória da Conquista

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. O PRONOME SE NA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	20
2.1 INEFICÁCIA DO ESQUEMA [SN ₁ + V + SN ₁] APLICADO AOS VERNÁCULOS BRASILEIROS.....	20
2.2 A NATUREZA PECULIAR DO SE.....	23
2.2.1 Pronominalidade.....	23
2.2.2 Cliticidade.....	25
2.3 O SE NO TEMPO.....	27
2.3.1 O SE: um pouco de etimologia.....	28
2.3.2 Do Latim ao Português Arcaico.....	30
2.3.3 Do Português Arcaico ao Português Contemporâneo.....	33
2.3.4 O SE nas Gramáticas Tradicionais.....	39
2.3.5 O SE nas Pesquisas Linguísticas.....	42
2.3.5.1 D'Albuquerque: a perda dos clíticos em um dialeto mineiro.....	43
2.3.5.2 Nunes (1995): apagamento do clítico SE no português falado em São Paulo/SP.....	46
2.3.5.3 Rocha (1999): clíticos reflexivos na cidade de Ouro Preto.....	48
2.3.5.4 Camacho (2003): defesa da categoria de voz média no português	51
2.3.5.5 Freitag (2003): gramaticalização do pronome reflexivo 'se' na fala de Florianópolis.....	53
2.3.5.6 Mello (2009): clítico SE em João Pessoa na interface Sociolinguística/Gramaticalização.....	54
2.4 NOSSA PROPOSTA CLASSIFICATÓRIA.....	57
2.4.1 SE reflexivo.....	59
2.4.2 SE recíproco.....	59
2.4.3 SE ergativo.....	60
2.4.4 SE apassivador.....	61
2.4.5 SE indeterminador.....	63
2.4.6 SE inerente.....	66
2.4.7 SE expletivo.....	67
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	69
3.1 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA.....	69
2.1.2 Variação e Mudança.....	72

2.1.2.1	<i>Questões gerais para o estudo da mudança linguística</i>	74
3.2	O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO.....	77
2.2.1	O processo de gramaticalização	81
3.3	A INTERFACE TEÓRICA: O SOCIOFUNCIONALISMO.....	88
4.	MÉTODO	91
4.1	PERFIL SÓCIO-HISTÓRICO DA COMUNIDADE DE FALA DE VITÓRIA DA CONQUISTA – LOCUS DA PESQUISA.....	93
4.2	CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA.....	96
4.3	CODIFICAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS/TRATAMENTO DOS DADOS.....	100
4.4	ENVELOPE DE VARIAÇÃO.....	101
4.4.1	Variável Dependente	101
4.4.2	Variáveis Independentes	102
4.4.2.1	<i>Variáveis Linguísticas</i>	102
4.4.2.1.1	Tipos de SE.....	103
4.4.2.1.2	Classe semântica do verbo.....	105
4.4.2.1.3	Transitividade do verbo.....	109
4.4.2.1.4	Função sintática do SE.....	109
4.4.2.1.5	Colocação do pronome na cláusula.....	110
4.4.2.1.6	Papel temático do sujeito.....	112
4.4.2.1.7	Animacidade do sujeito.....	112
4.4.2.1.8	Pessoa do sujeito.....	113
4.4.2.2	<i>Variáveis Sociais</i>	114
4.4.2.2.1	Escolaridade.....	115
4.4.2.2.2	Faixa Etária.....	115
4.4.2.2.3	Sexo.....	116
5.	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	118
5.1	RODADA GERAL.....	118
5.2	RESULTADOS OBTIDOS DOS CORPORA OBSERVADOS EM RELAÇÃO À VARIÁVEL DEPENDENTE.....	121
5.3	RESULTADO DAS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS.....	126
5.3.1	Tipos de SE	126
5.3.2	Classe semântica do verbo	129
5.4	RESULTADO DAS VARIÁVEIS SOCIAIS.....	133
5.4.1	Escolaridade	133

5.4.2	Faixa Etária.....	135
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
	REFERÊNCIAS.....	139

1 INTRODUÇÃO

Os clíticos, em geral, têm sido foco de inúmeras investigações linguísticas nos últimos anos, em especial o SE, tendo em vista as diferentes funções (indicar reflexividade ou reciprocidade, apassivar, expressar espontaneidade ou envolvimento do sujeito, detematizar a posição do sujeito, indeterminar etc.) que o item vem assumindo ao longo do tempo, desde sua origem latina, exclusivamente reflexiva. Não obstante as mudanças sofridas pelo pronome clítico SE em sua trajetória na história da Língua Portuguesa, as gramáticas normativas/tradicionais, indiferentes a esse processo, e inspiradas no modelo de gramática do latim clássico, continuam a tratar as construções com SE com o mesmo conservadorismo e ortodoxia com que a tradição gramatical brasileira sempre abordou o tema.

Tradicionalmente integrado ao paradigma dos pronomes pessoais reflexivos (cf. CUNHA, 1986; CUNHA e CINTRA, 2001; ROCHA LIMA, 2003; BECHARA, 2004), o pronome clítico SE tem ganhando destaque no cenário linguístico. Em Língua Portuguesa, é fato sublinhado por autores como Monteiro (1994), Ilari *et al.* (2002) e Castilho (2016), por exemplo, que as estruturas formadas pelo pronome clítico SE apresentam uma série de possibilidades de análise, dentre as quais a reflexividade se enquadra. Conforme Oliveira (2006), o SE reflexivo no Português Brasileiro contemporâneo apresenta o seguinte comportamento: (i) pode ser suprimido; (ii) pode ser neutralizado na forma da 3ª pessoa; (iii) pode ser inserido num contexto onde não é esperado ou (iv) pode ser duplicado. Segundo a autora, o apagamento do SE parece ser uma característica do falar mineiro, a neutralização é um fenômeno que ocorre em todo o país e a inserção, bem como a duplicação do SE é um fenômeno nordestino.

Instigados por essas peculiaridades, é nosso objetivo, nesta pesquisa, analisar e descrever o funcionamento do clítico SE em estruturas tradicionalmente classificadas como reflexivas, bem como a variação entre o emprego e a omissão desse clítico na fala de informantes do Português Popular e do Culto de Vitória da Conquista-BA, levando em consideração fatores linguísticos (estruturais) e extralinguísticos (sociais) que estariam atuando na realização da variável.

A hipótese geral lançada nesta pesquisa é a de que as variações semânticas nas funções do SE parecem atuar como indícios de trajetória de mudança, que fazem com que ele caminhe de uma função original de **pronome reflexivo** a uma categoria de **afixo verbal**, mediante processo de **gramaticalização** (cf. BYBEE *et al.*, 1994; HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Partindo desse pressuposto, com base nos postulados teórico-metodológicos da

Sociolinguística Variacionista e do Sociofuncionalismo, analisamos as 48 entrevistas extraídas dos dois *corpora* orais, o *Corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista (*Corpus* PPVC) e o *Corpus* do Português Culto de Vitória da Conquista (*Corpus* PCVC), constituídos pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Sociofuncionalismo/CNPq – *Janus*, estratificadas quanto ao sexo, tempo de escolarização e faixa etária dos informantes.

Isto posto, no ensejo de cumprirmos os nossos propósitos, organizamos esta dissertação em cinco seções. Na presente seção, tecemos as considerações iniciais e apresentamos a hipótese geral e o objetivo principal da pesquisa. Na seção 2, intitulada *O Pronome SE na História da Língua Portuguesa*, delimitamos o nosso objeto de estudo, particularizando-o e abordando noções relacionadas ao estatuto categorial do SE. Ainda nessa seção, com base em Martins de Aguiar (1946), Maurer Jr. (1951), Said Ali (1966), Naro (1976), Nunes (1991, 1995) e Vitral (2002, 2005, 2006), traçamos o percurso diacrônico da forma, desde o Português Arcaico ao Português Contemporâneo. Em seguida, apresentamos o nosso objeto de estudo na perspectiva das gramáticas tradicionais e das pesquisas linguísticas. Encerramos a seção com a nossa proposta de classificação do SE, com base na taxionomia empregada por Souza (2017).

Na terceira seção, denominada *Fundamentação Teórica*, dedicamo-nos à exposição do quadro teórico que orienta o presente estudo. Para tanto, abordamos as principais ideias discutidas no âmbito da **Sociolinguística** e do **Funcionalismo Norte-Americano voltado à Gramaticalização**. Em seguida, apresentamos a maneira pela qual pensamos ser possível harmonizar as duas teorias para analisar um objeto de estudo, trazendo para as nossas discussões a proposta de diálogo entre os princípios da Sociolinguística Variacionista e do Funcionalismo Norte-Americano – o **Sociofuncionalismo**.

Na seção *Método* (quarta seção), apontamos os **materiais e métodos** da nossa pesquisa. Nessa seção, apresentamos o perfil sócio-histórico da comunidade linguística investigada e os procedimentos de constituição da amostra e tratamento dos dados, além de descrevermos os *corpora* analisados. Dando prosseguimento, apresentamos as variáveis controladas no presente estudo, juntamente com outras hipóteses mais específicas, relativamente a cada variável descrita.

A última seção, denominada *Análise dos Dados*, é destinada à análise e discussão dos resultados obtidos das rodadas no *GoldVarb X*. Primeiramente, apresentamos os resultados da variável dependente, seguidos dos resultados das variáveis linguísticas e extralinguísticas. E, por fim, nas *considerações finais*, retomamos alguns dos resultados obtidos na pesquisa, com o intuito de comprovar que, a partir dos dados analisados no vernáculo conquistense, é

possível inferir que o pronome clítico SE está passando por um processo de gramaticalização na língua.

2 O PRONOME SE NA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Fenômenos relacionados aos clíticos, grosso modo, são um assunto que já fez render longas discussões nos estudos linguísticos; no entanto, as peculiaridades dessas “desafiadoras partículas” levam-nos a algumas reflexões, às quais nos propomos a fazer aditamentos sem, todavia, a pretensão de esgotar o tema, “*messis multa*”¹. Destarte, iniciamos a nossa incursão na história do clítico SE na Língua Portuguesa, sublinhando a ineficácia do esquema [SN₁+ V + SN₁] aplicado aos vernáculos brasileiros, conforme demonstramos na subseção a seguir.

2.1 INEFICÁCIA DO ESQUEMA [SN₁+ V + SN₁] APLICADO AOS VERNÁCULOS BRASILEIROS

Tradicionalmente integrado ao paradigma dos pronomes pessoais reflexivos (CUNHA, 1986), o pronome clítico SE é um item² cujo estudo tem-se pautado por importantes e calorosos debates, relacionados tanto com a diversidade de estruturas em que ocorre, quanto com a definição do seu estatuto. Monteiro (1994), Ilari e coautores, (2002) bem como Castilho (2016) afirmam que as estruturas formadas pelo pronome clítico SE apresentam uma série de possibilidades de análise, dentre as quais se enquadra a reflexividade.

Oliveira (2006) assim resume o comportamento do reflexivo SE no Português do Brasil:

(01) Eu **Ø** conformei com a decisão dele. → *Supressão*. Tal realidade, segundo a pesquisadora, parece ser uma das características do falar mineiro;

(02) Eu **se** conformei com a decisão dele. → *Neutralização*. Tal situação dá-se, segundo Oliveira (2006), em todo o território nacional, sem localização específica, o que poderia se configurar numa característica pambrasileira.

(03) Ele **se** ressuscitou. → *Inserção*.

¹ Palavras do Evangelho de S. Lucas, (X, 2) usadas pelos Gramáticos Modistas para se escusarem de suas limitações em discutir um dado assunto: “grande é a messe”.

² Para nos desviarmos de uma delongada explicação acerca das diferenças entre “palavra”, “termo” e “vocábulo”, usamos genericamente a expressão “item linguístico” para nos reportarmos metalinguisticamente ao estudo do pronome reflexivo SE, o qual será grafado em caixa alta em emprego metalinguístico.

(04) Ele **se** conformou-**se** com a decisão dele. → *Duplicação*. Oliveira (2006) conjectura que tanto a duplicação quanto o redobro sejam características do falar “nordestino”.

Pelo exposto, vemos claramente que Oliveira (2006) faz um mapeamento das possibilidades de realização do SE, considerando para tanto o critério geográfico, peculiar aos estudos dialetológicos.

A Tradição Gramatical, ao tratar da questão do SE, no âmbito de seu papel normatizador e classificador, rejeita as construções (1), (2) e (3), tratando-as como “vícios de linguagem”. Nesse mesmo diapasão, a Tradição vacila ao tentar “encaixar” o SE dentro de sua lógica e na nomenclatura que lhe é usual, denominando-o ora de “pronome apassivador”, “índice de indeterminação do sujeito” e “pronome reflexivo”. Em decorrência disso, imprecisões conceituais e confusões terminológicas nos causam, ademais, certas dúvidas quanto, por exemplo, à diferença entre os SE *parte integrante do verbo*, *verbo essencialmente pronominal*, *verbo acidentalmente pronominal*, *elemento fossilizado* – conceitos que aparecem nas gramáticas tradicionais para explicar a função reflexiva do pronome SE.

As gramáticas de cunho normativo-tradicionais (cujo modelo de gramática é a do latim clássico³) e os manuais de Língua Portuguesa caracterizam o fenômeno da reflexividade, basicamente, como a “inversão da transitividade da ação verbal”. Desse modo, a ação expressa pelo verbo não passa para outra pessoa ($A \rightarrow B$), mas se reverte à pessoa do próprio sujeito ($A \rightarrow A$), que é agente e alvo dessa ação ao mesmo tempo. Esquematizando, uma construção reflexiva seria assim representada: $[SN_1 + V + SN_1]$ ⁴. A classificação e a categorização estariam de imediato resolvidas se tal fórmula pudesse ser aplicada às diversidades de uso, o que, na realidade da língua, felizmente, não se realiza.

Estendendo nosso olhar aos outros pronomes reflexivos, podemos observar que os reflexivos *me*, *te*, *nos*, *vos* podem funcionar como complementos de um verbo transitivo,

³ Na visão de Mattos e Silva (1989), posição que também assumimos, a Gramática Tradicional se pauta, principalmente, nos estudos de Platão (V-IV a.C.), de Dionísio da Trácia (II a.C.), de Varrão (I a.C.), Quintiliano (I d.C.), de Donato (IV d.C.) e de Prisciano (V d.C.), porque estes eram os escritores que serviriam de modelo para a construção de regras que constituiriam a variedade de maior prestígio social. Tal orientação, conforme a autora, determina que os modelos de reflexão sobre a Língua Portuguesa sejam os latinos, posto que fornecidos pelo que ela chama de Tradição Gramatical.

⁴ O índice “1” expressa a correferencialidade entre sujeito e objeto.

correferenciais⁵ ao sujeito da oração, mas podem também ser complementos de um verbo transitivo, sem apresentar o traço de correferencialidade. Vejamos os exemplos⁶:

(05) Naquele dia, eu me arrumei com esmero [SN₁+ V + SN₁].

(06) Naquele dia, Maria me arrumou com esmero [SN₁+ V + SN₂].

No quadro pronominal, no entanto, a forma de terceira pessoa funciona, exclusivamente, como pronome reflexivo, de modo que toda vez que tal forma aparece como o complemento de um verbo transitivo será, necessariamente, correferente ao sujeito da oração:

(07) Naquele dia, Maria se arrumou com esmero [SN₁+ V + SN₁].

Seria tudo muito simples, caso o esquema [SN₁+ V + SN₁] pudesse ser empregado em qualquer construção de Língua Portuguesa que pretendesse expressar reflexividade. Contudo, a tentativa de uniformizar os fenômenos da língua, arranjando-os em esquemas ou fórmulas únicas, fracassa, ao menos em parte, visto que, nessa representação, a classificação deixaria de abarcar outros tantos usos comuns aos nossos vernáculos (Culto e Popular). Para ilustrarmos o que ora afirmamos, consideremos as seguintes construções por nós elaboradas a título de exemplificação:

(08) O tio dele se suicidou.

(09) Eles se abraçaram.

(10) As folhas se agitam.

(11) A estrada se estende.

(12) A menina se pintou toda.

(13) Dona Alzira se aborrece com facilidade.

(14) Você tem que se levantar cedo amanhã.

Se tomarmos como base os postulados das gramáticas tradicionais, poderíamos dizer que todas elas seguiriam o esquema: [SN₁ + V + SN₁]; todavia, um olhar verticalizado para esses casos faria suspeitar que a fórmula, em tais contextos, pode não ser aplicada com tanto

⁵ O termo não consta no PVOLP, mas aparece o registro “correferir” (HOUAISS, 2010, p.845).

⁶ Os exemplos em (05) a (07) são, também, de nossa autoria.

êxito, uma vez que o fenômeno da reflexividade é muito mais complexo do que sugere a Tradição Gramatical e, longe de ser simplificado através de fórmulas, engloba vários tipos de SE. Como vimos até essa parte de nossa discussão, devemos questionar a aplicação do conceito de reflexibilidade aos casos assim denominados pela Tradição Gramatical. Nessa mesma linha, temos que buscar uma classificação mais segura para os casos em que o SE aparece e não foram “reconhecidos” como legítimos pela Tradição, mas são usuais nos vernáculos do Português do Brasil.

2.2 A NATUREZA PECULIAR DO SE

Como esclarecemos na **Introdução** desta dissertação, é nosso objetivo descrever o uso variável do pronome clítico SE nas estruturas tradicionalmente classificadas como reflexivas, nos vernáculos (Culto e Popular) de Vitória da Conquista, procurando, desse modo, contribuir para a ampliação dos conhecimentos sobre a História da Língua Portuguesa do Brasil. Optamos, por epistemologia, adotar a Teoria da Variação para, dentro de nossas forças, descortinar os usos do SE sob o prisma dos *corpora* em análise. No entanto, as dificuldades concernentes ao tratamento dessa questão decorrem, sobretudo, da ausência de consenso quanto ao estatuto e à natureza do SE, que, em função das opções teórico-metodológicas subjacentes às várias análises sugeridas, tem recebido diferentes designações (pronome, clítico, partícula, índice, símbolo, afixo) e, simultaneamente, diferentes propostas de descrição (reflexivo, recíproco, passivo, indeterminado, inerente, expletivo, ergativo, médio, oblíquo). Para tanto, reconhecemos que mesmo em nosso estudo, não há de se sanar a questão, nem pacificar a terminologia empregada. O que nos propomos a fazer é uma reflexão analítica dentro do escopo teórico pelo qual observamos o fenômeno.

Nas próximas subseções, exploramos duas perspectivas complementares de descrição do SE que reúnem algum consenso: uma, de caráter mais tradicional, que assume essa unidade como pronome pessoal reflexivo; outra, mais recente, que inclui esse item no conjunto dos clíticos.

2.2.1 Pronominalidade

Em relação ao estudo da Língua Portuguesa, é possível encontrar reflexões sobre o SE em trabalhos de análise gramatical bastante recuados no tempo, como, por exemplo, na *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de João de Barros (1540), ou em várias gramáticas, de reconhecido mérito, que foram sendo publicadas nos séculos posteriores, sobretudo no século XIX. Nesses trabalhos (BARBOZA, 1830; REIS, 1868; DIAS, 1881; entre outros), o SE é analisado como um item multifuncional, presente em estruturas de diferentes tipos. Tal polivalência do SE é destacada, por exemplo, por Dias (1881, p. 110-111), ao relatar a ocorrência do pronome em construções (i) reflexivas, (ii) recíprocas, (iii) passivas e (iv) impessoais. Nesses trabalhos, o SE é, por regra, entendido como um pronome reflexivo. De base tradicional, essa linha de análise permanece presente até os nossos dias, com forte influência em trabalhos de ampla divulgação e de contínuo seguimento em contextos pedagógicos, como são as gramáticas de Bechara (1966) ou Cunha (1986).

Sobre a natureza desse pronome em português, Bechara (1966, p.313) diz-nos que “[...] a função inicial e própria do pronome se é, como em latim, a de reflexivo, isto é, faz refletir sobre o sujeito a ação que ele mesmo praticou. Ex.: O homem cortou-se. Indica, pois, ao mesmo tempo, atividade e passividade”. Dessa forma, sempre que o pronome SE recuperar o sujeito gramatical, agente do processo verbal e, ao mesmo tempo, indicar que o sujeito é também paciente, o SE é reflexivo e o contexto, nesse caso, de reflexividade.

Em Cunha (1986), o SE é apresentado como um pronome reflexivo, ocorrendo “[...] quando o objeto direto ou indireto representa a mesma pessoa ou a mesma coisa que o sujeito do verbo [...]”, ou como um pronome recíproco, indicando “que a ação é mútua entre dois ou mais indivíduos.” (CUNHA, 1986, p.282-283).

Tomando o estatuto pronominal do SE como ponto de partida, tanto Dias (1881) quanto Cunha (1986) propõem uma breve descrição dos valores e dos empregos do pronome, explicando que o SE pode ser empregado como:

- (i) objeto direto (emprego mais comum); (ii) objeto indireto; (iii) sujeito de um infinitivo; (iv) pronome apassivador; (v) símbolo de indeterminação do sujeito (junto à 3.^a pessoa do singular de verbos intransitivos, ou de transitivos tomados intransitivamente); (vi) palavra expletiva (para realçar, com verbos intransitivos, a espontaneidade de uma atitude ou de um movimento do sujeito) e (vii) parte integrante de certos verbos que geralmente exprimem sentimento, ou mudança de estado (CUNHA, 1986, p.303-304).

Nas gramáticas tradicionais, ainda que em algumas delas se identifiquem os principais usos do SE, não se fornece uma caracterização ampla do item, cujas propriedades fonológicas, morfológicas e sintático-semânticas, imprescindíveis à análise dos fenômenos relacionados ao pronome clítico, continuam majoritariamente por explorar.

Ao lado das abordagens tradicionais, no entanto, começaram a surgir nas últimas décadas do século XX, vários trabalhos dedicados à análise do comportamento do SE no âmbito das reflexões sobre os clíticos e, mais precisamente, sobre clíticos especiais. Na próxima subseção, tecemos breve caracterização desse “comportamento”, concentrando-nos, particularmente, na análise do SE enquanto clítico especial.

2.2.2 Cliticidade

Os clíticos, de um modo geral, têm sido foco de inúmeras investigações linguísticas nos últimos anos. Alvo constante desse interesse, a caracterização do SE assumiu particular importância a partir da segunda metade do século XX, momento em que se conferiu relevo ao estudo dos clíticos, para cuja análise muito contribuíram os trabalhos pioneiros de Kayne (1975) e de Zwicky (1977).

Qual é a proposta de Kayne (1975) e Zwicky (1977)? O que eles propõem é a delimitação, análise e descrição de um conjunto de palavras que não são capazes de ocorrer isoladas, e que, por isso, buscam apoio em palavras hospedeiras. No que diz respeito à Língua Portuguesa, incluem-se no conjunto dos clíticos os artigos, as preposições e os pronomes pessoais átonos (BRITO, DUARTE e MATOS, 2003[1983]). Tradicionalmente integrado a estes últimos, assume-se o SE como um dos clíticos do PB (Português do Brasil).

Partindo de Zwicky (1977), Brito, Duarte e Matos (2003[1983], p.828-830) apresentam a distinção entre clíticos especiais e clíticos simples. Segundo as autoras, as diferenças entre esses dois tipos de clítico se devem a dois fatos: (i) os pronomes clíticos dependem do acento de uma classe de palavras específica, o verbo, ao contrário dos clíticos simples que se cliticizam a qualquer palavra que lhes segue de imediato, e (ii) os artigos, preposições e conjunções sempre precedem as palavras que os acolhem, enquanto os pronomes não têm uma posição fixa relativamente ao verbo, podendo precedê-lo (próclise), segui-lo (ênclise) ou ocorrer em seu interior (mesóclise).

Pereira (2006, p.1), em sua tese de doutoramento intitulada *Os pronomes clíticos do PB (Português do Brasil) contemporâneo na perspectiva teórica da Morfologia Distribuída*, refere-se aos clíticos pronominais como

Objetos estruturalmente simples [...] que existem nas línguas naturais. Estes pequenos objetos deleitam e infernizam os linguistas que se aventuram a encará-los. No universo das línguas românicas, tanto o deleite quanto o inferno decorrem de três propriedades fundamentais por eles apresentadas [...]:

- (i) Pronomes clíticos são fonologicamente deficientes e, por isso, são obrigatoriamente adjungidos a um hospedeiro.
- (ii) O hospedeiro do clítico pronominal tem que ser necessariamente verbal.
- (iii) Os pronomes clíticos em geral não apresentam ordem fixa em relação aos seus hospedeiros. (PEREIRA, 2006, p.1),

No que respeita à cliticização⁷ pronominal (PEREIRA, 2006), o Português apresenta particularidades que o destacam de outras línguas românicas. Maior destaque ainda apresenta o Português do Brasil (doravante PB), quando comparado ao Português Europeu⁸ (doravante PE). Ao menos dois aspectos visíveis estão diretamente relacionados a estas particularidades: (1) o número reduzido de itens clíticos na gramática nuclear do PB (Português do Brasil) contemporâneo⁹ e (2) a generalização da próclise em qualquer ambiente de realização clítica.

A autora ressalta que estas são algumas das propriedades levantadas em Kayne (1975), ponto de partida para a análise sintática dos pronomes clíticos nas línguas românicas. A partir de então, sobretudo dentro dos pressupostos teóricos do Gerativismo, a propriedade (iii) vem sendo amplamente investigada nas línguas naturais, inclusive no Português do Brasil. Naqueles estudos, predomina a abordagem da sintaxe dos clíticos em uma perspectiva diacrônica. Entretanto, uma abordagem unicamente sintática não consegue dar conta da complexidade inerente ao fenômeno da cliticização pronominal. Em décadas de investigação, muitos autores sublinham que esse fenômeno é um tema que deve ser analisado levando-se

⁷ “A ausência de acento de palavra faz com que o clítico dependa necessariamente de uma palavra adjacente acentuada. A esta palavra à qual o clítico se liga chama-se **palavra hospedeira** ou, simplesmente, **hospedeiro** do clítico. Ao processo de ligação do clítico ao seu hospedeiro, chama-se **cliticização**” (MARTINS, 2013, p.2231).

⁸ Embora a comparação entre o PB e o PE ou outras línguas românicas não faça parte do escopo deste trabalho, consideramos pertinente ressaltar esse particular que diferencia as duas variedades da Língua Portuguesa em questão, relativamente ao comportamento dos clíticos, uma vez que reforça a natureza típica de tais elementos, adquirindo contornos mais peculiares ainda no contexto do PB (PORTUGUÊS DO BRASIL).

⁹ Conforme explica Pereira (2006), a gramática nuclear, nos termos de Chomsky (1986), é uma noção intrinsecamente relacionada ao conceito de língua interna. Corresponde ao estágio de língua-I de um adulto, ou seja, é um momento relativamente estável da faculdade da linguagem. Resulta do processo de parametrização da GU (Gramática Universal) em uma língua específica. A GU, por sua vez, corresponde ao estado inicial da faculdade da linguagem. Quanto à gramática nuclear do PB (PORTUGUÊS DO BRASIL) contemporâneo, esta conta, segundo a autora, com poucas formas clíticas, precisamente com quatro delas: os clíticos *me*, *te*, *se* e *lhe*.

em conta os aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos (e também os semânticos, na medida do possível) dos pronomes clíticos, conforme sugere Pagotto (1992, p.1):

Os clíticos pronominais são daqueles atores em que as três faces são difíceis de dissociar. Ao espectador não pode escapar nenhum detalhe de nenhuma das três, porque neles as três máscaras estão de tal forma imbricadas que qualquer deslize significa deixar de lado um ponto importante da carpintaria do espetáculo. (PAGOTTO, 1992, p.1):

De fato, na análise e descrição dos clíticos, comumente concebidos como unidades cujo estatuto categorial e cujo comportamento não são de fácil deslinde, discutem-se, via de regra, questões relacionadas com as suas propriedades prosódicas, morfológicas e sintático-semânticas. Por isso, nosso estudo sobre o clítico SE sustenta-se, necessariamente, numa reflexão pautada nas interfaces da gramática, o que nos coloca, imperativamente, diante de algumas questões polêmicas que, ao longo dos tempos, têm circundado a análise dos clíticos. Uma delas, e que tem sido amplamente discutida, mas até hoje em aberto, é a divergência quanto à classe gramatical dos clíticos, uma vez que são encontrados estudos que os aproximam das propriedades de um afixo e outros que se contrapõem a esse parâmetro. Vieira (2002), por exemplo, sinaliza que os pronomes clíticos possuem natureza sintática de palavras e aspectos fonológicos de afixos. De tais questões tratamos, em justa medida, no decorrer das nossas reflexões sobre os tipos de SE.

Na subseção a seguir, para melhor compreendermos o comportamento do SE no PB atual, passamos a apresentar a trajetória do pronome na história da Língua Portuguesa.

2.3 O SE NO TEMPO

Neste estudo, conjecturamos que os diversos usos do pronome clítico SE ao longo do tempo podem ser descritos mediante um processo de variação e mudança via gramaticalização. Esse processo pode ser evidenciado tanto diacronicamente, com o pronome adquirindo novos valores sintáticos e semânticos em sua trajetória, quanto sincronicamente, quando vários usos da forma convivem em um mesmo período.

A compreensão dos caminhos trilhados pelo pronome clítico SE ao longo da história da Língua Portuguesa pressupõe a necessidade de uma investigação que contemple as funções adquiridas por esse item no decorrer do tempo. Isto posto, no ensejo de apresentarmos os aspectos históricos da passagem do pronome SE, do Latim, para o Português, subdividimos

esta seção em quatro partes. Na primeira, traçamos um breve percurso diacrônico do SE. Para tanto, lançamos mão de obras filológicas e lexicográficas que registram a origem e evolução do pronome, do Latim ao Português Arcaico¹⁰ e, com base nos estudos linguísticos de Naro (1976), Nunes (1990, 1991) e Vitral (2002, 2006), percorremos os caminhos do SE, do Português Arcaico ao Português Contemporâneo. Em seguida, apresentamos o nosso fenômeno de estudo na perspectiva da Gramática Tradicional. Na terceira parte, apresentamos e tecemos considerações sobre outros estudos que também se ocuparam do pronome clítico SE no PB. Finalizando a seção, apresentamos, na quarta parte, os tipos de SE considerados em nossa pesquisa.

Passemos, pois, aos primeiros passos do SE em sua trajetória rumo ao PB.

2.3.1 O SE: um pouco de etimologia

No intuito de trilharmos os caminhos do SE ao longo de sua história na Língua Portuguesa, a etimologia parece-nos um bom ponto de partida. Nesse primeiro passo, apresentamos as informações sobre a gênese do pronome, constante em dicionários. Princípios, assim, as nossas considerações pelos registros de José Pedro Machado (1997) e Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar (2009), que dão o Século XIII como data das primeiras manifestações do pronome SE no Português. Vejamos:

se¹, pron. Do lat. *sē*, cujo *e* se abreviou devido ao uso proclítico da palavra de que faz parte. Séc XIII: “... aquesta terra, hu est a melhor/ De quantos son, e de cuio loor/ no sse pode, per dizer, acabar”, D. Dinis no C.B.N. (MACHADO, 1997, p.167)

se¹ *pron.p.* (sXIII) 1 da terceira pessoa do sing., caso oblíquo, átono, para os dois gêneros, us.: 1.1 como complemento de verbo trans. direto, podendo expressar reflexividade ou reciprocidade <feriu-se> <agrediram-se> 1.2 como complemento de verbo pron. trans. indireto ou bitransitivo <deu-se ao trabalho de ler o artigo> 1.2.1 em verbos pronominais que exprimem esp. sentimento ou mudança de estado (arrepender-se, atrever-se, indignar-se,

¹⁰ Uma síntese da periodização da Língua Portuguesa é apontada por Rosa Virgínia Mattos e Silva (1991, 2006), segundo a qual o tempo anterior ao Português Arcaico é denominado de *período pré-literário*, podendo este ser subdividido em *pré-histórico* (antes do Séc. IX) — quando ainda não são identificados nos documentos remanescentes, escritos em latim, traços do futuro *galego-português* — e *proto-histórico* (do Séc. IX ao XI), quando já é possível detectar esses traços no latim tabelionesco escrito. O Período Arcaico, por seu turno, assenta-se na porção de tempo que recobre desde fins do século XII até meados do século XVI.

queixar-se, derreter-se etc.) 1.3 como partícula apassivadora <alugam-se quartos> 1.4 como índice de indeterminação do sujeito <vive-se bem> 1.5 como palavra expletiva (para realçar nos verbos intransitivos movimento ou atitude do sujeito) <foi-se embora, chorando> / ETIM. lat. *se*, ac. do pron. reflexivo de 3ª p. *sui, sibi, se* [...]. (HOUAISS; VILLAR, 2009, p.1.717)

Embora sob perspectivas diferentes, ambas as descrições apontam para a mesma direção: o SE aparece ainda na fase do galego-português¹¹, o que nos dá testemunho de que a forma tenha vindo diretamente da base latina nas origens da Língua Portuguesa. Igualmente, a etimologia dada também deixa claros os antecedentes do pronome, quais sejam, as formas latinas *se*, *sui*, *sibi*, das quais o SE provém. Segundo Nunes (1975, p. 241), esse “pronome reflexo” tinha duas formas idênticas no Latim, *se*, para o acusativo e ablativo, *sui* para o genitivo e *sibi* para o dativo. Como o ablativo e o genitivo foram substituídos pelo acusativo, conforme explica o autor, aquelas três formas reduziram-se à átona SE e à tônica SI.

Conclui-se, portanto, tal qual assinala Romanelli (1975, p.169), que o clítico SE é originário do pronome reflexivo latino *SE*, acusativo (e ablativo). Esse, por sua vez, segundo informa o filólogo, vincula-se à raiz indo-européia *SE- que significa “à parte, separado, para si”.

Dado esse primeiro passo rumo às origens do SE, passamos a tratar dos aspectos históricos concernentes ao percurso diacrônico do pronome.

2.3.2 Do Latim ao Português Arcaico

Sublinhamos o trabalho do filólogo Martins de Aguiar (1942), *Notas e Estudos de Português*, como um dos pioneiros no empreendimento de traçar o percurso diacrônico do pronome SE, ou sua “evolução”, conforme o autor retrata esse percurso. O filólogo delineia, então, cinco estágios que caracterizariam essa “evolução”. Vejamos a seguir.

¹¹ Referimo-nos ao *galego-português* como a língua falada no noroeste da Península Ibérica a partir do Séc. IX, ancorando-nos em diversos autores (MATTOS E SILVA, 1998; 2006; COELHO, 2004; MATEUS, 1986) que defendem a existência de um estágio incipiente em que o galego e o português configuravam-se uma unidade linguística diacrônica, manifestavam-se como uma mesma língua. Essa unidade, refletida na modalidade oral desde o séc. IX e, na modalidade escrita, desde o séc. XII, mantém-se firme até a primeira metade do Séc. XIV. A partir de então, (MATTOS E SILVA, 2006; COELHO, 2004) começam a surgir distinções que culminam numa individualização do português frente ao galego, motivada por razões linguísticas e sócio-históricas.

Na proposta de Martins de Aguiar (1946), o primeiro estágio aponta para o surgimento do pronome SE no latim, com o uso primeiro de *reflexivo*, como em *O homem cortou-se*. Segundo o autor, as construções reflexivas envolvem tanto uma leitura ativa, quanto passiva e, como esta última parece “impressionar” mais o falante, o SE avança dessa “impressão” para o estágio 2 de seu processo “evolutivo” - a passiva. O segundo estágio corresponde, pois ao da fixação da forma passiva, já que essa leitura “impressiona” mais do que a ativa, ela se firma a partir das construções reflexivas, como em *fritam-se os ovos* (*os ovos são fritos* ou *os ovos se fritam*, mas não *os ovos se fritam a si mesmos*).

A indefinição do agente em frases como *comem-se os bolos*, leva o SE a ser interpretado como elemento de indeterminação do sujeito/agente, chegando-se assim, ao estágio 3 da “evolução do pronome, momento em que a forma passa a adquirir a função de indeterminador do sujeito/agente. Os estágios subsequentes (4 e 5) correspondem, respectivamente, à expansão desse novo uso com verbos intransitivos (estágio 4) *Trabalha-se muito aqui*, e transitivos (estágio 5) *Vende-se casas no condomínio*. Resumindo, a proposta de Martins de Aguiar (1942) segue a linha de uma evolução que parte de um momento em que a única leitura é a reflexiva, até chegar a uma etapa em que o SE é maciçamente interpretado como indeterminado, passando por um momento intermediário em que o sentido dominante da forma é o passivo.

Postas de lado as naturais restrições metodológicas da proposta de Martins de Aguiar (1942), dado que não era intuito do autor a observância de outros aspectos da “evolução” do pronome SE, ressaltamos a importância das contribuições do filólogo para uma incipiente discussão a respeito do percurso diacrônico do SE. De nossa parte, esse é um fato do qual não se pode obliterar, por sua relevância, na literatura sobre o assunto.

Nesse mesmo ensejo, trazemos à baila uma análise mais ampla, fornecida por Maurer Jr. (1951). Compartilhando a mesma ideia de evolução citada por Martins de Aguiar (1942), o autor defende que, inicialmente,

[...] uma forma de valor médio ou reflexivo serve para exprimir uma ação que se concentra no sujeito ou sobre o sujeito. Pouco a pouco, vem a designar uma ação sofrida pelo sujeito, e com a omissão deste principalmente, uma ação geral, realizada por um Agente pessoal indeterminado. (MAURER JR., 1951, p. 70)

Em *A Propósito da Evolução Semântica do Pronome se em português*, o filólogo romanista apresenta uma descrição histórica do pronome SE, permeada por uma discussão a respeito dos problemas teóricos suscitados na classificação da forma.

De acordo com Maurer Jr. (1951), no período do Latim Vulgar, o uso do SE era bastante restrito. Sobre essa questão, o autor afirma que:

O português, como, em geral, as demais línguas românicas, apresenta diversas aplicações notáveis do pronome reflexivo, sobretudo na forma *se* da 3ª pessoa, em contraste interessante com o uso limitado que esse pronome admitia em latim. (MAURER JR., 1951, p.79)

Na proposta do filólogo, somente a partir do período medieval é que surgiram as inovações no uso do pronome, a partir da forma latina reflexiva *SE*. Segundo postula, são três as inovações identificadas no uso do SE nessa fase:

a) **Estilístico**: uso do SE com verbos intransitivos, realçando a espontaneidade da ação, em praticamente todas as línguas românicas, como atestam os exemplos dos verbos portugueses *ir-se* e *sair-se*, em romeno, italiano, francês antigo e espanhol, respectivamente: *a se veni*, *a se sui*; *andarsi*, *fuggirsi*; *soi venir*, *soi fuir*; *irse*, *venirse*.

b) **Passivo**: emprego do pronome somente na terceira pessoa para a expressão da voz passiva, como na frase latina “*mela rotunda... todo anno servare se possunt*”. Esse emprego é mais restrito nas línguas românicas, visto que só se emprega, preferencialmente, quando o sujeito é inanimado, como: *Vendem-se as casas* (português); *Se escriben las cartas* (espanhol); *Dopo che l’adunanza si fu sciolta* (italiano). No entanto, apenas o português e o espanhol apresentam a possibilidade de sujeito pessoal: *Louvam-se os grandes homens* (português).

c) **Indeterminado**: emprego do SE adjungido a verbos intransitivos para a expressão de um agente exterior indefinido. Esse tipo de construção não é comum apenas em português, como em *Vive-se bem aqui*, mas também o é no romeno, no espanhol e no italiano, conforme os exemplos a seguir: *Se sta bine aici* (romeno); *Si sta bene qui* (italiano); *Se vive bien en esta ciudad* (espanhol).

Quanto à origem dessas três construções, Maurer Jr. (1951) propõe que o Indo-Europeu, porquanto não apresentava voz passiva propriamente dita, tenha desenvolvido, a partir da voz ativa, a expressão de noções passivas por meio de um sistema de afixos.

Em sua análise diacrônica, Maurer Jr. (1951) inova ao propor que o SE passe a ser considerado um morfema que indetermina a sentença. Segundo o autor, o desenvolvimento desse afixo de indeterminação teria sido motivado pelo esvaziamento do sentido passivo, ocasionando tanto construções passivas com verbos intransitivos, como *sai-se*, em português, quanto construções indeterminadas com objeto nulo, como em *Bebe-se muito aqui*.

Crítico arguto da doutrina da passiva sintética ou pronominal, Said Ali (1966 [1908]) dedica um capítulo inteiro de *Dificuldades da Língua Portuguesa* ao pronome SE, evidenciando, logo nas primeiras linhas, a natureza de tão merecido espaço destinado ao pronome em sua obra. Principia, pois, o capítulo intitulado *O pronome “se”* com o seguinte comentário: “Eis um problema interessante cuja explicação por longo tempo se andou buscando em um histórico não menos problemático”. (SAID ALI, 1966[1908], p. 87).

A polêmica envolvendo a postulação ou a negação da passiva de SE é identificada nas primeiras gramáticas produzidas no Brasil (RIBEIRO, 1913[1881], RIBEIRO, 1907[1888], MACIEL, 1922), época em que aparecem, simultaneamente, os estudos filológicos interessados na explicação da formação diacrônica da construção. Nesse intuito, Said Ali (1966 [1908]) assim descreve a trajetória do pronome SE:

[...] a princípio a forma reflexiva (ou média) coexistiu com a ativa, enquanto a passiva não se conhecia ainda. Ações praticadas por seres humanos não podiam ser enunciadas sem a indicação de um Agente. Quando, porém, o Agente era desconhecido ou não se convinha mencioná-lo, a linguagem servia-se deste expediente: personalizava o objeto se era ente inanimado, e fingia-o a praticar a ação sobre si mesmo (...) dizia-se simplesmente: *tal mercadoria vende-se a si própria*. Pouco a pouco, porém, a mera forma reflexiva em casos deste gênero começou a sugerir a idéia de um Agente humano indeterminado. (SAID ALI, 1966 [1908], p. 94)

No tocante aos aspectos semânticos do SE em seu percurso, o filólogo assim se posiciona:

[...] importa-nos apenas discriminar os sentidos diferentes que, à semelhança do medial sintético de outrora, indica o nosso verbo conjugado com o reflexivo ou medial analítico. Consideremos o pronome *se* nestes exemplos: *Pedro matou-se* (sentido reflexivo); *eles odeiam-se* (ação recíproca); *o homem foi-se* (significação mais enérgica do que em *ele foi*); e, finalmente, *anda-se, compra-se, vai-se* (fórmulas destinadas a calar o nome do agente). (SAID ALI, 1966 [1908], p. 89)

Dos excertos selecionados, depreende-se que a diacronia proposta por Said Ali (1966 [1908]) para o SE não se alinha às de Maurer Jr (1951) e Martins de Aguiar (1946). Segundo aquele autor, “[...] Forma com o pronome *se* é cousa diferente de forma passiva”, opinião para a qual dá como justificativa o argumento de que “A idéia do apassivamento por meio desse pronome é, além disso, uma interpretação contra a qual protesta a prática de todos os dias: as duas formas [passiva perifrástica e a dita passiva pronominal] não se substituem a bel-prazer”.

E sentencia: “Hipótese sem valor morfológico não pode figurar como postulado” (SAID ALI, 1966 [1908], p. 91).

Convém ressaltarmos que os trabalhos de orientação diacrônica trazem uma descrição bastante satisfatória do percurso do pronome SE, de sua origem latina até o português, ainda que prescindam de uma explicitação dos fatores que possibilitaram essa mudança. Os estudos conduzidos nesse intento apresentam dados mais consistentes sobre a trajetória de mudança do SE, conforme apresentamos na subseção seguinte.

2.3.3 Do Português Arcaico ao Português Contemporâneo

O interesse pelas construções com SE em Português tem rendido um bom número de estudos, sobretudo de âmbito sintático, conduzidos no domínio das investigações linguísticas. Entre tais estudos, destacamos os clássicos trabalhos de Naro (1976) e Nunes (1991, 1995), nos quais os pesquisadores também se preocuparam em oferecer um tratamento diacrônico à questão do SE, desta vez, concentrando-se na trajetória dessas construções, do Português Arcaico ao Português Contemporâneo. Em seus estudos, os referidos linguistas procuraram não só descrever o processo de mudança sofrido pelo SE, mas também apontar tendências diferentes entre as trajetórias do PE e do PB, demonstrando, assim, que as duas variedades do Português diferem quanto ao assunto.

Desenvolvido dentro do quadro teórico da Gramática Gerativa Transformacional, o estudo de Naro (1976) configura-se um marco na abordagem diacrônica do pronome SE na Língua Portuguesa. Em *The Genesis of the reflexive impersonal in portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon*, Naro (1976) identifica três funções do SE no Português. A primeira delas é empregada na terceira pessoa não-nominativa, correferente ao sujeito sintático. É o que ele chama de *emprego reflexivo*, como em *O pai vestiu-se*. A segunda função do pronome é a formação da voz passiva. Nesse caso, segundo o autor, o SE é denominado *se-passivo* e figura em construções nas quais há concordância do verbo com o seu argumento interno, como em *Alugam-se casas*. Por fim, o terceiro emprego da forma é o de *se-impessoal*, com verbos intransitivos e transitivos, como em *Vive-se bem em Sabará* e *Vende-se estes carros*.

Naro (1976) mostra que, a partir do século XVI, surgem as sentenças com o *se-impessoal*, ao lado das sentenças já existentes com o *se-passivo*¹². Referindo-se à gênese dessas construções, afirma que:

A cronologia não deixa dúvidas: o *se-passivo*, com concordância e sintagma agentivo, precede em alguns séculos o *se-impessoal*, sem concordância ou sintagma agentivo. (NARO, 1976, p.788, tradução nossa¹³).
[...] podemos concluir que a construção sem concordância passou a ter uma aceitação generalizada entre a metade do século XV e a metade do século XVI. (NARO, 1976, p.798, tradução nossa¹⁴).

Por conseguinte, as construções com *se apassivador* precedem historicamente as construções em que o clítico assume uma função de indeterminação do sujeito. No caso específico do *se apassivador*, que subcategoriza um sintagma preposicionado, Naro (1976) acredita ter realmente existido uma passiva sintética em português e que esse tipo de construção compunha os usos linguísticos daquela época. Nas palavras do autor:

No período clássico, o *se-passivo* podia selecionar sintagmas agentivos introduzidos por **de** ou **per**. Neste ponto, ao menos, a construção se assemelhava à perífrase clássica com o uso do verbo *ser*; e estudiosos tradicionais assumem, de fato, que ela era realmente passiva, no sentido usual – isto é, o objeto da estrutura profunda era o sujeito da estrutura de superfície, e o sujeito da estrutura profunda era o agente da estrutura de superfície. No que diz respeito ao início do período clássico, acredito que esta suposição é basicamente correta, e corresponde à realidade linguística observada nos textos. (NARO, 1973 p. 796, tradução nossa¹⁵).

¹² Nesta pesquisa, estamos chamando o *se-passivo* e o *se-impessoal* de *SE apassivador* e *SE indeterminador*, respectivamente.

¹³ “There can be no doubt about the historical chronology: the *se-passive*, with agreement and agent phrase, precedes the *se-impersonal*, without agreement or agent phrase, by several centuries”. (NARO, 1976, p.788)

¹⁴ “[...] we can conclude that the non agreeing construction gained general acceptance sometime between the mid-15th century and the mid-16th century”. (NARO, 1976, p.798)

¹⁵ “The *se-passive* could take both **de** and **per**-agents in the classical period. In this respect, at least, the construction paralleled the classical periphrastic *ser-passive*; and traditional scholars have in fact assumed that it was a true passive in the usual sense – i. e., that the underlying object was surface subject and the underlying subject was surface agent. As far as the early classic period is concerned, I believe that this assumption is basically correct, and corresponds to the linguistic reality recorded in the texts. 11 Os exemplos de 5 a 8 são do épico camoniano, ao passo que o exemplo 9 encontra-se em João de Barros. Todos foram colhidos apud Lobo (1939). Os grifos nos sintagmas agentivos são nossos. 12 O substantivo *foca*, segundo a lição do Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI, significa “indivíduo inexperiente em qualquer coisa”. (NARO, 1973 p. 796)

Para Naro (1976), as construções com *se-impessoal* teriam surgido a partir de um processo de reanálise de sentenças em que o acordo do verbo, no plural, com o argumento interno deixou de ser feito. Haveria, portanto, uma relação direta entre a presença/ausência do sintagma agentivo e a interpretação semântica do clítico SE.

Com base em Naro (1976), Nunes (1990, 1991) apresenta uma substancial contribuição para a compreensão do percurso diacrônico do pronome clítico SE. Levando em consideração os problemas suscitados no desenvolvimento histórico da forma, Nunes (1990) se propõe a descrever a trajetória do SE na Língua Portuguesa, examinando estruturas nas quais controla a posição do argumento interno e a concordância desse argumento com o verbo.

A análise dos dados extraídos de *corpora* diacrônico e sincrônico (textos do Período Arcaico e Moderno, entrevistas e reportagens) levou Nunes (1990, 1991) a ratificar o que Naro (1976) já havia apontado: o *se-passivo* precede o *se-impessoal*, cujo emprego mostra-se relativamente recente no Português. De acordo com o pesquisador, a ocorrência de construções com *se indeterminador* é atestada, pelo menos, desde o século XVII, mantendo o percentual de uso até o século XVIII, momento em que o *se-impessoal* parece tornar-se a construção preferencial. Quanto à relação entre a ocorrência de *se indeterminador* e a posição do argumento interno, Nunes (1990, 1991) constatou que a frequência do argumento interno posposto em sentenças com SE aumenta, progressivamente, do século XVII até o século XX, atingindo um maior percentual na passagem do século XVIII para o século XIX. Esses resultados evidenciaram, assim, que o aumento do padrão de frequência de construções com *se indeterminador* ocorreu quase que simultaneamente ao aumento do padrão de frequência de argumento interno posposto, sugerindo, dessa forma, uma possível correlação entre a posição do argumento interno e o modo como os falantes interpretam as sentenças com SE.

Essas constatações levam Nunes (1990, 1991) a atribuir o surgimento do *se indeterminador* ao processo de reanálise sintática sofrido pelas construções com *se apassivador*. O pesquisador sugere, então, que essa reanálise possa ter incidido sobre três elementos específicos da construção: (i) o clítico - que teria passado de elemento identificador da leitura passiva a participante da relação anafórica pronominal que se estabelece com a categoria vazia na posição de sujeito; (ii) o argumento interno - que deixa de ser interpretado como sujeito e passa a ser interpretado como objeto do verbo; (iii) a categoria vazia na posição de sujeito, reanalisado como um pronome nulo referencial – que é indeterminado pelo clítico SE. Assim sendo, a reanálise do *se-passivo* favorece a ampliação do contexto de uso do

clítico. Inicialmente adjungido a verbos intransitivos, o SE passa a ocorrer, também, com verbos transitivos, na seguinte ordem:

- a) Verbos transitivos usados intransitivamente: *Come-se muito no inverno*;
- b) Verbos intransitivos: *Trabalha-se muito neste lugar*;
- c) Verbos transitivos preposicionados: *Precisa-se de empregados*;
- d) Verbos de ligação: *É-se feliz quando é jovem*;
- e) Verbos ergativos: *Chegou-se tarde a reunião*;
- f) Verbos em construções passivas perifrásticas: *Aqui se é visto por todos*. (NUNES, 1991, p. 44)

O estágio seguinte no percurso de mudança do SE é, conforme aponta Nunes (1990, 1991), o apagamento do *SE indeterminador* em construções como *Nos nossos dias não usa mais saia*, exemplo que cita de Galves (1987, p. 37). O autor relaciona esse fenômeno ao fato de o PE e o PB diferirem na identificação do pronome nulo de terceira pessoa do singular em sentenças finitas. Enquanto que a variedade europeia apresenta referência determinada, a brasileira, ao contrário, apresenta referência indeterminada.

Nunes (1990, 1991) conclui que o PB deu prosseguimento à expansão iniciada com o surgimento do *SE indeterminador*, ao passo que o PE foi menos sensível à forma inovadora, ressaltando que o auge do processo de afastamento do PB em relação ao PE se dá no século XIX, momento em que a variedade brasileira começa a dar preferência ao *SE indeterminador*. Essa mudança, articulada a outros rearranjos do sistema, conforme o pesquisador, deu espaço a outras duas mudanças: o apagamento do SE em contextos finitos e sua inserção em contextos infinitos.

Vital (2002, 2006) propõe que o percurso diacrônico do pronome reflexivo SE seja tratado como um caso de gramaticalização. Em Vital (2002), pautando-se em Naro (1976) e Nunes (1990), assinala que o SE, a partir da construção reflexiva, expandiu seus usos na Língua Portuguesa, formando, inicialmente, a construção dita *passiva-se*, com concordância, e, posteriormente, a construção conhecida como *se-impessoal* (NARO, 1976), de sujeito interpretado como indeterminado, cujo uso ampliou-se no Português. Segundo o pesquisador,

Esse percurso de se pode, com segurança, ser identificado como um processo de gramaticalização. Temos, assim, sua origem lexical, que remonta ao indo-europeu, e sua progressiva ampliação, como indeterminador do sujeito, em construções variadas. Esse tipo de ampliação de contextos de uso é um dos

critérios para “diagnosticar” os processos de gramaticalização [...]. (VITRAL, 2002, p.187)

Ampliando as ideias desenvolvidas em estudos anteriores (VITRAL 2002, 2005), Vitral (2006) postula que, na análise de gramaticalização da forma SE, a trajetória do pronome envolve, desde sua fase inicial, a identificação de uma forma gramatical que se espraia na língua, tanto que assume outras formas gramaticais. São inovações que, a partir de uma forma gramatical, geram outras formas mais gramaticais. Nas palavras do autor,

Podemos considerar, assim, que a partir de sua raiz indo-européia, que realiza uma função lexical, *se*, já no latim, desempenha uma função gramatical, como pronome reflexivo, que, posteriormente, se expande, em nossa língua, em duas outras funções gramaticais, isto é, como apassivador e como índice de indeterminação do sujeito. (VITRAL, 2006, p.115)

Vital (2006) assevera que esses três usos não encerram a trajetória da forma. Respalhando-se em Maurer Jr.(1951), o autor propõe que o SE, a partir da função inicial de reflexivo, desenvolveu dois percursos distintos: a) um percurso de inovação que gerou o seu emprego com verbos intransitivos - *se estilístico*, cujo uso se expandiu para gerar construções em que o SE forma os verbos pronominais; e b) um percurso que fez surgir o *se passivo* e, a partir deste, o *se indeterminador* do sujeito. Os dois percursos do SE propostos por Vitral (2006) são mais bem visualizados por meio da figura 1 a seguir:

Figura 1 – Percursos de Gramaticalização do SE



Fonte: VITRAL, 2006.

De acordo com Vitral (2006, p.116), o SE *estilístico* e o SE adjungido a verbos pronominais, embora não (ou não mais) claramente reflexivos, guardam ainda resquícios da reflexividade desse pronome que vigorou outrora. Situação diferente ocorre com o percurso

“b”. No caso do SE *apassivador* e do SE *indeterminador*, desapareceu por completo a ideia de reflexividade do SE que, indubitavelmente, assumiu funções sintáticas distanciadas de seu uso inicial¹⁶.

Conforme postula o pesquisador, a diferença entre um percurso e o outro deve ser entendida da seguinte maneira: o SE *estilístico* e o SE dos verbos pronominais compõem o radical do verbo, preservando, mesmo que de modo imperceptível pelos falantes nos dias atuais, conteúdos de natureza lexical associados à reflexividade. Ademais, não possuem representação sintática, ou seja, não determinam uma posição sintática capaz de receber *papel temático* e *Caso*, funcionando, assim, como um afixo que participa da formação de palavras derivadas. No que concerne ao SE *apassivador* e ao SE *indeterminador* do sujeito, o pronome esvaziou-se de qualquer conteúdo lexical que expresse reflexividade, estando esses tipos de SE apenas associados a posições sintáticas às quais pode-se atribuir *caso* e *papel temático*.

Podemos depreender, a partir dos autores supracitados, que, independentemente da função que o SE tenha assumido em Português, ele tem suas origens nas formas latinas *sui*, *sibi*, *se*. Conquanto essas formas fossem usadas apenas na função “reflexa” (NUNES, 1975), o SE desenvolveu uma trajetória na qual passou a adquirir novos usos e funções ao longo do tempo, que se distanciam da noção inicial de reflexividade. Esse comportamento do SE em seu percurso na história da língua nos parece evidência para os fundamentos de uma confusa noção à qual subjaz a conceituação de “voz reflexiva” na Tradição Gramatical, motivo pelo qual algumas variedades de SE que não mais expressam reflexividade são todas enquadradas na categoria de *pronomes reflexivos*. Destarte, o que faz a Gramática Tradicional a esse respeito, muita vez, é apenas obscurecer a descrição dessas construções.

Isto posto, passamos a apresentar, na subseção a seguir, o tratamento dado ao nosso objeto de estudo pela Gramática Tradicional.

2.3.4 O SE nas Gramáticas Tradicionais

Não obstante os numerosos trabalhos que reivindicam uma revisão crítica do assunto do qual nos ocupamos nesta pesquisa, observamos que o tema continua sendo tratado precariamente pelos compêndios gramaticais a que temos acesso no Brasil, dado o conservadorismo e a ortodoxia com que a Tradição Gramatical continua a descrever o

¹⁶ Na nossa pesquisa, consideramos que o SE *apassivador* e o SE *indeterminador* são também não-argumentais. Explicamos melhor essa nossa posição na subseção Tipos de SE.

funcionamento das construções com SE. Refletindo sobre o assunto, assim se manifestam Osório e Martins (2010, p. 3):

Herdeiros da tradição greco-latina, os autores das primeiras gramáticas da língua portuguesa pretenderão, assim, descrever as construções com se quando tratam da categoria de voz, partindo, deste modo, dos verbos como classe de palavra “autónoma”. (Osório; Martins, 2010, p. 3)

O posicionamento dos autores fornece dois importantes subsídios para uma reflexão acerca da problemática que se criou em torno das construções com SE, por parte das gramáticas de orientação tradicional, de um lado, por espelharem-se num modelo de gramática que não mais reflete o estado da língua e, do outro, por manterem uma visão atomista da linguagem. Destarte, no ensejo de abordarmos a maneira como é visto o nosso objeto de estudo no âmbito da Gramática Tradicional, tecemos algumas considerações sobre o tema, de modo breve, da tradição lusitana à brasileira. Vejamos.

Escrita por Fernão de Oliveira (1536), a *Gramatica da Lingoagem Portuguesa* apresenta, como diz o próprio autor, uma “primeira anotação da Língua Portuguesa”. Nela, não há qualquer referência às construções com SE, cabendo a João de Barros (1539-1540), poucos anos depois, mencioná-las pela primeira vez. A partir de então, tais construções começam a despertar a atenção dos gramáticos. Seguindo os passos de João de Barros (1540), autores como Jerônimo Barbosa (1807, 1822), Caldas Aulete (1864) e Epifânio Dias (1882) deram prosseguimento à reflexão sobre a sintaxe das construções com SE.

Na *Grammatica da lingua portuguesa*, João de Barros (1540) não menciona pronomes reflexivos ou voz reflexiva. Refere-se às construções com SE ao tratar dos verbos impessoais da voz passiva. Nas palavras do gramático, os referidos verbos são aqueles que, “acerca dos latinos sempre denótam auçam cõ generalidáde de obrar” (BARROS, 1540, p.19). Segundo o autor, no português quinhentista, era comum o uso de tais verbos aos quais se adjungia o SE em frases como: “[...] No páço se pragueia fôrtemente.” (BARROS, 1540, p.19).

Parece-nos difícil, mesmo naquela época, frases como essas expressarem passividade. O fato de João de Barros não fazer menção à noção de reflexividade e, ao que nos conta, fundir as ideias de indeterminação e passividade demonstra, desde os primeiros anos da Tradição Gramatical em Língua Portuguesa, a obscuridade com que vem sendo tratada a questão das estruturas de SE.

Ao tratar da voz média ou “reflexa”, em sua *Grammatica Philosophica da Lingua Portuqueza*, Jerônimo Barbosa (1822) apresenta uma exposição mais completa sobre o tema das construções com SE.

Comparando a sintaxe do grego à do português, em cujas línguas a voz média servia “não só para fazer reflectir a acção sobre o agente, mas também em sentido passivo”, Barbosa (1822) nos dá testemunho da dificuldade de interpretar as estruturas com SE, advertindo o falante da necessidade, em certas construções, de um redobro pronominal que visasse desfazer ambiguidades:

Como as terceiras pessoas d'estes verbos médios se tomam a cada passo em sentido passivo, para tirar o equivoco, e mostrar que são reflexas, se faz muitas vezes preciso ajuntar ao pronome se, caso ou complemento objectivo, o caso terminativo do mesmo pronome com a preposição dizendo: a si mesmos, etc. Por exemplo: este homem reputa-se sabio, estes homens chamam-se sábios, póde ter dois sentidos, um passivo em lugar de é reputado, são chamados; e outro activo reflexo em lugar de este homem reputa-se sabio a si mesmo, estes homens chamam-se sábios a si mesmos; e para tirar o equivoco necessitam d'esta addição (BARBOSA, 1822, p. 260).

Ainda sobre essa dificuldade interpretativa e, consequentemente, classificatória, o gramático assinala que, em português, os verbos reflexivos, quando usados na terceira pessoa, podem ter sentido passivo, o autor acrescenta:

Algumas vezes mesmo, bem que mais raras, [os nossos verbos reflexos] tem a dita significação passiva, ainda quando o sujeito é nome de pessoas como: no juizo de Deus até um ladrão se salva, no juizo, [sic] dos homens S. João Baptista se condemna” (BARBOSA 1871, p. 260).

A dificuldade interpretativa e classificatória envolvendo as construções com SE manifestada outrora persiste nos nossos dias. Prova disso são as diferentes propostas classificatórias do SE apresentadas tanto no âmbito da Gramática Tradicional, quanto nas pesquisas linguísticas. Na *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, por exemplo, Napoleão Mendes de Almeida classifica os clíticos ditos reflexivos em três tipos: *reflexivos pronunciados*, *reflexivos atenuados* e *recíprocos*. De acordo com Almeida (1947), o *reflexivo pronunciado* é aquele que indica que a ação expressa pelo verbo recai sobre o sujeito da oração, o qual é, ao mesmo tempo, agente e paciente da ação verbal, conforme o exemplo em (15) abaixo:

(15) *Ele se arroga o direito de ficar calado.*

O *reflexivo atenuado*, segundo o gramático, não indica que ação expressa pelo verbo recaí sobre o sujeito da oração. Por isso mesmo, não possui valor real de objeto e não desempenha função sintática alguma, como no exemplo em (16). Conforme explica Almeida (1947), o *reflexivo atenuado* recebe essa denominação pelo fato de figurar em contextos nos quais a ação verbal não pode passar para um objeto, demonstrando, assim, uma certa espontaneidade de ação por parte do sujeito da oração, como em (16) a seguir.

(16) *Ele se arrependeu.*

Por “questão estética”, Almeida (1947) classifica igualmente como *reflexivos atenuados* tanto os clíticos *inerentes* quanto os *expletivos*, conforme observamos nos exemplos em (17). Em uma pequena nota, o gramático sugere que o uso do clítico nessas situações meramente estéticas é indicativo do pleno conhecimento da língua, hodiernamente restrito a poucos escritores, a quem considera bons. Vejamos os exemplos:

(17) a. *Bianca se queixou de dores.*

b. *Ele se estava descansando.*

O clítico *recíproco*, por seu turno, segundo Almeida (1947), é aquele que, desempenhando a função de objeto, indica que a ação expressa pelo verbo recaí mutuamente sobre os elementos de um sujeito plural, conforme os exemplos em (18). Sublinhamos o fato de o autor não demonstrar preocupação com uma possível confusão entre os contextos de reflexividade (pronunciada ou atenuada) e de reciprocidade em determinados enunciados, conforme percebemos nos exemplos do autor:

(18) a. *Eles trocaram-se cumprimentos.*

b. *Áspide e víbora se emprestaram a peçonha.*

Feitas essas breves considerações sobre a abordagem tradicional do SE, apresentamos, na subseção a seguir, a síntese de alguns trabalhos de autores que também se dedicaram ao estudo do SE reflexivo no Português do Brasil. O nosso objetivo, com isso, é cotejar tais trabalhos com esta pesquisa e, assim, verificar até que ponto nossas conclusões se aproximam

ou não do que outros trabalhos já anunciaram sobre o comportamento do clítico SE no PB. Nesse intuito, apresentamos, em ordem cronológica, um breve panorama sobre o que já foi estudado sobre o tema.

2.3.5 O SE nas Pesquisas Linguísticas

Os fenômenos relacionados ao comportamento dos pronomes clíticos no PB vêm sendo abordados por muitos estudiosos, de diferentes orientações teóricas. Nesta seção, apresentamos o tratamento dado ao pronome clítico SE nas pesquisas empreendidas por D’Albuquerque (1988), Nunes (1995), Rocha (1999), Freitag (2003), Camacho (2003) e Mello (2009). Tais pesquisas trazem contribuições diversas para o levantamento da frequência de uso/apagamento do SE em diferentes contextos geográficos, bem como as possíveis explicações para a escolha realizada pelos falantes em tais contextos, possibilitando, assim, um diálogo com o nosso estudo.

2.3.5.1 D’Albuquerque: a perda dos clíticos em um dialeto mineiro

Comumente citado em pesquisas cujo foco é o (des)uso de pronomes clíticos, o estudo realizado por D’Albuquerque (1988) principia com o relato da autora acerca do estranhamento que lhe causava a afirmação de que verbos “essencialmente pronominais” eram assim chamados devido ao fato de nunca serem conjugados sem os respectivos pronomes. Da mesma sorte, estranhava o fato de a palavra SE ser classificada como parte integrante do verbo, vez que, mesmo sem um respaldo científico, verificava uma realidade linguística diferente em Minas Gerais.

Em “*A perda dos clíticos em um dialeto mineiro*”, embora D’Albuquerque (1984) distribua todos os tipos de SE por ela investigados em apenas três grupos: *recíprocos*, *reflexivos* ou *indeterminadores* (que certamente recobrem o que está fora das noções de reciprocidade e de indeterminação), situamos o trabalho da autora entre os primeiros a tratar da supressão de clíticos mediais no PB (Português do Brasil).

O interesse da pesquisadora em investigar a presença/ausência do SE no dialeto mineiro de Manhuaçu e no dialeto carioca teve duas motivações; primeiro, ela relata o quanto lhe soava estranho, numa região onde não é comum o uso do verbo acompanhado de pronome, encontrar em gramáticas normativas e manuais didáticos a afirmação de que verbos ‘essencialmente pronominais’, como *arrepender-se*, são assim chamados por nunca serem

conjugados sem os respectivos pronomes, ou que a palavra SE é classificada como parte integrante de alguns verbos. Além disso, ao se mudar para o Rio de Janeiro, era sempre motivo de comentários entre os alunos o fato de ela se ‘esquecer’ do pronome reflexivo junto ao verbo, sendo alvo de “censura” construções como “Eu saí e Ø diverti muito” e “Eu Ø machuquei”.

O fator interno investigado na pesquisa de D’Albuquerque (1988) foi o tipo de verbo ao qual o clítico se adjunge. Segundo a autora, a grande dificuldade em encontrar consenso nas gramáticas tradicionais quanto à classificação dos verbos ditos pronominais a levou a considerá-los como essencialmente ou acidentalmente pronominais. Ao primeiro grupo pertencem os verbos cujos pronomes oblíquos não funcionam como objeto e, ao segundo, aqueles cujos pronomes oblíquos funcionam como objetos. O que a autora pôde observar foi o seguinte¹⁷:

- a) Nas construções essencialmente pronominais e acidentalmente pronominais, o verbo perde o respectivo pronome no dialeto mineiro, como em “Não conformei com a morte de” ou “Eu corte com a faca”.
- b) Em lugar do pronome recíproco, usam-se expressões como “um ao outro”, “um com o outro”, “um do outro”, como em “Eles cumprimentaram um ao outro” e “Um carro chocou com o outro”.
- c) Em certas construções onde ocorria o pronome átono foram substituídas por expressões equivalentes, normalmente de sentido passivo, como em “Ela se decepcionou → Ela ficou decepcionada” e “Eu me perfumei toda para o encontro → Eu passei perfume”.
- d) Opção por regências verbais que evitam o verbo pronominal, como em “Ele se curou da gripe → Ele curou a gripe” e “Não me incomodo com isto → Isto não me incomoda”.
- e) Em casos de verbos com clítico adjungido, frequentemente usados em outras regiões, foram substituídos por outros de sentido equivalente, sem o clítico, evitando-se a ambiguidade que poderia advir da omissão do pronome átono, como em “Ele se matou → Ele suicidou” e “Vou me vestir ou vou me trocar → Vou mudar de roupa ou vou trocar de roupa”.

¹⁷ Todos os exemplos utilizados para ilustrar as observações da autora, elencadas nos tópicos a – f foram retirados de D’Albuquerque (1988).

Por fim, a autora afirma que, em Minas¹⁸, são raríssimos os casos em que se usam verbos acompanhados de pronome; quando ocorrem, geralmente são em expressões cristalizadas como: “Se cuida, menina!” e “Se vira pra arranjar outro!”

Em estudo anterior, realizado em 1984, a pesquisadora constatou que o percentual de presença do SE nos falares de Minas e do Rio apresentava diferenças. Para as estruturas reflexivas, o percentual de presença em Minas era de 35% e, no Rio, de 81%. No caso das recíprocas, 53% de presença em Minas e, no Rio, 88%. Quanto ao SE indeterminador, 1,5% de presença em Minas e, no Rio, 27%. A esses resultados, D’Albuquerque (1988) acrescentou os de duas pesquisas: a da *elicitação de verbos pronominais a partir de gravuras* e a realizada no livro *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus. Os resultados desse trabalho mostram que o pronome indeterminador é o que mais sofre perda, ou porque o SE é um recurso pouco utilizado ou porque, em seu lugar, são usados os seguintes recursos: *o cara, o indivíduo, você, eles, a pessoa, a gente, nós, o camarada, o sujeito, o nego, alguém, o pessoal, muitos*. Um mesmo item lexical verbal é usado pronominalizado ou *despronominalizado*, num mesmo momento histórico por informantes diversos e também pelo mesmo informante.

Para seus resultados, D’Albuquerque (1988) levantou duas hipóteses, uma sintática e outra semântica. Em relação à hipótese sintática, a autora faz duas generalizações: (1) se o objeto direto sem caráter reflexivo pode ser omitido, o reflexivo também o pode; (2) se o objeto direto de verbos acidentalmente pronominais pode ser omitido, ele também o pode em verbos essencialmente pronominais. No primeiro caso, a omissão do reflexivo é explicada por um fator de ordem sintática e, no segundo caso, por fator de ordem lexical.

Quanto à hipótese semântica, a linguista mostrou que a supressão do clítico reflexivo se dá pela alta previsibilidade semântica do objeto. Verbos como *levantar, sentar, deitar* perdem a marca reflexiva porque seu uso transitivo não reflexivo representa uma situação anômala, pois as situações mais comuns são aqueles em que o agente é o próprio alvo da ação. Esse acúmulo de papéis semânticos é percebido como algo tão óbvio que a marca de reflexividade se torna desnecessária.

Desse modo, a hierarquia encontrada nos dados – recíprocos > reflexivos essenciais > reflexivos acidentais > partícula indeterminadora – confirma que uma mudança linguística

¹⁸ D’Albuquerque (1984) esclarece que toda referência a Minas deve ser entendida como sendo à cidade de Manhuaçu, situada no leste de Minas Gerais, próxima à divisa com o estado do Espírito Santo.

não ocorre simultaneamente em todos os itens lexicais. No que respeita ao fenômeno da perda dos clíticos de valor reflexivo, fatores diversos (incluindo-se os de ordem social, não contemplados pela pesquisadora) são responsáveis pela variação que “[...] está se insinuando na língua ao longo de pontos frágeis da gramática, ou seja, pontos em que dois modelos formais distintos de possibilidade de presença ou ausência de um termo fornecem moldes conflitantes para uma forma verbal” (D’ALBUQUERQUE, 1988, p. 119).

Certamente, a apreciação de fatores sociais, dos quais prescinde o estudo da pesquisadora, forneceria subsídios para uma análise mais completa e, por conseguinte, um diagnóstico mais preciso. Não obstante as hipóteses da linguista nos pareçam bastante aceitáveis, fatores de ordem linguística, apenas, não explicam o que pode estar por trás da variação e da mudança suscitadas. Comparando os nossos resultados com os de D’Albuquerque (1988), poderíamos conjecturar, por exemplo, que o fato de os falantes da variedade popular de Vitória da Conquista apagarem, consideravelmente, o clítico (63.9% de apagamento contra 36.1% de uso) mantém estreita relação com os dados da pesquisadora, se levarmos em consideração a proximidade entre o *locus* de nossa pesquisa e o estado de Minas. Sem dúvida, um caso interessante a se investigar.

2.3.5.2 Nunes (1995): *apagamento do clítico SE no português falado em São Paulo/SP*

Em “Ainda o famigerado *se*”, Nunes (1995) propõe-se a fazer um estudo sincrônico e diacrônico do comportamento do clítico SE no dialeto paulistano, chegando à conclusão de que o apagamento do item seria condicionado pelo (a) tipo de clítico anafórico, (b) pelo tipo de verbo a ele associado e (c) pela grade temática do verbo.

Com o objetivo de verificar a presença/ausência do clítico SE no dialeto paulistano, o autor tomou por base quatro *corpora*, dos quais extraiu um total de 2.675 dados. Os *corpora*, cujas fontes são as mesmas utilizadas em Nunes (1990, 1991), foram assim organizados: (i) o *corpus* diacrônico, compreendendo o período entre 1555 e 1989, foi composto por 2.050 dados provenientes de cartas, diários e documentos, em sua maioria obtidos junto ao acervo de Linguística Histórica da UNICAMP; (ii) o segundo *corpus*, composto a partir de 13 entrevistas extraídas do Banco de dados da PUCSP, perfizeram um total de 470 dados; (iii) o terceiro *corpus*, constituído por 87 dados retirados de 24 entrevistas do Português Europeu; (iv) e o quarto *corpus*, composto de 6.851 dados, obtidos do conjunto de reportagens da revista Veja, compreendendo o período de maio de 1988 a maio de 1989.

À luz de critérios gerativistas, tais como o papel temático do argumento interno e a grade temática do verbo, por exemplo, Nunes (1995, p. 204) estabelece as seguintes classes de clíticos anafóricos:

1. Se reflexivo: Depois de jantar se abraçaram reciprocamente.
2. Se ergativo: Meu namorado fala alguma coisa, eu não gosto, eu me magôo, eu me machuco.
3. Se ex-ergativo: Sucedeu q'cazando se a dita Nosa Mai.
4. Se inerente (...) Eu acho que ele se arrependeu do preço que ele cobrou.
5. Se quase-inerente: (...) Parece que se comportou lá, ele veio logo.
6. Se enfático: (...) O dito Gómez hera isemto e que seffosse em paz. (NUNES, 1995, p. 204-207)

Em trabalhos anteriores, Nunes (1990, 1991) tratou da evolução de construções com os clíticos *se apassivador*, *se indeterminador* e *se médio* no PB (Português do Brasil). Em nota, o autor (NUNES, 1995, p. 238) justifica o fato de não ter abordado tais clíticos em “Ainda o famigerado *se*”.

Os grupos de fatores contemplados por Nunes (1995) foram: a) linguísticos - *tipo de clítico anafórico*, *tipo de verbo*, *grade temática do verbo*, *processos lexicais que afetam a grade temática dos verbos*; b) extralinguísticos: *faixa etária*, *escolaridade* e *as modalidades oral e escrita de discurso*. De modo geral, o pesquisador percebeu que a omissão do clítico SE é um fenômeno que acompanha a história do PB (Português do Brasil). Nos dados escritos, o autor verificou que os clíticos vêm sendo omitidos desde o século XVI até o século XX. Nos dados orais, essa supressão vêm ocorrendo de forma intensa, aproximando-se dos 60% do total de ocorrências.

Chamou-nos a atenção o fato de Nunes (1995) ter encontrado muitas ocorrências de inserção de SE em contextos nos quais ele não é requerido e, muito menos, prescrito pela Gramática Tradicional, o que configura, na visão do linguista, um fenômeno de hipercorreção. 95% desses casos foram identificados em textos produzidos em discurso indireto.

Os resultados obtidos por Nunes (1995) permitiram ao pesquisador concluir que os grupos linguísticos que mais influenciam a supressão dos clíticos anafóricos foram o *tipo de clítico*, o *tipo de verbo* e a *grade temática do verbo*. Quanto aos condicionamentos extralinguísticos, o apagamento mostrou-se sensível aos fatores *escolaridade* (nas entrevistas) e *tipo de discurso* (na escrita contemporânea).

Entre os fatores linguísticos controlados por Nunes (1995), adotamos, nesta pesquisa, o *tipo de clítico*, e o *tipo de verbo*. Quanto aos fatores extralinguísticos, não contemplamos *tipo de discurso*.

2.3.5.3 Rocha (1999): *clíticos reflexivos na cidade de Ouro Preto*

Com o propósito de identificar os condicionamentos linguísticos e extralinguísticos que favorecem a supressão do pronome clítico SE em construções reflexivas do dialeto mineiro de Ouro Preto/MG, Rocha (1999) dedicou-se ao estudo do SE no PB (Português do Brasil) numa perspectiva sociolinguística. Em seu estudo, a pesquisadora se propôs a elaborar uma nova classificação para o clítico reflexivo, registrando interesse também em verificar se a substituição do SE reflexivo por uma categoria vazia constituiria um processo de mudança linguística, mediante comparação dos resultados do PB (Português do Brasil) com os do PE (Português Europeu)¹⁹, uma vez que, na variedade europeia, o uso significativo do clítico reflexivo é atestado em trabalhos anteriores (NUNES, 1995).

No que se refere à classificação dos clíticos ditos reflexivos, Rocha (1999) faz distinção apenas entre os *verdadeiros reflexivos* e os *falsos reflexivos*. Para identificar e diferenciá-los, a pesquisadora (ROCHA, 1999, p. 51) utiliza alguns testes sintáticos, nos quais procura saber se:

- (i) Na sentença, o SE pode ser substituído por um NP não-reflexivo;
- (ii) A sentença admite inversão entre o sujeito e o verbo;
- (iii) A sentença admite o uso do advérbio *intencionalmente*;
- (iv) A sentença permite o acréscimo de *a si mesmo*.

A autora explica que, quando os testes são aplicados, a sentença pode se tornar agramatical ou não e o significado do verbo, mantido ou não. Uma vez aplicados, se o verbo não adquirir sentido causativo, se a sentença mantiver seu significado e não se tornar

¹⁹ Conforme esclarecemos anteriormente, não nos comprometemos com a análise do nosso fenômeno no âmbito do PE. Apenas circunstancialmente a ele faremos referência, respeitando-se às exigências que subjazem à natureza da abordagem conduzida no momento em questão.

agramatical, o SE presente nela será considerado *verdadeiro reflexivo*. Vejamos os exemplos²⁰:

- i. Verdadeiro reflexivo
 - a. A menina se cortou com o vidro quebrado.
 - b. A menina cortou **o dedo** com o vidro quebrado.
 - c. A menina **cortou-se** com o vidro quebrado.
 - d. A menina se cortou com o vidro quebrado **intencionalmente**.
 - e. A menina cortou **a si mesma** com o vidro quebrado.

- ii. Falso reflexivo
 - a. Ele se preocupa demais.
 - b. Ele preocupa **o pai** demais.
 - c. Ele **preocupa-se** demais.
 - d. Ele se preocupa **intencionalmente**.
 - e. Ele se preocupa demais **a si mesmo**.

Observando-se os exemplos supracitados, percebe-se que a tentativa de classificar o pronome clítico SE não é tarefa fácil, sobretudo porque se trata de um operador que transita nos vários níveis da gramática. Da complexidade de tal empreitada sempre surgem pontos obscuros porque, como se não pudéssemos evitar, um ou outro aspecto é sempre deixado de lado. No entanto, mesmo algumas sendo consideradas pouco satisfatórias ou insuficientes, toda análise que se faça desse item linguístico tão peculiar é um olhar diferente sobre o fenômeno, um ponto de partida para melhor compreendê-lo.

Sem dúvida, o tema [...] dos clíticos é ‘fértil’ para diversas especulações científicas na busca de respostas a questões advindas da interface gramatical. Trata-se de uma **aventura** em que o **retorno** é garantido, mas certamente para novas **partidas**. (VIEIRA, p. 428, grifo da autora)

Voltando a Rocha (1999), embora essa considere os clíticos usados em contextos de reciprocidade como *verdadeiros reflexivos*, a autora faz a ressalva de que eles não obedecem apenas ao critério do acréscimo da expressão *a si mesmo*, em lugar da qual se poderia

²⁰ Exemplos de nossa autoria, a partir dos quais figuram, logo abaixo, as sentenças com a aplicação do teste proposto pela autora.

acrescentar o advérbio *mutuamente*. No que diz respeito à classificação por ela proposta, podemos dizer que, além de não abranger os diversos tipos de SE, mergulha numa problemática que, curiosamente, se pretende uma solução. Ocorre que o teste proposto pela pesquisadora para averiguar se o pronome clítico é um *verdadeiro* ou *falso reflexivo*, a julgar pela natureza semântica do verbo e pela gramaticalidade das sentenças às quais foi aplicada a testagem em “b”, concluímos que o modelo não se mostra suficiente. Esclarecemos que, embora os exemplos sejam nossos, tivemos o cuidado de manter neles os mesmos verbos empregados pela autora, com a mesma acepção, no intuito de seguirmos seu raciocínio e, assim, verificarmos a eficácia do teste. No que concerne a “a”, os critérios selecionados por Rocha (1999) funcionam bem. O mesmo não podemos dizer de “b” pelas razões já mencionadas. Além disso, em sentença como “Como se penteava naquela época?” (p. 64), utilizada pela própria autora para exemplificar o *verdadeiro reflexivo*, alguns dos critérios não se aplicam. Prevendo esse tipo de situação, ela acrescenta que o clítico pode ser classificado como *verdadeiro reflexivo* quando o sujeito da oração é o agente da ação verbal (como em “a”). Caso o sujeito da oração seja apenas paciente ou experienciador da ação verbal, o clítico será classificado como *falso reflexivo* (como em “b”).

Analisando fatores internos como presença/ausência lexical do sujeito na oração, tipo de verbo (ação, processo e estado), tipo de clítico (*verdadeiros reflexivos* e *falsos reflexivos*), e fatores externos como escolaridade e faixa etária, Rocha (1999) constatou uma frequência de 25% para a realização e 75% para a não realização do clítico dito reflexivo. Nesse último quesito, o falso reflexivo apresentou frequência de 46% e peso relativo de 0.53; o verdadeiro reflexivo, frequência de 31% e peso relativo de 0.33. Diante desses dados, a pesquisadora conclui que, não obstante a realização nula do clítico apresentar uma boa frequência em todos os contextos, os *falsos reflexivos* são bem mais suscetíveis à supressão do que os *verdadeiros reflexivos*. Sobre tal ponto, convém destacarmos que a autora não apresenta em sua proposta de classificação todas as nuances sintático-semânticas características dos *falsos reflexivos*, os quais, além de demonstrarem maior índice de apagamento, parecem se encaixar na classe do que chamamos em nossa pesquisa de SE *médio*.

Quanto aos condicionamentos extralinguísticos, a escolaridade revelou-se o fator mais significativo no apagamento do clítico reflexivo, com o 1º grau confirmando o índice mais alto de omissão (0.78), ao passo que o 3º grau caracterizou-se pela manutenção do pronome (0.25). A faixa etária, por seu turno, não se mostrou um fator tão relevante. Sobre este aspecto, a autora conclui que se trata de uma variação estável, pois não há uma correlação entre esta e o uso da variante inovadora.

Rocha (1999) contribuiu de forma significativa para o conhecimento da diferença entre o PB (Português do Brasil) e o PE (Português Europeu), no que concerne ao comportamento dos clíticos, colaborando com o fornecimento de subsídios estatísticos para a configuração do sistema pronominal contemporâneo das duas variedades do Português. A pesquisa empreendida pela linguista nos permite observar, principalmente, como é importante definir critérios para a classificação do SE. Valendo-nos mais uma vez das palavras de Vieira (2002), constitui-se um bom ponto “para novas partidas”.

2.3.5.4 Camacho (2003): defesa da categoria de voz média no português

Argumentando em defesa da existência da voz média na Língua Portuguesa, Camacho (2003) analisa as construções consideradas reflexivas pela tradição gramatical e propõe-se a fornecer evidências formais, semânticas e tipológicas para postular uma distinção entre construções médias e reflexivo-recíprocas. Denomina os clíticos que figuram em tais estruturas como *marcadores reflexivos*, *marcadores recíprocos* e *marcadores mediais*.

De acordo com o linguista, os *marcadores reflexivos* são os clíticos que funcionam como argumento interno e estabelecem com o argumento externo, ao mesmo tempo Agente e Paciente da ação verbal, uma relação de *correferência* semântica, conforme se observa em: “Maria viu- **se** no espelho” (CAMACHO, 2003, p. 99).

Quanto aos *marcadores recíprocos*, Camacho (2003) esclarece que, embora compartilhem da mesma construção [verbo + se] e desempenhem as mesmas funções atribuídas aos *marcadores reflexivos*, ocorrem em construções cujo argumento externo representa duas ou mais entidades que agem uma(s) sobre a(s) outra(s). Vejamos dois exemplos do retirados de Camacho:

(19) “Eles **se** ah, complementam andam juntos”

(20) “Os dois irmãos **se** veem sempre na escola.” (CAMACHO, 2003, p. 94)

Na possibilidade de os contextos de reflexividade e reciprocidade oferecerem uma interpretação ambígua, faz-se necessário, lembra-nos o linguista, o acréscimo de expressões reforçativas que desfaçam-na [a ambiguidade], conforme ilustradas nos seguintes exemplos:

(21) Eles **se** veem **a si mesmos** no espelho. (reflexiva não-ambígua)

- (22) Eles **se** veem **um ao outro** no espelho. (recíproca não-ambígua) (CAMACHO, 2003, p. 95)

Segundo Camacho (2003), se os clíticos não ocorrem num contexto de reflexividade ou de reciprocidade, devem ser considerados como *marcadores mediais*, uma vez que, em tal circunstância, representam a pessoa do sujeito, envolto em um estado de coisas que parte dele e que não sai de seu âmbito. Nas construções médias, ainda segundo o autor, o clítico é anafórico, entretanto:

[....] não estabelece com o sujeito uma relação semântica de correferência e sintática de coindexação, o que só seria possível se houvesse duas posições estruturais disponíveis para serem preenchidas com SNs referencialmente idênticos. (CAMACHO, 2003, p. 98)

Para ilustrar o que disse, Camacho aponta as seguintes situações:

- (23) é que ela realmente procura **se aperfeiçoa(r)** dentro daquilo que faz.
 (24) João **se levantou**.
 (25) **Lembre-se** que a gente também tem a Quantum. (CAMACHO, 2003. p. 98-101)

Em relação ao apagamento do clítico nas construções tradicionalmente consideradas reflexivas, Camacho (2003) sustenta a hipótese de que os *marcadores mediais* estariam mais propensos à supressão. De acordo com o autor, do contexto de medialidade, diferentemente do que ocorre nos contextos de reflexividade e de reciprocidade, decorre o entendimento de que a ação verbal gira, inevitavelmente, em torno do sujeito, esvaziando, assim, a função desempenhada pelo clítico e fazendo com que ele se torne dispensável, como ocorre nos exemplos:

- (26) Todo o terreno da vizinhança já Ø valorizou.
 (27) Maria Ø ajoelhou pra rezar. (CAMACHO, 2003. p. 98-101)

Por outro lado, a inserção de SE em contextos onde o clítico não é requerido é motivada, segundo o autor, pela ausência de domínio da norma padrão, conforme exemplifica com amostras retiradas de redações de vestibulandos :

- (28) O homem prece não estar **se evoluindo**, mas **se regredindo** cada dia mais.

- (29) Quando o sol se põe, as esperanças **se desaparece** no ar.
- (30) Um mundo onde a violência e a miséria **se prospera** cada dia mais.
- (CAMACHO, 2003, p. 115),

Tais construções, esclarece-nos Camacho (2003), que elas

[...] constituem casos de hipercorreção que, como se sabe, é um fenômeno sociolinguístico motivado por um sentimento de insegurança em relação às normas gramaticais da variedade padrão. O marcador de média ainda vigente, mas em franco processo de variação, possivelmente rumo ao desaparecimento, torna-se obrigatório no registro formal e se estende para formas que não o requerem, como os predicados monovalenciais intransitivos. (CAMACHO, 2003, p. 115).

2.3.5.5 Freitag (2003): gramaticalização do pronome reflexivo *se* na fala de Florianópolis

O estudo desenvolvido por Freitag (2003) sobre o português falado em Florianópolis estabelece forte diálogo com a nossa pesquisa. Segundo a autora, “ [...] enquanto em algumas regiões do Brasil os pronomes reflexivos estão se perdendo, na fala de Florianópolis eles se mantêm e parecem estar se gramaticalizando como afixos ao verbo” (FREITAG, 2003, p.62). Como elemento desencadeador do processo, a pesquisadora cita a mudança no quadro dos pronomes pessoais do PB (Português do Brasil) (MENON, 1995), a partir da inserção de *você* e *a gente*:

Quadro 1 – Paradigma dos pronomes pessoais com a entrada de *você/vocês* e *a gente*

Pronomes Pessoais	
1ª pessoa singular	eu/ a gente
2ª pessoa singular	tu/ você
3ª pessoa singular	ele/ ela
1ª pessoa plural	nós / a gente
2ª pessoa plural	vós/ vocês
3ª pessoa plural	eles/ elas

Fonte: FREITAG (2003, p.63).

Segundo Freitag (2003), as mudanças ocorridas no quadro dos pronomes do Português parecem ter afetado também os pronomes reflexivos. É a mesma opinião de Castilho (2016). De acordo com a autora, o processo de gramaticalização pode ativar o mecanismo de “analogia para regularizar o paradigma pronominal” (FREITAG, 2003, p. 65). Dessa forma, o reflexivo SE, antes específico da 3ª pessoa, por analogia, se expande às formas novas:

Quadro 2 – Pronomes pessoais e reflexivos após a entrada de você/vocês e a gente

	Pronomes Pessoais	
	<i>Sujeito</i>	<i>Reflexivos</i>
1ª pessoa singular	Eu	Me
2ª pessoa singular	tu/ você	te/ se
3ª pessoa singular	ele/ela	Se
1ª pessoa plural	nós/ a gente	nos/ se
2ª pessoa plural	vós/ vocês	vós/ se
3ª pessoa plural	eles/elas	Se

Fonte: FREITAG (2003, p. 65).

No dialeto de Florianópolis, Freitag (2003) constata que, mais que o apagamento, verifica-se a generalização do SE para outros contextos de uso, combinando-se com os pronomes *tu* e *nós*, conforme exemplo abaixo:

(31) **Tu se** diverte muito, mais que nos bailes da cidade.

(32) Todos **nós se** damos muito bem. (FREITAG, 2003. p. 66)

Por ser o mais frequente no paradigma pronominal, o reflexivo SE perde clareza semântica e generaliza sua regra para outros pronomes. A alta frequência de uso leva à reanálise, ocasionando uma nova estrutura que se desenvolve a partir de outra, com o rearranjo das fronteiras entre os constituintes. Desta forma, a estrutura inicialmente [Suj_i + pro_i + verbo] passa a [Suj_i + (pro_i + verbo)], já que “via gramaticalização”, o clítico reflexivo SE passa, assim, a assumir um comportamento semelhante ao de um afixo, integrado ao verbo (FREITAG, 2003, p.67).

O estudo de Freitag mostra-se bastante relevante para a nossa pesquisa, uma vez que se coaduna com a hipótese que defendemos neste trabalho. De nossa parte, as contribuições da pesquisadora contribuem para sustentarmos a nossa ideia de gramaticalização do SE.

2.3.5.6 Mello (2009): clítico SE em João Pessoa na interface Sociolinguística/Gramaticalização

Seguindo a linha de Freitag (2003), outro estudo que também se assemelha ao nosso é empreendido por Mello (2009). Em sua tese de doutoramento, intitulada “Acabou-se o que era doce. Quem comeu se regalou-se: uma análise do clítico *se* em João Pessoa na interface Sociolinguística/Gramaticalização”, a autora procura mostrar que as variações semânticas nas funções do pronome clítico SE parecem atuar como indícios de trajetória de mudança – **de**

clítico reflexivo para afixo verbal, defendendo que essa trajetória constitui um legítimo caso de gramaticalização. Essa mesma posição também assumimos para o caso de Vitória da Conquista, comunidade por nós investigada.

Tomando como *corpus* dados extraídos de entrevistas fornecidas pelo VALPB (Português do Brasil) – Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba, Mello (2009) faz uma análise detalhada das ocorrências de SE em estruturas tradicionalmente consideradas reflexivas, além de delinear os traços que distinguem os diferentes tipos do clítico presentes em tais estruturas. Com base em Nunes (1995), estabelece sete classes de clíticos anafóricos: *SE reflexivo*, *SE recíproco*, *SE inerente*, *SE ergativo*, *SE apassivador*, *SE indeterminador* e *SE enfático*.

Através de um controle quantitativo de fatores linguísticos e sociais, Mello (2009) identifica as motivações comunicativas e sociais que influenciam o comportamento do clítico SE na fala de João Pessoa. A principal hipótese sustentada pela pesquisadora é a de que o comportamento variável do SE ao longo das regiões brasileiras indica que o fenômeno em análise apresenta diferentes estágios em seu percurso de gramaticalização. De acordo com os dados da pesquisa por ela empreendida, tanto fatores internos ao sistema linguístico (*tipo de pronome*, *pessoa pronominal dos clíticos*, *transitividade do verbo*, *traços semântico-pragmáticos do verbo*) quanto fatores de cunho social (*sexo*, *idade* e *escolaridade*), atuam como favorecedores e/ou inibidores nesse processo de mudança.

Contrariamente às pesquisas que apontam uma tendência do PB (Português do Brasil) ao apagamento do clítico SE, Mello (2009) ressalta que, em João Pessoa, o uso do clítico se mantém e se estende a contextos diversos. Das 1673 ocorrências analisadas, em 85% dos casos constatou-se a presença do pronome clítico, dentre as quais, destacamos instâncias de generalização, fenômeno que Castilho (1997, 2016) interpreta como uma indicação de gramaticalização do pronome reflexivo no português. A explicação dada pelo linguista é a seguinte:

O reflexivo *se* tende a generalizar-se para todas as pessoas, sobretudo nas modalidades não-padrão das línguas, como no português popular *eu se alembro*, *você se alembra*, *ele se alembra*. Depois deste estágio em que se perdeu a categoria de pessoa, o reflexivo se cliticiza ao verbo, como no francês não-padrão *je sarrête*, *nous se reverrons*, *vous se privez*. Exemplos como estes fazem pensar na perda da representação morfológica da categoria de pessoa. (CASTILHO, 1997, p. 37)

Tanto a generalização do pronome clítico SE, quanto sua inserção e redobro são, no entender de Mello (2009), casos típicos de gramaticalização. São consequências da alta frequência de uso do clítico, o que leva, por sua vez, à expansão dos contextos de atuação do SE.

Segundo a pesquisadora, a neutralização do clítico na forma de 3ª pessoa possibilita que ele seja denominado *se universal*. O pronome não é apenas empregado com a 3ª pessoa do singular e do plural, como também se espalha para as primeiras e segundas pessoas do singular e do plural, ocorrendo com *eu*, *tu* e *nós*, como se observa nos exemplos do quadro:

Quadro 3 – Exemplos de generalização da regra no uso do reflexivo em João Pessoa

Eu	(a) Eu queria mudá o meu jeito de eu falá, de eu sabê se explicá... (b) Eu nunca se meti na sua vida, eu nunca se meti na sua vida não...
Tu	(c) Não tinha mais jeito de tu se acordar...
Você	(d) Se você num se concentrá, ficá de cabeça pesada, cum certeza você num consegue pensá em nada (e) e num existe coisa pior do que você se distanciar de você
Ele	(f) Ele, quando se juntô com aquela Berlânia, né, aí mudou totalmente de personalidade (g) Uma mulhé depende do marido, ele se senti lá em cima, né?
Nós	(h) Nós se vira comprano as coisa fiado (i) Hoje de manhã eu saí, eu e aquele colega que sentou-se aqui. .. Aí nós viemos, sentamo- se aqui, aí pronto
A gente	(j) Todo Sábado a gente se reúne lá na igreja (l) ... aí quase a gente se separava...
Vocês	(m) E como foi, assim, que vocês se conheceram? (n) E como é que vocês estão se virando sem emprego?
Eles	(o) Elas se davam bem, elas gostavam muito de mim (p) Eu era muito pequena quando eles se separaram

Fonte: Mello (2009, p.23)

Levando em consideração a alta frequência de presença do clítico SE em sua investigação, em comparação com os resultados de pesquisas que apontam para o apagamento do clítico como uma tendência atual no PB (Português do Brasil), Mello (2009) questiona se os reflexivos estão mesmo rumando ao desaparecimento ou se esse é um caso de variação estável na língua. A propósito desse questionamento, a autora advoga que

O duplo comportamento do *se* em português é possível exatamente por se tratar de um caso de gramaticalização: um item começa a ser usado e esse uso vai gradativamente ganhando frequência cada vez mais expressiva. Essa força de uso passa a ser a responsável pelo desgaste do item, até que ele

desapareça. Um ou outro são momentos diferentes do percurso, mas ambos são estágios de seu processo de mudança. (MELLO, 2009, p. 299)

O trabalho desenvolvido por Mello (2009) destaca-se por sua relevância para a compreensão do comportamento variável do clítico SE na fala de João Pessoa – PB, e contribui para a ampliação dos ainda poucos estudos desenvolvidos sobre o tema na região Nordeste do Brasil. Por se tratar de um estudo realizado na mesma região que o nosso, e por ambos se aproximarem em termos de resultados e pressupostos teórico-metodológicos, o trabalho de Mello (2009) se mostra relevante, também, para esta pesquisa.

Os trabalhos brevemente resenhados por nós identificam o processo de variação no uso do clítico SE sob diversos pontos de vista e em várias comunidades de fala do Brasil. Independente do intuito e do enquadramento teórico a que subjazem tais pesquisas, elas nos permitiram observar quais os fatores internos e externos à língua mais favorecem o (des)uso do item linguístico em estudo, como eles são importantes na delimitação dos fenômenos relacionados e, ainda, como auxiliam na caracterização do PB (Português do Brasil). Restam, contudo, alguns pontos a elucidar, entre os quais sublinhamos a necessidade de uma proposta de classificação do SE que reflita os padrões de uso atual, consoante a diversidade de estruturas em que ocorre, e em conformidade com o seu estatuto categorial e argumental.

Não obstante o SE apresente um padrão de propriedades que se assemelham às dos outros clíticos, revela-se, por força das diversas estruturas que integra, de mais difícil caracterização. Decorrem, daí, propostas de classificação bastante díspares, o que contribui para a atual falta de consenso no que respeita à descrição e à denominação das classes de SE. Conscientes dessa dificuldade, advinda da versatilidade e da natureza complexa do protagonista desta pesquisa, procedemos, a seguir, à descrição dos tipos de SE considerados nesta pesquisa, com base na taxionomia proposta por Souza (2017).

2.4 NOSSA PROPOSTA CLASSIFICATÓRIA

Nesta subseção, apresentamos considerações acerca dos tipos de SE, tomando como base estudos desenvolvidos por Souza (2011; 2017). Ambos os estudos estão calcados na Sociolinguística Laboviana, ambos possuem como corpora o Português Popular. Em 2011, ao estudar o Português Afro-brasileiro (Cinzento, Helvécia, Rio de Contas), Souza elenca os seguintes tipos de SE: *clíticos reflexivos*, *clíticos recíprocos*, *clíticos ergativos*, *clíticos passivos*, *clíticos médios*, *clíticos inacusativos*, *clíticos oblíquos*, *clíticos inerentes* e *clíticos*

expletivos. Excetuando-se o *clítico médio*²¹, a mesma taxionomia é empregada em Souza (2017). Nesse estudo, a partir das reflexões tecidas sobre o processo de reflexivização no português brasileiro, o pesquisador refina sua proposta de classificação do SE e a utiliza na análise das estruturas ditas reflexivas no português popular dos municípios de Poções, Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana.

Por ser um dos poucos estudos sobre o pronome clítico SE no Nordeste, e pelo fato de uma das comunidades investigadas por Souza (2017) se assemelhar a Vitória da Conquista, comunidade por nós investigada, em termos de desenvolvimento econômico-social, acreditamos que tais semelhanças reflitam nos usos linguísticos dessas comunidades, o que, certamente, contribui para a nossa análise.

A seguir, para compreendermos a multiplicidade funcional do SE destacada por Souza (2017), apresentamos os tipos de SE utilizados em nossa pesquisa. Ressaltamos, entretanto, que, da classificação fornecida pelo autor, não consideramos os clíticos *inacusativo* e *oblíquo*, por terem apresentado pouca ou nenhuma relevância em nossos dados, e acrescentamos o *SE indeterminador*, cuja frequência mostrou-se bastante robusta em nossa amostra.

Passemos, então, à descrição da tipologia empregada neste estudo, para mostrarmos as faces do SE que figuram em contextos dos dados do PPVC e PCVC. Para cada tipo de clítico, exemplos ilustrativos retirados dos nossos *corpora*.

2.4.1 SE reflexivo

Na taxionomia de Souza (2017), o clítico *reflexivo* é somente aquele que possa funcionar como argumento interno e, ao mesmo tempo, possa estabelecer com o argumento

²¹ Em nota, Souza (2011, p.56) pondera que “[...] A maior parte dos muitos trabalhos analisados na revisão bibliográfica sobre o tema em questão não faz qualquer menção a respeito da chamada voz média. Nunes (1995) e Bandeira (2007) afirmam existir um clítico médio no português brasileiro, mas não abordam tal categoria em seus respectivos trabalhos. Keyser e Roeper (1984) afirmam, em seu conhecido estudo, que a construção média se diferencia da ergativa, apesar de terem ambas a mesma estrutura, por implicar necessariamente um agente e por ter uma interpretação genérica, não descrevendo eventos. Camacho (2003), por sua vez, defende que, numa estrutura dita reflexiva, qualquer clítico que não esteja num contexto de reflexividade ou de reciprocidade seja considerado um clítico médio; posicionamento que é criticado por Perini (2005), que caracteriza o contexto de medialidade pela existência de um agente necessariamente subentendido e pela ausência de referência temporal.” Esse raciocínio, somado ao fato de os clíticos *médio* e *ergativo* receberem do autor definições quase idênticas, o fizeram rever sua tipologia e excluir dela o clítico *médio* em Souza (2017), “[...]visto que o conceito de medialidade no português brasileiro é ainda muito controverso”. (SOUZA, 2017, p.102)

externo uma relação de correferência semântica, atribuindo a este agentividade e passividade concomitantes, como podemos ver:

- (33) eu acho que o povo de Conquista_i se_i veste bem, no geral, né (DFP – PCVC – I - F)
 (34) meus fi_i se_i aliment' bem, come bem. (CDS – PPVC – I - F)

Considerando as propriedades definidoras dessa classe, levantadas por outros autores (CUNHA, 1986; NUNES, 1995; CUNHA e CINTRA, 2001; ROCHA LIMA, 2003, CAMACHO, 2003; BECHARA, 2004, MELLO, 2009), tanto em gramáticas quanto em pesquisas linguísticas, é consenso que o reflexivo:

- (i) Exerce papel temático de argumento interno (objeto direto ou indireto);
- (ii) É correferencial ao sujeito;
- (iii) Pode se alternar com outros SNs não-correferenciais ao sujeito, sem alteração da significação verbal;
- (iv) Pode ser ampliado por formas enfáticas como “a si mesmo”, “de si mesmo”.

2.4.2 SE *recíproco*

Assim como o *reflexivo*, o SE *recíproco* também funciona como argumento interno e, ao mesmo tempo, estabelece com o argumento externo uma relação de correferência semântica, atribuindo a este agentividade e passividade concomitantemente. Porém, em estruturas nas quais o SE é *recíproco*, o argumento externo representa duas ou mais entidades que agem uma(s) sobre a(s) outra(s). Vejam-se os exemplos:

- (35) minha mãe e meu pai_i foram os últimos a se_i casarem. (AI – PCVC – III - F)
 (36) Meu filho meu filho é difícil. É que eles dois_i não se_i dá bem é como duas pessoa quando não si conhece. Isso é o que mais, mais machuca mesmo, esses dois que eles não se dá bem, num se falam. É como se fosse duas pessoa inimiga dente de casa. (M.S - PPVC – I - M)

Há situações em que a distinção entre os contextos de reflexividade e de reciprocidade não é nítida. Uma frase como *Eles se feriram*, por exemplo, pode dar margem a três interpretações diferentes: o contexto pode ser de reflexividade, indicando que *eles* feriram *a si*

mesmos, de reciprocidade, indicando que *eles* feriram *um ao outro*, ou pode-se, ainda, atribuir a ela um sentido passivo, caso o contexto permita recuperar o elemento desencadeador da ação.

Em casos como esse, a inserção de uma expressão reforçativa pode servir para evitar a ambiguidade na interpretação, conforme apontam Rocha (1999), Camacho (2003), e Mello (2009). Destarte, a expressão *a si mesmos*, presente em *Eles_i se_i feriram a si mesmos*, por exemplo, enfatiza que o contexto é de reflexividade. Já em *Eles_i se_i feriram uns aos outros*, a expressão negritada no final da frase assegura que o contexto é de reciprocidade. Por outro lado, a presença de um constituinte de valor adverbial em *Eles se feriram na explosão* determina a interpretação passiva do argumento externo, perspectivando o termo *na explosão* como o elemento agente do processo.

2.4.3 SE ergativo

Em Souza (2017), o SE *ergativo*, independente do traço de animacidade do sujeito sintático, é o clítico que figura em estruturas nas quais o argumento externo não esteja presente e o argumento interno seja alçado à posição de sujeito, no papel de paciente/experienciador, sem que haja um agente explícito ou recuperável pelo contexto.

De acordo com Nunes (1995, p. 204), o SE *ergativo* funciona como “um operador lexical que detematiza a posição de sujeito de verbos intransitivos”. Nesse caso, pela propriedade da ergativização, o sujeito sintático de uma oração é interpretado como *paciente* – papel temático atribuído ao argumento representante da entidade que sofre o efeito de alguma ação. A ergativização, segundo Vilela e Koch (2001), é uma construção intransitiva em que não se indica o agente da ação verbal, cujo objeto direto ocupa o lugar do sujeito, como se observa nos exemplos que seguem:

(37) Você se... frustra um pouco. (CDS - PPVC - I- F)

(38) Danilo às vezes Ø infeza, Danilo às vezes Ø infeza. Uma pessoa assim que, sei lá, que aí ele Ø infeza. (MJPS – PPVC - II - F)

2.4.4 SE apassivador

Em trabalho realizado em 2009, Mello traz o SE *apassivador* em sua proposta de classificação, por outro lado, Nunes (1995) não considera essa classe de SE porque, em

estudos anteriores NUNES (1990, 1991), o autor constatou que a forma apassivadora “cedeu lugar” para o SE *indeterminador*.

Nesse ponto, a definição de Souza (2017) se distancia daquelas que normalmente se encontram nas pesquisas linguísticas. Entre os autores que adotam essa classe de SE (comumente designada SE *passivo*), temos dois posicionamentos: ou a abordagem é feita nos moldes da Gramática Tradicional ou é feita para questionar a existência da passiva sintética no PB (SCHERRE, 2005). Mello (2009, p. 101), por exemplo, confessa:

Na verdade, ainda não consegui formular critérios de classificação bem definidos para este grupo. Quando penso num *se* apassivador, me remeto às construções ditadas pela gramática tradicional, na chamada *passiva sintética*. E sempre associei o *se* apassivador à possibilidade de construir uma expressão equivalente, de forma ativa: *vendem-se bolos* → *bolos são vendidos*. Pronto! Voz passiva. (MELLO, 2009, p. 101)

A autora, de fato, não oferece em seu trabalho uma definição para o SE *apassivador*. Apenas tece comentários sobre a impressão que ela própria ou os falantes do Português Brasil, em geral, têm das construções com SE e verbos transitivos diretos, argumentando, com base em Said Ali (1954), que tais estruturas não são percebidas como de sentido passivo – posição que também assumimos. Nesses casos, “[...] A tendência é a de interpretá-las como construções ativas com uma indeterminação expressa pelo *se*.” (MELLO, 2009, p. 101). Esse raciocínio, no entanto, não se coaduna com as palavras da pesquisadora quando, finalmente, conclui e exemplifica o que entende por estruturas passivas:

As estruturas passivas são construídas a partir de verbos transitivos diretos que têm sua concordância determinada pela expressão que funciona como sujeito passivo da construção, como em:
(211) *Era um [órgão] um organismo federal “DASP”. Era quem organizava os concursos para as diversas repartições federais, e o ex-IAPI, naquele tempo, era o representante do “DASP” na Paraíba, e era quem organizava todas as provas quando vinham do do Rio de Janeiro, que o DASP naquele tempo era no Rio de Janeiro. Faziam as inscrições, **abriam-se os editais de inscrições**[...] (VALPB – ERG – M – 3). (MELLO, 2009, p. 102)*

Na proposta classificatória de Souza (2017), o clítico *passivo* é aquele que ocorre em estruturas na quais o argumento externo não esteja presente e o argumento interno seja alçado à posição de sujeito sintático no papel de paciente/experienciador, desde que haja um agente explícito ou recuperável pelo contexto. Neste trabalho, assumimos essa mesma definição, porém, chamamos o SE *passivo* de *apassivador*, por julgarmos essa denominação mais

coerente com a função ou propriedade exercida pelo clítico nas estruturas que integra. Ademais, com base em Naro (1976), Nunes (1990, 1991, 1995) e Cyrino (2007), cremos que o SE passivo não mais existe no PB. A seguir, exemplos de ocorrências com SE *apassivador*:

- (39) Ela **se** assustô da gente não conhecer a palavra piranguêro (CBS – PCVC – I – F)
 (40) a gente fez com que algumas crianças subissem essa escada, quando ela tava perto de chegar na escada, a gente baixou essa camiseta simulando um fantasma ali, e foi maior desespero, a gente **se** divertia a beça com aquilo dali... (CSM – PPVC – I – F)

Ressaltamos, com Souza (2017), que não se trata, nesse caso, de voz passiva em si. Além disso, não podemos dizer que o contexto é de reflexividade, uma vez que prescinde, entre outras, da propriedade da correferencialidade²². Podemos, sem dúvida, dizer, que os eventos ilustrados em (7) e (8) vêm dar testemunho da ampliação das funções exercidas pelo clítico SE ao longo do tempo. Entre tais funções está a de atribuir à entidade à qual refere-se com valor anafórico um sentido passivo, com ênfase não no *valor estativo* do elemento afetado, como ocorre nas passivas prototípicas, mas na ação desencadeada por um elemento presente na estrutura, como se pode observar, comparando-se os exemplos seguintes, retirados de Souza (2017):

- (41) O vidro foi despedaçado pela chuva de granizo. (SOUZA, 2017, p. 103)
 (42) O vidro_i **se**_i despedaçou com a chuva de granizo. (SOUZA, 2017, p. 103)

A sentença em (41) exemplifica uma estrutura prototípica de voz passiva, na qual o sujeito sintático é o paciente da ação verbal, e há um agente explícito que realiza tal ação. O exemplo em (42), por sua vez, não possui a mesma estrutura do exemplo em (41), mas também apresenta um sujeito sintático com papel de paciente e um desencadeador da ação verbal por ele sofrida, cuja relação é mediada pelo clítico SE. É nesse contexto que, ao nosso ver, aparece o SE *apassivador*.

Para afastar dúvidas, outro ponto a observar, também, diz respeito à semelhança conceptual entre os clíticos *apassivador* e *ergativo*, fato igualmente sublinhado por Souza (2017). A diferença entre ambos está na presença ou ausência do elemento desencadeador da

²² Para uma maior clarificação dos conceitos relacionados à voz verbal e seu estatuto no PB, remetemos o leitor a Camacho, (2002, 2003).

ação (explícito ou recuperável pelo contexto). Quando presente, o clítico será *apassivador*. Se, ao contrário, o elemento desencadeador da ação estiver ausente, o SE será classificado como *ergativo*.²³

2.4.5 SE indeterminador

No âmbito das pesquisas linguísticas, diferentes autores (NARO, 1976; NUNES, 1990, 1991, 1995; CYRINO, 2007) destacam uma mudança diacrônica ocorrida no Português: perda da *passiva sintética*. Naro (1976), por exemplo, mostra que, a partir do século XVI, surgem as sentenças com o SE *indeterminador* (denominado pelo autor de *impessoal*), ao lado das sentenças já existentes com o SE *passivo*. Nesse mesmo diapasão, Nunes (1990) confirma o aparecimento dessas estruturas, em que não há concordância entre o verbo e o seu argumento interno, a partir do século XVI, e constata uma maior recorrência delas a partir do século XIX. Sobre tais estruturas, destacamos o pensamento de dois renomados historiadores de nossa língua, Nascentes (1960) e Said Ali (1966 [1908]). Para Nascentes (1960):

Nas frases de sujeito indeterminado indicado pela partícula *se*, nas quais haja objeto direto no plural, o verbo, por atração concorda com o objeto direto.

Ex.: *Vendem-se casas*.

Tais frases me parecem de sentido ativo e não passivo. A ideia é de que alguém, que não se sabe quem seja, vende casas e não que casas sejam vendidas por alguém. (NASCENTES, 1960, p. 145-146)

Por seu turno, Said Ali (1966 [1908]) assim se manifesta: “[...] em *compra-se o palácio* e *morre-se de fome*, o pronome *se* sugere, na consciência de todo o mundo, a ideia de alguém que compra, de alguém que morre, mas que não conhecemos ou não queremos nomear”. (SAID ALI, 1966 [1908], p.92).

A propósito do exemplo de Nascentes (1960), apresentamos uma explicação presente em Bechara (2004, p. 178):

[...] o *se* como índice de indeterminação de sujeito – primitivamente exclusivo em combinação com verbos não acompanhados de objeto direto -, estendeu seu papel aos transitivos diretos (onde a interpretação passiva passa a ter uma interpretação impessoal: *Vendem-se casas* = ‘alguém tem casa para vender’) e de ligação (*É-se feliz*). A passagem deste emprego da passiva à indeterminação levou o falante a não mais fazer a concordância, pois o que

²³ Como se pode observar nos exemplos a seguir de nossa autoria: a) O bebê **se** assustou com o barulho (SE - *apassivador*) e b) O bebê **se** assustou (SE - *ergativo*).

era sujeito passou a ser entendido como objeto direto, função que não leva a exigir o acordo do verbo:

Vendem-se casas (= ‘casas são vendidas’) → Vendem-se casas (= ‘alguém tem casa para vender’) → Vende-se casas.

“Vende-se casas e fritam-se ovos são frases de emprego ainda antiliterário, apesar da já multiplicidade de exemplos. A genuína linguagem literária requer vendem-se, fritam-se. Mas ambas as sintaxes são corretas, e a primeira não é absolutamente, como fica demonstrado, modificação da segunda. São apenas dois estágios diferentes de evolução. Fica também provado o falso testemunho que levantaram à sintaxe francesa, que em verdade nenhuma influência neste particular exerceu em nós...”. [MAG.2,181-183]. (BECHARA, 2004, p. 178)²⁴

A nosso juízo, a despeito das considerações feitas, Bechara (2004) mantém, ainda, certo receio em admitir que a *passiva sintética* não mais existe no Português do Brasil, uma vez que não identifica o SE presente em tais estruturas como “índice de indeterminação do sujeito”, para cuja função dá como exemplos apenas estas construções, como: “Vive-se bem”, “Precisa-se de empregada” e “É-se feliz”. (BECHARA, 2004, p. 178).

Além do mais, não deixa escapar o perfil normativo-prescritivo de sua obra ao recrutar a chancela de Martins de Aguiar²⁵ para sentenciar as inovações observadas como “frases de emprego ainda antiliterário”, não requeridas pela “genuína linguagem literária”.

O fato é que, de acordo com os critérios usualmente estabelecidos pela gramática tradicional de orientação normativista (CUNHA, 1986, CUNHA e CINTRA, 2001; ROCHA LIMA, 2003, BECHARA, 2004), construções como “Aluga-se loja/Alugam-se lojas” seriam exemplos de estruturas passivas, devendo, pois, concordar com loja(s), elemento interpretado pelos gramáticos como o sujeito sintático da sentença. Já as construções *Precisa-se de balconistas*, *Vive-se bem nesta cidade* e *Está-se bem instalado neste hotel* seriam representativas de casos de indeterminação do sujeito (alguém precisa, alguém vive, alguém está bem instalado), devendo permanecer na terceira pessoa do singular.

Atualmente, as estruturas tradicionalmente classificadas como *passivas sintéticas*²⁶, em que a concordância se faz segundo os preceitos da Gramática Tradicional, são raras no

²⁴Por mais longa que tenha sido a citação do autor, mantemo-la em homenagem ao raciocínio integral por ele desenvolvido.

²⁵ Crítico, ensaísta, filólogo, destacou-se por ser estudioso do estilo de autores lusitanos. Sua obra mais conhecida, *Repasse crítico da Gramática Portuguesa*, foi republicada em pareceria pela Casa José de Alencar e pela Universidade do Ceará em 1996.

²⁶ Scherre (2005, p. 80) argumenta que “hoje, a estrutura classificada como passiva sintética – *joga-se búzios* ou *jogam-se búzios*; *doa-se filhotes* ou *doam-se filhotes* (...) – não é passiva sintética; é, sim, predominantemente, uma estrutura ativa de sujeito indeterminado, semelhante a outras estruturas irmãs do tipo: *No Brasil, precisa-se urgentemente de reforma agrária* e *vive-se bem nesta terra*”. Segundo

Português Brasileiro. Em vez de *Alugam-se casas*, predominam construções do tipo *Aluga-se casas/Aluga casas*, todas elas, interpretadas como ativas, de sujeito indeterminado. De acordo com Cyrino, (2007, p. 91), essas construções se intensificam no século XIX no PB, ao mesmo tempo em que o SE aparece em estruturas onde ele não era esperado, como nas infinitivas, como no exemplo elaborado por Galves (1987), reproduzido por nós da leitura que fizemos de Cyrino (2007, p.91): “É impossível se achar lugar aqui.”.

Feitas essas breves considerações, para além dos contextos prescritos pela Gramática Tradicional, assumimos o SE e sua variante nula, tanto em estruturas infinitivas quanto naquelas tradicionalmente classificadas como *passivas sintéticas* (com ou sem concordância entre o verbo e o seu argumento interno), como uma das estratégias de indeterminação do sujeito (referente) disponíveis no Português do Brasil. A seguir, exemplificamos com amostras dos nossos *corpora*:

- (43) Quando **se** trabalha, é cansativo (ASA – PCVC – II – F)
- (44) Realmente é... o que **se** nota é cada vez mais cedo as crianças estão dominando já esses aparelhos... celulares (CSMN – PCVC – III – M)
- (45) DOC: E o bairro é tranquilo? INF: Não muito, mas num é de Ø assombrá não. (M.L.S.S.)
- (46) Hoje não se pode fazê fogueira em qualqué rua, isso aí não Ø pode fazê mesmo (AI– PCVC– III– F)
- (47) Eu tô tirano isso do fundo da memória, caroço da azeitona, onde é que **se** punha o caroço da azeitona. (AI– PCVC– III– F)
- (48) A... a ligação entre os vizinhos, né, era um... eram laços que se criavam eh... sólidos mesmo, de fato. (AI– PCVC– III– F)

2.4.6 SE inerente

Para Rocha Lima (1984, p. 320), os pronomes átonos que acompanham os verbos *pronominais* como *ajoelhar-se*, *suicidar-se*, *condoer-se*, *apiedar-se*, *ufanar-se*, *queixar-se* e *vangloriar-se* constituem uma **parte integrante inseparável** do verbo. Segundo o gramático,

Castilho (2016, p.481), com a perda de traços do pronome SE, o sentido passivo ficou comprometido, dando lugar ao sentido de indeterminação do sujeito. Também desapareceu a concordância do verbo com seu sujeito passivo, agora reanalisado como objeto direto.

não desempenham nenhuma função sintática, são “fossilizados”. Por isso, os *verbos pronominais* se realizam sem os complementos.

Por sua vez, Almeida (1999, p. 211) assevera que os **verbos essencialmente pronominais**, só podem ser realizados com o respectivo clítico pronominal, como *arrepender-se, queixar-se, indignar-se, abster-se, apoderar-se e comportar-se*. O SE, *parte integrante* dos **verbos essencialmente pronominais** não indica exatamente “uma revolução da ação verbal sobre o sujeito” e, apesar de não exercer nenhuma função sintática, o uso do verbo sem o SE seria “impossível” e configuraria um “erro”.

Em semelhante posicionamento, Bechara (2004, p.177-178) afirma que, além das funções sintáticas que o SE pode exercer (objeto direto, objeto indireto, complemento relativo e índice de indeterminação do sujeito), o clítico pode, ainda, juntar-se a verbos que indicam sentimento, como *atrever-se, admirar-se, arrepender-se, esquecer-se, indignar-se, lembrar-se, orgulhar-se, queixar-se e ufanar-se*. Nesse caso, explica o autor, “não se percebendo mais o sentido reflexivo da construção, considera-se o *se* como parte integrante do verbo, sem classificação especial”. (BECHARA, 2004, p.178)

Não nos convencem as considerações advogadas em favor da obrigatoriedade no uso de formas verbais pronominalizadas. A noção de que há verbos *essencialmente pronominais*, cujo emprego nunca pode ser dissociado de um pronome da mesma pessoa do sujeito gramatical, se constrói, a nosso ver, sob valores estilísticos ou de purismo gramatical.

Destarte, considerando as ocorrências coletadas e baseando-nos na taxionomia de Souza (2017), adotamos como critérios para a classificação do SE *inerente* as seguintes propriedades desse clítico: (i) não exerce função sintática, (ii) não altera a estrutura argumental do verbo, (iii) é apenas anafórico, (iv) é exigido, segundo os preceitos da norma padrão, apenas pelos chamados *verbos essencialmente pronominais*.

Ao lado de tais critérios, assumimos também que o contexto de SE *inerente* é aquele em que o clítico instaura um sentido diferente da forma verbal não-pronominalizada. Destarte, atribuímos ao contexto a função de esclarecer qual é o sentido do processo verbal, quando o uso do pronome, associado a um determinado sentido, deixa de ser observado. Considerando-se os dados dos *corpora* em análise, apresentamos exemplos de ocorrências de SE *inerente*:

(49) ele era um cara dos filmes, daqueles filmes da década de noventa mesmo, mal, né, que as meninas **se apaixonavam** (DFP - PVC- I - F)

(50) aí gente teve que **se mudar** pro... pruma cidade pequena (DFP - PVC- I - F)

- (51) Às veze a... a gente tem um aborrecimento sem necessidade, depois a gente **Ø** arrepende de ter falado aquilo ou o quê, *né* (ARA – PPVC – III - M)
- (52) Por mais coisas que você tenha acesso a coisas que você tem viagens que você tenha feito você num é igual a nenhuma ôtra pessoa e por conta disso **se** tornam pessoas esnobes e tal e isso me incomoda (CDS– PPVC – I F)

Classificação semelhante também é adotada por Nunes (1995) e Mello (2009).

2.4.7 SE expletivo

Para definir esse tipo de SE, vamos recorrer a Said Ali. Em Said Ali (1966 [1908], p.90), encontramos a seguinte descrição de um tipo particular de SE:

Em certos verbos, principalmente alguns intransitivos, o pronome reflexo não faz outra coisa senão mostrar que o sujeito participa intensamente da ação. *Êle riu-se* é mais do que *êle riu*; e no pensamento *foram-se para o céu* nota-se um matiz que já não aparece em *êles foram para o céu*. (SAID ALI, (1966 [1908], p.90).

Como é lícito inferir, o SE, no contexto de alguns verbos intransitivos, como os apresentados por Said Ali (1966 [1908]), não favorece a instauração de um novo sentido, mas pode realçar a participação intensa do sujeito no processo verbal. Essa ênfase na participação do sujeito é sublinhada por Nunes (1995, p.206) ao chamar de *se enfático* o clítico que exerce esse papel, conforme o exemplo que ora reproduzimos: “O dito Gómez hera isemto e que seffosse em paz.” (NUNES, 1995, p.206).

Isto posto, o SE *expletivo*, conforme a taxionomia adotada neste trabalho, é apenas anafórico. Não exerce função sintática alguma e não é requerido, segundo a norma padrão, por nenhum verbo. É utilizado, apenas, por uma questão meramente estilística, associado a verbos intransitivos. Não ocasiona, portanto, alterações semântico-sintáticas ao ser suprimido, conforme se observa nestas amostras dos nossos dados:

- (53) Só minha mãe que é viva, meu pai já **se** foi. (M.S.S.,PPVC,I,M)
- (54) se tem alguma coisa que te aflige, que é muito complicada, cê tem que tentá descomplicá o máximo, pra você conseguir **se** sair bem. (ASA – PCVC – II – F)

- (55) Os alunos já não se importam com a escola, já é algo que eles vão para socializar ou conhecer pessoas novas e acabou-se, e assim e o que importa é a nota, não o conhecimento. (CBS - PCVC - I - F)

CrITÉRIOS semelhantes também são adotados por Nunes (1995) e Mello (2009), que utilizam a designação de SE *enfático*.

Nesta seção, apresentamos o nosso objeto de estudo, o pronome clítico SE, tradicionalmente classificado como reflexivo. Foram discutidas as peculiaridades e propriedades definidoras desse item, bem como sua trajetória na língua rumo ao PB. Nesse caminho, mostramos como o SE é perspectivado nas Gramáticas Tradicionais e nas pesquisas linguísticas. Além disso, para minimizar as dificuldades classificatórias do SE, apresentamos a nossa proposta de classificação do clítico.

Feitas essas considerações, passamos a delinear o quadro teórico que nos serve de base nesta pesquisa.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, dedicamo-nos à exposição do quadro teórico que orienta o presente estudo. Para tanto, abordamos as principais ideias discutidas no âmbito da Sociolinguística e do Funcionalismo Norte-Americano. Em seguida, apresentamos a maneira pela qual pensamos ser possível harmonizar as duas teorias para analisar um objeto de estudo, trazendo para as nossas discussões a proposta de diálogo entre os princípios da Sociolinguística Variacionista e do Funcionalismo Norte-Americano. A união dessas duas abordagens baseia-se tanto na confluência entre as duas teorias como, a nosso ver, no ganho que se obtém ao investigar um fenômeno linguístico sob duas perspectivas distintas.

Para começarmos a discussão, apresentamos, a seguir, os fundamentos da Sociolinguística Variacionista.

3.1 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

Para analisar os padrões de variação e mudança do pronome clítico SE no vernáculo de Vitória da Conquista, valemo-nos do arcabouço teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista Laboviana, à qual creditamos uma das principais contribuições para os estudos

linguísticos, a saber, o estabelecimento da tradição de pesquisa empírica que permite estudar cientificamente a heterogeneidade linguística.

A Sociolinguística possui por escopo o estudo dos padrões linguísticos verificados em uma determinada comunidade de fala, por meio do exame dos fatores internos e externos à língua que motivam a manifestação de um fenômeno linguisticamente variável.

No *Manual de Ciencias da Linguaxe*, Suárez (2000) destaca os postulados da Sociolinguística Laboviana, mormente, contidos em Labov (2008 [1972]), resumindo-os da seguinte forma:

O objeto de estudo primordial da sociolinguística são as línguas tal como se manifestam nos indivíduos, nos grupos sociais e nas comunidades. A manifestação social e individual das línguas não produz um objeto único, uniforme e bem delimitado, mas todo o contrário: os falantes e os grupos sociais utilizam elementos e variedades linguísticas delimitadas em função de um conjunto de características formais e funcionais. E o estudo das variedades linguísticas constitui o objeto de estudo da variação linguística. (SUÁREZ, 2000, p.5, tradução nossa²⁷)

Nessa perspectiva, podemos destacar da fala de Suárez (2000) aquilo que constitui o postulado teórico da Sociolinguística:

1º As línguas não são apenas realidades individuais psicológicas que podem ser vistas apenas por observação lógico-intuitiva; mas se atualizam nos grupos sociais e nas comunidades de fala;

2º Aquilo que é individual e social na língua não se configura em um monobloco delimitado; mas antes, pressupõe heterogeneidades estratificadas, chamadas convencionalmente de variedades linguísticas;

3º A língua apresenta tanto características formais quanto funcionais; portanto, limitar-se a um dos aspectos seria danoso para a compreensão do todo linguístico;

4º A variação é o escopo central dos estudos sociolinguísticos.

Desse modelo teórico-metodológico, ainda retomando Suárez (200), ressaltamos o conceito de *comunidade de fala* compreendido não como um conjunto de indivíduos que

²⁷ O obxecto de estudio primordial da sociolinguística son as línguas tal como estas se manifestan nos individuos, nos grupos sociais e nas comunidades. A manifestación social e individual das línguas non produce un obxecto único, uniforme e ben delimitado, senón todo o contrario: os falantes e os grupos sociais utilizan elementos e variedades linguísticas delimitadas en función dun conxunto de características formais e funcionais. E o estudio das variedades linguísticas constitúe o obxecto de estudio da variación linguística. (SUÁREZ, 2000, p.5)

falam exatamente da mesma forma, mas que, de algum modo, compartilham traços linguísticos que diferenciam o grupo ao qual pertencem dos demais. A partir de tal compreensão, asseguram os “postulados” sociolinguísticos que os falantes de uma mesma comunidade tendem a estabelecer a comunicação entre si, de um modo mais frequente, do que com outros indivíduos oriundos de grupos distintos, apresentando normas e atitudes comuns em face do uso da língua (LABOV, 2008 [1972]).

A língua é, por excelência, concebida como sistema dotado de variação intrínseca e não-arbitrária, à qual subjazem pressões de natureza estrutural (linguística) e social (extralinguística) que governam a sistematicidade do evento em variância (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968]). Partindo dessa premissa, a Sociolinguística de orientação laboviana refuta a máxima estruturalista de que a variação linguística é um fato assistemático e irregular, outorgando, desse modo, legitimidade ao princípio da heterogeneidade ordenada.

A fundamentação empírica para uma teoria da mudança linguística tem, portanto, que incluir a capacidade de lidar com a *heterogeneidade ordenada*²⁸, uma vez que esta é uma característica fundamental da linguagem (LABOV, 1994).

Conforme preconizam os postulados variacionistas, a variação constitui um fenômeno universal. Destarte, o sistema linguístico abrange não só regras ou elementos *categóricos*, isto é, regras que sempre se aplicam, ou elementos que sempre são realizados de uma determinada maneira, mas também aqueles que se encontram em variação. Estes últimos recebem o nome de *variáveis linguísticas*, as quais, por seu turno, podem abranger duas ou mais *variantes*.

As *variantes linguísticas* são definidas como maneiras alternativas de se dizer a mesma coisa, num mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. Elas têm, portanto, idêntico significado referencial, embora possam diferir quanto ao seu valor social. (LABOV, 2008 [1972], p. 271).

Isto posto, sublinhamos que o presente estudo comunga com o construto teórico básico do aporte sociolinguístico no que concerne à noção de regra variável. A alternância entre uso x apagamento do clítico SE no português popular brasileiro é um caso de variação,

²⁸ O conceito de heterogeneidade ordenada ou heterogeneidade estruturada foi primeiramente desenvolvido por Weinreich, Labov e Herzog (1968), refutando a casualidade na variação a qual levou muitos linguistas da Escola Bloomfieldiana (1933) a rejeitarem o estudo do variação, pois tal fato poderia por em risco a estabilidade do sistema. Assim dito, as concepções de língua em que se baseiam estruturalistas e gerativistas chocam-se frontalmente com a sistematicidade da variação que é o carro chefe da Sociolinguística. E nesse sentido, Weinreich, Labov e Herzog (1968) demarcam esse território de compreensão teórica, quase um corolário sociolinguístico, ao afirmarem que: “Para dar conta da [...] variação íntima, é necessário introduzir outro conceito no modelo de heterogeneidade ordenada que estamos desenvolvendo aqui: a variável linguística – um elemento variável dentro do sistema controlado por uma única regra.” (WEINREICH, LABOV, HERZOG (2006 [1968], p. 105)

ao qual estas noções podem ser aplicadas. Na nomenclatura de Labov, o SE constitui uma *variável linguística* que abrange duas *variantes*: a realização e a não-realização do clítico.

Tomada sob a égide laboviana, essa variação é sistemática e não-aleatória, na medida em que é condicionada tanto por *fatores internos* ao sistema linguístico, como por *fatores externos*, de natureza social²⁹. Estes últimos, nesta pesquisa, abrangem não só características individuais dos falantes (faixa etária, sexo e escolaridade), como também aspectos relacionados à história, à cultura e ao sistema de organização política, econômica, social e geográfica da cidade de Vitória da Conquista, os quais, embora, não quantificados numericamente, refletem-se por extensão na definição de Português Popular e Português Culto, bem como na escolha da comunidade, por suas características político-econômicas e também por seu potencial agregador cultural. Nesse sentido, a escolha do local da pesquisa, e não apenas dos informantes, é uma das características idiossincrásicas verificadas em todas as pesquisas sociolinguísticas³⁰.

Na subseção seguinte, vamos discutir de forma mais acurada o que entendemos (à luz da Sociolinguística) ser a variação e a mudança em nosso estudo.

3.1.2 Variação e mudança

O foco principal dos estudos sociolinguísticos, em grande medida, é descrever os fenômenos linguísticos em variação para buscar compreender como se processa a variação e mudança linguísticas (BORTONI-RICARDO, 2014). Por que as línguas mudam? Como as línguas mudam? Essas são algumas questões centrais as quais a Sociolinguística Variacionista procura responder.

Dentro do quadro teórico da Sociolinguística, a variação e a mudança são assumidas como processos estreitamente relacionados (LABOV, 2008 [1972]). Nas palavras de Silva (2008) “[...] a Sociolinguística encara a mudança como um processo que pode ser observado na sincronia a partir da variação entre formas concorrentes. Desse modo, o problema da mudança está ligado ao problema da variação.” (SILVA, 2008, p. 114).

²⁹ Os fatores condicionantes (internos e externos) são também denominados *variáveis independentes*, em oposição à *variável dependente*, que constitui o fenômeno linguístico em estudo.

³⁰ A esse respeito, devemos observar que desde as pesquisas pioneiras de Labov (1972), as comunidades de falas não são aleatoriamente escolhidas, mas refletem padrões observáveis de comportamento que levam à caracterização de peculiaridades sociais, como no caso das comunidades afro-brasileiras (SILVA, 2003, 2005).

Segundo a Teoria da Variação, os processos de mudança linguística que se verificam em uma comunidade de fala se atualizam na variação observada, em dado momento, nos padrões de comportamento linguístico dos falantes. Portanto, a mudança linguística implica a existência de variação, mas a variação não implica, necessariamente, a mudança linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]). Silva (2008), explica esses processos da seguinte maneira:

Há casos em que duas ou mais formas variantes estão em coocorrência na estrutura linguística, podendo ocasionar uma mudança ou apenas manter a variação. No primeiro caso, uma variante tende a predominar sobre a(s) outra(s), determinando-lhe o desaparecimento, caracterizando uma *mudança em curso*. No segundo caso, as duas variantes tendem a se manter em uma situação de coocorrência na estrutura da língua; configurando um caso de *variação estável*. (SILVA, 2008, p. 114-125).

De acordo com Chambers (1997 [1995], p. 107), há *variação estável* quando duas variáveis estão bem estabelecidas como indicadores em uma dada comunidade linguística. O autor acrescenta, ainda, que jovens e velhos, com suas especificidades de sexo e classe social, apresentarão características linguísticas similares no uso das variantes e na mudança de estilo. No que respeita às mudanças linguísticas *em curso*, Milroy (1992, p. 3) pontua que são comumente vistas como erros, mesmo por aqueles que possuem consciência de que as línguas estão sujeitas a mudanças.

A mudança linguística tem sido objeto de estudo de muitos linguistas os quais lhe têm dedicado muitos compêndios como Lass (1977) e Bybee (2015) ³¹, ampliando o leque de discussões a respeito da razão das mudanças. Apesar de outras visões sobre a mudança linguística, é justamente a Sociolinguística que vai trazer para a mudança a primazia de se poder observar, mesmo com os paradoxos temporais, a mudança que se revela no hoje, transcorrendo tal qual um geólogo que observa a “migração de dunas”. Nesse sentido, a Sociolinguística (LABOV, 1994) prova que o estudo da mudança linguística pode ser empreendido na perspectiva do *tempo aparente*, segundo a qual as diferenças no comportamento linguístico de gerações distintas, em um determinado momento, refletiriam diferentes estágios do desenvolvimento histórico da língua, ou do *tempo real*, quando se analisam amostras da linguagem de uma comunidade em pontos distintos no tempo.

³¹ Bybee (2015) publicou uma obra em que reúne uma discussão geral sobre a mudança, trazendo desde a concepção mais tradicional de mudança (inclusive a analógica) até elementos de gramaticalização e abordagens cognitivas.

Destarte, um dos fundamentos da Sociolinguística advém da assunção de que, no presente, podemos ver indícios de mudança, se observarmos as diferenças de comportamento entre jovens e idosos dentro de uma comunidade linguística. Entendida dessa maneira, convencionou-se chamar a mudança linguística de *mudança em tempo* aparente, tomando como esclarecimento as palavras de Faraco (1998, p. 117), “[...] a predominância duma variante entre os mais jovens e sua pouca ocorrência entre os mais velhos pode estar indicando uma mudança em progresso, isto é, que uma das variantes está sendo abandonada em favor de outra”.

O modelo teórico da Sociolinguística pressupõe, ainda, a investigação *em tempo real*, cronológico, através de pesquisas realizadas com base na história social das comunidades. Postula-se, pois, que, fundamentalmente, a variação analisada sincronicamente em um dado ponto da estrutura da gramática de uma comunidade de fala pode “denunciar” um processo de mudança em curso na língua, no que respeita à diacronia. Nesse momento, a pesquisa em fontes históricas pode fornecer material tanto a respeito da discussão da mudança em curso quanto da situação pretérita.

Na subseção seguinte, vamos nos ocupar em estudar de forma detalhada a mudança linguística.

3.1.2.1 Questões gerais para o estudo da mudança linguística

A mudança linguística não é um fenômeno de fácil explicação. Na medida em que pode interromper-se, mudar de direção, completar-se, ou estender-se por longos períodos sem chegar a um desfecho, ela constitui, assim, um processo cujos resultados nem sempre podem ser preditos. Por conta da contingência dos processos históricos, qualquer afirmação acerca da mudança em progresso é, de fato, uma inferência (LABOV, 1981, p. 177). Nesse sentido, ao discutir o fenômeno da mudança, o linguista deve lidar com alguns princípios/problemas concernentes aos fundamentos empíricos para uma teoria da mudança, a saber: os fatores condicionantes (ou seja, das restrições), o encaixamento, a transição, a avaliação e a implementação.

Neste estudo, procuramos contemplar essas questões, ainda que não em igual profundidade, como uma ferramenta para auxiliar a descrever e interpretar os nossos dados empíricos variáveis, sintetizados no excerto extraído de Coelho e coautores (2015):

Problema da restrição: Qual é o conjunto de mudanças possíveis e de condições para mudanças que podem ocorrer em uma determinada estrutura?

Problema do encaixamento: Como as mudanças estão encaixadas na estrutura linguística e social?

Problema da transição: Como as mudanças passam de um estágio a outro?

Problema da avaliação: Como as mudanças podem ser avaliadas em termos de seus efeitos sobre a estrutura linguística, sobre a eficiência comunicativa e sobre o amplo espectro de fatores não representacionais envolvidos no falar?

Problema da implementação: A que fatores se podem atribuir a implementação das mudanças? Por que uma mudança ocorre em uma língua em uma época e não em outra língua e em outra época? (COELHO *et al*, 2015, p. 76-77, grifos dos autores).

No que concerne aos *fatores condicionantes*, proposição central da primeira das questões consideradas, sublinhamos que, para o tratamento de uma regra variável, faz-se imprescindível o diagnóstico das pressões linguísticas e sociais, também designadas variáveis independentes, responsáveis por condicionar, em certa medida, a manifestação de duas ou mais variantes constituintes de dada variável dependente. Nestes termos, examinaremos o *problema da restrição*³², considerando os fatores linguísticos que favorecem ou desfavorecem a possível mudança que atinge o pronome clítico SE na comunidade investigada, sem, contudo, desvinculá-los dos aspectos sociais. Propomos, desse modo, que o problema das *restrições* seja conjugado com o problema do *encaixamento*.

A interinfluência entre a estrutura interna da língua e as relações sócio-históricas presentes em uma comunidade de fala caracteriza o *problema do encaixamento* como uma das áreas mais produtivas e desafiadoras das investigações em Sociolinguística. Reconhecidamente, um dos méritos da proposta variacionista é integrar à análise linguística ponderações de caráter social, visto que um exame essencialmente linguístico seria insuficiente para o tratamento do processo de mudança, bem como para uma apreciação

³² Aproveitamos o ensejo para concordar com Bagno, que preferiu traduzir *restrictions* por fatores condicionantes ao verter para nosso vernáculo o *Empirical Foundations* de Weireich, Labov e Herzog (1968). Expliquemos melhor: o termo condicionante, também a nosso juízo, reflete melhor aquilo que a tríade de autores quis dizer em seu clássico livro de 1968. Importa-nos observar que a mudança não se dá *ex nihilo*, justamente porque está sujeita a fortes tendências estruturais que propiciam ou não a mudança, na verdade, condições, circunstâncias necessárias para que algo se cumpra ou realize. Isso é justamente o que ocorre no caso das *restrictions* apontadas por aqueles autores. Na história da Língua Portuguesa, por exemplo, há registros de formas criadas a partir da transformação de preposições latinas em prefixo: ex (preposição latina) + pátri(a)+ r > expatriar [desaparece a preposição latina que se incorpora como prefixo ao verbo], ad+mostr(a)+r > amostrar > mostrar. Nesse sentido, houve condições para que os falantes interpretassem a preposição como elemento extensivo do vocábulo, já que constituíam em frequência um vocábulo fonológico. Tal fato explicaria, por exemplo, a formação de “Selasquei!”.

adequada da constituição de uma língua quanto a seu aspecto histórico. Portanto, descobrir as correlações entre os elementos linguísticos variáveis e os fatores de natureza extralinguística³³ constitui tarefa essencial ao linguista que deseja investigar a mudança, uma vez que ela também está encaixada na estrutura social da comunidade.

Examinando o *encaixamento linguístico* da variável pronome clítico SE, vem logo à nossa mente a omissão do objeto, e particularmente dos clíticos, que atinge o português brasileiro. Embora nossa análise se restrinja à variação no uso do clítico SE, não ignoraremos a possível relação entre esta variação e a tendência de omissão do objeto, conforme já mencionamos na seção anterior.

No que respeita ao *encaixamento social*, procuramos examinar o efeito de fatores externos sobre o uso variável do clítico SE, tais como faixa etária, sexo e escolaridade do falante. Nosso estudo contempla aos dados de língua falada por moradores de Vitória da Conquista (cuja história social é brevemente contemplada na seção 4), mas algumas questões sobre a variação do SE em diferentes grupos sociais e em diferentes variedades do português brasileiro, atendo-nos ao nosso estudo, tal problema da mudança reflete-se na escolha das duas variedades de nosso vernáculo, a saber, o Culto e o Popular.

O *problema da transição* consiste em “[...] encontrar o caminho pelo qual um estágio de uma mudança linguística evoluiu a partir de um estágio anterior”. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 122). Nesse caso, Labov (2008 [1972]) argumenta que é necessário traçar o maior número de estágios possíveis, uma vez que a mudança se dá e evolui a partir de um estágio anterior. A partir de estudos como os de Naro (1976), Nunes (1990, 1991, 1995), Freitag (2003) e Mello (2009), por exemplo, podemos traçar os seguintes estágios de mudança de SE: *item lexical > gramatical > clítico > afixo*, o que nos leva a propor um percurso de gramaticalização.

Conquanto a questão da *avaliação* da variação no uso do pronome clítico SE não seja investigada neste estudo, convém sublinharmos aquilo que julgamos pertinentes à discussão que ora levantamos. Nesse intuito, e no anseio de não obscurecermos a importância do *problema da avaliação* para a apreensão do fenômeno de mudança, tomamo-lo como o responsável por trazer luz ao debate sobre o caráter ativo da avaliação subjetiva dos

³³ A análise do encaixamento linguístico, conforme Weinreich, Labov e Herzog (1968), implica em descobrir que outras mudanças estão relacionadas de modo não-acidental com aquela sob análise. O encaixamento social, por seu turno, corresponde, entre outras questões, à possível relação entre a mudança e a história da comunidade envolvida.

indivíduos³⁴, consoante o apregoado pela visão sociolinguística. Ademais, esse problema empírico sugere que o grau de avaliação subjetiva dos indivíduos pode, sensivelmente, influenciar o processo de mudança linguística. Destarte, teceremos algumas considerações sobre a questão da avaliação quando da análise qualitativa dos dados.

Por fim, o *problema da implementação* está ligado à investigação das pressões linguísticas e sociais que motivam o processo global da mudança, a fim de que se possa desvendar o motivo por que a mudança não se implementou em um dado momento e lugar. No ensejo de aclarar um pouco a obscuridade de tal questão, Weinreich, Labov e Herzog (2006, p.124) ponderam que a dificuldade natural em se predizer hipóteses consistentes acerca de tal questionamento ocorre pelo fato de a mudança linguística representar, também, uma mudança no comportamento de uma sociedade. Tendo em vista essas considerações, algumas questões relacionadas à *implementação* da mudança que atinge o pronome reflexivo já foram contempladas nas seções anteriores onde procuramos traçar, a partir dos estudos já existentes sobre o fenômeno, o histórico desta variação.

Após esta breve exposição sobre a Sociolinguística Variacionista, passamos, então, a tratar do Funcionalismo linguístico, cujos postulados contribuem para o advento do Sociofuncionalismo, a interface teórica que também subsidia a nossa pesquisa.

3.2 O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

A tradição estruturalista, de inspiração essencialmente bloomfieldiana (1933)³⁵, legou aos estudos linguísticos a tácita aceitação da premissa de que a estrutura da língua é

³⁴ Weinreich, Labov e Herzog (2006) ressaltam que a avaliação subjetiva dos indivíduos percorre uma escala intimamente relacionada aos estágios por que caminha a mudança. Postula-se, dessa forma, que a primeira etapa de avaliação se posiciona abaixo do nível de consciência social, ocasião em que a percepção da mudança pela comunidade de fala não se processa de modo simples e evidente. Quanto aos estágios intermediários, estes correspondem à fase em que alguns desvios de estilo aparecem de forma mais notória. Na fase final da mudança, a não rara tendência à fixação de estereótipos se revela como resultado de uma ampla percepção social do fenômeno instaurado, criando-se polos extremos entre a norma dita conservadora e os padrões julgados sob uma forte depreciação social.

³⁵ Leonard Bloomfield (1887 – 1949) é, comumente, considerado o fundador da Linguística Estrutural dos Estados Unidos da América do Norte. Um dos grandes legados de sua vida acadêmica foi ter conseguido dar à Linguística um status de independência em relação a outras ciências da linguagem. Tendo sido inicialmente influenciado pelo behaviorismo e aproximando-se posteriormente de Sapir, manteve uma perspectiva mais behaviorista em sua concepção de linguagem. Sua obra-prima de 1933, *Language*, foi posteriormente criticada por Chomsky que fora orientando se Zellig Harris, discípulo e sucessor de Bloomfield. A leitura do capítulo XXV de *Language* dá-nos ampla visão daquilo que o autor tem em mente ao falar de língua, já que considera a influência que os aportes culturais exercem

independente do uso. Sob esse postulado, delineiam-se clássicas distinções teóricas como, por exemplo, a *langue/parole* de Saussure e a *competência/desempenho* de Chomsky, fazendo supor que o estudo da estrutura sobrepõe-se ao estudo do uso. Contrastando com essa posição, a Corrente Funcionalista está mais preocupada com a necessidade de se relacionar a estrutura (ou a forma da língua) às situações comunicativas. Partindo desse princípio, o Funcionalismo concebe a língua como instrumento de interação social. Portanto, nos estudos subsidiados por essa teoria focalizam-se não só a estrutura gramatical, mas também os contextos discursivos que motivam os eventos de variação e mudança na língua³⁶.

Apenas para fins de contextualização, destacamos, com base em Furtado da Cunha (2013), que é, por volta de 1975, que estudos expressamente funcionalistas evidenciam-se na literatura científico-linguística norte-americana. Teóricos como Talmy Givón, Sandra Thompson e Paul J. Hopper, dentre outros, assumem lugar de destaque nesse campo de estudo. Furtado da Cunha (2013), inclusive, ressalta que alguns funcionalistas alemães, como, por exemplo, Bernd Heine e Tânia Kuteva, abordam questões voltadas à gramaticalização e mudança linguística, adotando um modelo similar ao praticado pelos linguistas norte-americanos.

Baseando-se na utilização concreta da língua pelos falantes, os funcionalistas admitem que a gramática é constituída a partir do discurso. Destarte, a vertente funcionalista norte-americana compreende a língua como “[...] um objeto maleável, probabilístico e não-determinístico[...]” (VOTRE; NARO, 1996, p. 52). Nestes termos, a gramática de uma língua é concebida como um conjunto de regularidades que são instanciadas pelo uso concreto nas diferentes situações discursivas.

Nessa vertente teórica, advoga-se que o conhecimento gramatical de um falante parte de sua experiência particular com as formas linguísticas, em termos de frequência e contextos de uso. A gramática é definida como uma entidade emergente, dinâmica, aberta, extremamente suscetível à mudança e fortemente afetada pelo uso que lhe é dado no dia-a-dia (FURTADO DA CUNHA; TAVARES, 2007, p.18). Desse modo, as regularidades existentes num determinado período não são estanques; estão sempre sujeitas à renovação e ao

na fala do indivíduo, ao longo de sua vida, mas sem modificar-lhe a estrutura da gramática, ao que ele chama de “cultural borrowing” [empréstimo cultural].

³⁶ Julgamos oportuno reproduzir a fala de autoridade de pesquisadores da área: [...] seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical, buscando no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua. A abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso. Os domínios da sintaxe, semântica e pragmática são relacionados e interdependentes (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO; 2003, p. 29).

abandono. Sob essa ótica, a gramática emerge continuamente no discurso, não havendo, por assim dizer, gramática, conquanto haja gramaticalização, isto é, um movimento de itens lexicais rumo a funções de contornos gramaticais, num processo de eterna sistematização (HOPPER, 1987, p.139-157). Nesse sentido, a gramática “é a cristalização das formas discursivas mais produtivas” (CASTILHO, 1994, p.83).

Tavares (2003, 2012) ressalta que, no uso diário da língua, ocorre, por um lado, a repetição de construções³⁷ gramaticais, reforçando-se, assim, a regularidade e o caráter fixo, sistemático de tais construções. O uso, nesse caso, conserva a gramática. Por outro lado, essas mesmas construções podem ser rearranjadas e remodeladas de modos diferentes, dando origem a construções inovadoras. Por essas vias, o uso modifica a gramática. Vejamos, *ipsis verbis*, o que diz a pesquisadora:

Como as experiências do falante e do ouvinte com a língua são particulares, individuais, e podem ser distintas em diversos graus, eles têm de se esforçar para se fazer entender e para tentar entender, negociando e adaptando formas linguísticas para diferentes funções. Daí surge a mudança: adaptações feitas durante a interação, como tentativa de obtenção de êxito no processo de troca verbal, podem ocasionar o surgimento de novas estratégias para a constituição do discurso, que, se frequentemente repetidas, rotinizam-se, tornando-se parte da gramática da língua. Tornam-se, pois, construções gramaticais. (TAVARES, 2013, p. 32)

Nesse sentido, ao movimento de rotinização gramatical a que se refere Tavares (2013) convencionou-se denominar de gramaticalização, processo pelo qual recursos discursivos envolvendo itens lexicais e/ou gramaticais, inicialmente criativos e expressivos, tornam-se habituais porque utilizadas recorrentemente em determinado tipo de contexto comunicativo (HOPPER, 1987, 1998, 2003). O processo de gramaticalização envolve, pois, um conjunto de mudanças pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas correlacionadas (TRAUGOTT, 2010), todas elas, induzidas pelos contextos de uso das formas relevantes.

No ensejo de investigar os processos de mudança linguística via gramaticalização, os funcionalistas partem do pressuposto de que tais processos devem ser estudados do ponto de vista panocrônico³⁸, ou seja, na confluência da sincronia com a diacronia. A preferência dada

³⁷De acordo com Tavares (2013), “O termo construção pode ser utilizado em referência a qualquer porção de língua constituída por mais de uma palavra, incluindo desde sintagmas a orações ou mesmo partes mais extensas. Todavia, é possível considerar que a própria palavra seja uma construção, resultante da combinação de diferentes morfemas (. HEYVAERT, 2003)”.

³⁸ A perspectiva panocrônica, segundo Tavares (2003, p.75), já havia sido “[...] apontada por Saussure, no início do século XX, como uma das possibilidades de abordagem à língua.”

aos estudos dessa natureza pelos funcionalistas encontra respaldo na precisão que essa confluência oferece em se perceber o processo de mudança que envolve o fenômeno estudado.

Sobre esse modo de fazer pesquisa, Hopper e Traugott (2003) apontam os ganhos que se têm, a saber: na perspectiva diacrônica, investigam-se as fontes das formas gramaticais e os passos de mudança típicos sofridos por elas; na perspectiva sincrônica, a gramaticalização é perspectivada como um fenômeno pragmático, discursivo e sintático, cujo estudo pode ser feito depreendendo-se os padrões fluidos do uso da língua.

Isto posto, pode-se constatar que, diferentemente das abordagens formalistas (Estruturalismo e Gerativismo), o Funcionalismo considera a língua(gem) como um sistema de interação social, buscando explicar as regularidades observadas no uso (MARTELOTTA, 2008). Dessa forma, é lícito dizer que a Gramática Funcional³⁹ amplia seu alcance para além dos fenômenos estruturais, uma vez que também examina toda a situação comunicativa, ou seja, “o propósito do evento de fala, seus participantes e o contexto discursivo” (NICHOLS, 1984, p. 97). Nessa perspectiva, os funcionalistas postulam que a estrutura gramatical é tanto motivada quanto determinada e explicada pela situação comunicativa, sobrelevando-se o entendimento de que as construções gramaticais são configuradas consoante motivações de ordem semântica e pragmática (GIVÓN, 1979).

À vista disso, conclui-se que o Funcionalismo tem como princípio fundamental a relação de interdependência entre as expressões linguísticas e o contexto de interação social em que elas são proferidas. Portanto, estudar um fenômeno linguístico sob a ótica funcionalista requer investigar o modo como a língua é usada nas situações comunicativas. Entende-se que as formas da língua refletem ou são condicionadas, em alguma medida, pela função comunicativa que as move (GIVÓN, 1990).

Valendo-nos dos pressupostos funcionalistas discutidos nesta subseção, passaremos a apresentar, na subseção seguinte, um dos conceitos basilares dessa corrente teórica que também nos dá suporte para sustentar o estudo que ora empreendemos. Vejamos, pois, de que maneira se dá a mudança linguística para o Funcionalismo, discutindo aspectos relacionados ao processo de gramaticalização.

³⁹ Nas palavras de Neves (1997, p. 15), “Por uma gramática funcional entende-se, em geral, uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social. Trata-se de uma teoria que assenta que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões do uso”.

3.2.1 O processo de Gramaticalização

De acordo com Hopper e Traugott (2003), atribui-se a Meillet (1912) a utilização primeira do termo *gramaticalização*, interpretada pelo linguista francês como um processo gradual de mudança linguística, por meio do qual palavras plenas são pressionadas, sob determinadas circunstâncias, a funcionar como elementos gramaticais.

A partir de então, muitos estudiosos⁴⁰ têm se dedicado ao estudo desse processo. Longhin (2003, p. 08), por exemplo, enfatiza que a bibliografia sobre o assunto é extensa e ressalta que o que há de consensual a respeito é o caráter processual do fenômeno, conquanto não o seja a natureza de tal processo. Por esse ângulo, a *gramaticalização* pode ser vista como um processo dinâmico, unidirecional e histórico, através do qual os itens lexicais assumem um novo *status* de formas gramaticais no decorrer do tempo (TRAUGOTT; KÖNING, 1991); ou, de modo diferente, pode ser assumida como um processo sincrônico, em que os itens de uma língua se tornam menos autônomos (LEHMANN, 2002).

Dito isto, a definição de gramaticalização⁴¹, não raro, implica a ideia de um processo pelo qual um item lexical passa, em certos contextos, a exercer uma função gramatical ou um item já gramatical passa a exercer uma função ainda mais gramatical. Para Castilho (2010, p. 982), por exemplo, o termo refere-se ao “[...] trânsito de uma forma livre, menos gramatical, para uma forma ligada, mais gramatical”. Kurylowicz (1965, p.32), por seu turno, refere-se à gramaticalização como a “[...] passagem gradual de um morfema de uma categoria lexical para uma categoria gramatical ou de um ‘status’ menos gramatical para um plano mais gramatical”.

⁴⁰ Entre os vários estudiosos que se dedicaram ao tema da *gramaticalização*, Gonçalves *et. al* (2007, p.19) destacam: “[...] na Alemanha (Lehmann, Heine, Claudi, Hünemeyer) e na Costa Oeste Americana (Givón, Hopper, Traugott, Bybee, Pagliuca, entre outros).” No Brasil, entre tantos outros, há pesquisadores (MARTELOTTA, VOTRE E CEZÁRIO, 1996; CASTILHO, 1997; VITRAL, 2010; LIMA-HERNANDES *et. al.*, 2010; SOUSA *et. al.* 2016) igualmente interessados e engajados no estudo da *gramaticalização*.

⁴¹ Há uma diversidade de sentido do termo *gramaticalização*, decorrente da grande quantidade de estudos já realizados sobre o tema (MEILLET, 1912; LEHMANN, 1982; HOPPER e TRAUGOTT, 1993, HEINE *et al.*; 1991; BYBEE *et. al.*; 1991; Givon, 1995; CASTILHO, 1997, entre outros). Hopper & Traugott (1993) sublinham essa diversidade de sentido, assinalando que o fenômeno da gramaticalização pode ser estudado tanto do ponto de vista diacrônico quanto sincronicamente. Segundo os autores, no primeiro caso, prefere-se o termo *gramaticalização*. No segundo, *gramaticização*. Sobre esse aspecto, Gonçalves *et. al.* (2007, p. 19) pontuam que “Ocasionalmente, aparecem ainda como sinônimos de *gramaticalização* termos inadequados para a descrição do processo em si, porque identificam apenas suas características semânticas e/ou sintáticas [...]”.

Via processo de gramaticalização, investiga-se, pois, o caminho que o item lexical/gramatical percorre até se tornar um item gramatical/ mais gramatical. Esquemáticamente, os estágios desse caminho podem ser descritos a partir de *continua* ou *clines*, isto é, linhas contínuas que preveem um percurso unidirecional para formas em gramaticalização. Cada ponto dessa linha representa um estágio distinto e mais avançado de gramaticalização. Contudo, convém ressaltar que os “pontos” em questão não exibem fronteiras bem definidas: muitas vezes, os itens em gramaticalização apresentam-se como formas híbridas e de sentidos bastante ambíguos, assumindo, assim, posições intermediárias entre um e outro ponto do *cline*; daí o caráter gradual do processo.

Hopper e Traugott (2003) propõem um *cline*⁴² de gramaticalidade, conforme podemos visualizar na Figura 2, a seguir, em que cada item disposto à direita da linha contínua caracteriza-se por ser mais gramatical e menos lexical em relação ao estágio imediatamente à esquerda. Vejamos:

Para diversos autores (CASTILHO, 1997; CAMACHO, 2003; FREITAG, 2003;

Figura 2 - *Cline* proposto por Hopper e Traugott



Fonte: Hopper e Traugott (2003, p.7, tradução nossa).

OLIVEIRA, 2006; MELLO, 2009), o pronome clítico SE vem acompanhando esse percurso de mudança no PB, chegando ao *status* de afixo flexional. Em algumas variedades da língua, como alguns dialetos de Minas Gerais e Rio de Janeiro (D'ALBUQUERQUE, 1988) o percurso do SE já teria atingido o estágio final do processo, ou seja, o morfema nulo que resulta no apagamento do afixo.

Diacronicamente, os mecanismos que atuam no processo de gramaticalização (BYBEE, 2003, 2006; LEHMANN, 1985; HEINE et al., 1991; HEINE; KUTEVA, 2002; HOPPER; TRAUGOTT, 1993; TRAUGOTT, 2010) são:

⁴² “content item>gramatical word>clitic>inflectional affix” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003,p.7)

- mecanismos que alteram semanticamente o item:
 - *dessemantização (bleaching)* - alteração de conteúdo semântico;
 - *extensão* (ou “generalização de contexto”) - uso em novos contextos;
- mecanismos que atuam nas mudanças morfossintáticas da unidade:
 - *reanálise* - alteração na fronteira dos constituintes;
 - *decatégorização* - alteração de propriedades morfossintáticas que podem, inclusive, transformar uma forma livre em uma forma presa;
- mecanismos de mudança fonológica:
 - *erosão* - redução do material fonológico.

Sincronicamente, a gramaticalização pode ser constatada através de princípios como:

- *estratificação* - resultado sincrônico da gramaticalização sucessiva de formas que figuram no mesmo domínio;
- *divergência* - coexistência de funções diferentes para a mesma forma, ou seja, as formas já existentes adquirem novos sentidos em contextos diferentes;
- *persistência* - os antigos sentidos das formas existentes podem nunca desaparecer, permanecendo a divergência da forma (HOPPER; TRAUGOTT, 1993).

Foco de muitos estudos atuais em linguística, as pesquisas sobre a gramaticalização não incluem apenas estudos empíricos. Segundo Hopper (1987, 1991), essas pesquisas também trazem debates e questionamentos teóricos acerca dos princípios que sustentam o processo. Por conseguinte, com o intuito de viabilizar a identificação da gramaticalização em estágios mais incipientes, Hopper (1991) propõe cinco princípios que se mostram bastante úteis para diagnosticar graus de gramaticalização de formas ou construções, a saber: a *estratificação*, a *divergência*, a *persistência*, a *especialização* e a *decatégorização*, os quais apresentamos adiante, sempre fazendo referência ao nosso objeto de estudo, e ilustramos com dados dos nossos *corpora* (especificados na próxima seção).

Pelo princípio da *estratificação*, camadas diferentes podem coexistir em um mesmo domínio funcional. Quando isso acontece, as camadas antigas não são necessariamente descartadas, mas podem permanecer coexistindo e interagindo com as novas camadas. À luz da Sociolinguística Variacionista, conforme mostramos anteriormente, o mesmo fenômeno é compreendido como uma variação linguística em que formas variantes (conservadoras e inovadoras) coexistem na língua para fazer referência a um mesmo significado. É o caso, por exemplo, da alternância SE vs Ø nas funções exercidas pelo clítico. No mesmo contexto, a presença ou o apagamento do SE convivem, mantendo-se o mesmo significado, conforme ilustramos abaixo:

- (55) Não... *num* Ø divertem mais não. As criança de hoje... elas *se* diverte menos...
tira mais pra estudá, né?... (SAA – PPVC - II - M)
- (56) Hoje não *se* pode fazê fogueira em qualqué rua, isso aí não Ø pode fazê mesmo
(AI – PCVC – III – F)

O princípio da *divergência* refere-se a formas que apresentam etimologia comum, mas funções diferentes (HOPPER, 1991, p. 24). Segundo esse princípio, num processo de gramaticalização, a unidade lexical tomada como forma-fonte pode preservar suas propriedades originais, mantendo-se como item autônomo. Para alguns estudiosos, a *divergência* pode ser concebida como um subprincípio da *estratificação*. O próprio Hopper (1991) a interpreta como um caso especial de *estratificação*, mas, diferentemente do primeiro princípio, a *divergência* caracteriza-se pela coocorrência de funções distintas desempenhadas por uma mesma forma.

Por manifestar os diversos graus de gramaticalização de um mesmo item lexical, o princípio da *divergência* elucida os desenvolvimentos diacrônicos das formas que são etimologicamente idênticas, porém, funcionalmente distintas. As diferentes funções exercidas pelo clítico SE verificadas no *locus* da nossa pesquisa constituem um fenômeno ao qual se aplica muito convenientemente esse segundo princípio, visto que é perfeitamente possível recuperar as várias funções que o pronome reflexivo de terceira pessoa veio a exercer diacronicamente no PB. De acordo com Vitral (2002),

O clítico *se*, que, no português atual, participa de um bom número de construções, é originário do pronome reflexivo latino SE, acusativo (e ablativo) que, por sua vez, se vincula à raiz indo-européia *SE- que significa “à parte, separado, para si”, de acordo com Romanelli (1975: 169). *Se*, a partir da construção reflexiva, expandiu-se na língua de maneira a formar, inicialmente, a chamada construção passiva-se, com concordância e, posteriormente, a construção conhecida como se-impessoal. (VITRAL, 2002, P. 186-187).

Esse percurso de SE, conforme afirma o autor, pode, seguramente, ser identificado como um processo de gramaticalização, para cujo diagnóstico a ampliação de contextos de uso do clítico constitui um dos critérios.

Hodiernamente, os falantes dispõem tanto da forma-fonte reflexiva quanto das demais formas mais gramaticalizadas, desenvolvidas ao longo do tempo, como é possível constatar a partir da multiplicidade de funções do SE evidenciadas nas amostras abaixo:

Forma reflexiva:

(57) meus fi se aliment' bem, come bem. (CDS – PPVC – I - F)

Forma recíproca:

(58) Eu tenho namorado. A gente se conheceu aqui na UESB. (CDS- PCVC – I - F)

Usos mais gramaticalizados:

(59) ele era um cara dos filmes, daqueles filmes da década de noventa mesmo, mal, né, que as meninas **se** apaixonavam (DFP – PPVC – I – F)

(60) naquele tempo, não tinha muita coisas assim pra **se** oferecer, né? (JRS – PPVC – I- M)

(61) A... a ligação entre os vizinhos, né, era um... eram laços que **se** criavam eh... sólidos mesmo, de fato. (AI – PCVC – III – F)

(62) Só minha mãe que é viva, meu pai já **se** foi. (MSS – PPVC – I – M)

(63) você **se**... frustra um pouco. (CDS - PCVC – I - F)

A Especialização, por seu turno, remete a uma notória pressão contextual, de modo que a frequência de uso será maior em determinado contexto. Em outras palavras, uma das variantes será exigida em contexto ou situação específica, pois, entre as várias alternativas deixadas à disposição do falante, uma delas começa a ganhar mais espaço e passa a ser obrigatória no desempenho de determinada função na língua, como resultado de sua gramaticalização.

Em relação às várias funções exercidas pelo clítico SE (reflexividade, reciprocidade, indeterminação, ergatividade etc) que convivem atualmente no PB, podemos dizer que, para os falantes de Vitória da Conquista, a melhor forma para codificá-las é o emprego do clítico, sobretudo, em contexto de indeterminação. Nesse contexto específico, a frequência de uso do clítico no dialeto conquistense (88,5% de presença nos dados analisados contra somente 11,5% de ausência) mostra-se bastante significativa, demonstrando que, para expressar a indeterminação do sujeito, a presença do SE é quase que obrigatória, uma vez que, ao longo do tempo, o uso da forma vem se especializando nessa função. Abaixo, algumas amostras de SE em contexto de indeterminação:

(64) Quando **se** trabalha, é cansativo (ASA – PCVC – II - F)

- (65) naquele tempo, não tinha muita coisas assim pra **se** oferecer, né? (JRS – PPVC – I- M)
- (66) Realmente é... o que **se** nota é cada vez mais cedo as crianças estão dominando já esses aparelhos... celulares (CSMN – PCVC – II - M)

Conforme visto no início desta subseção, o processo da gramaticalização pressupõe a convivência de novos valores/usos ao lado dos antigos e a permanência de propriedades lexicais nas formas gramaticalizadas. Essa perspectiva é notadamente confirmada pelo princípio da *persistência*, ao postular que, quando uma forma se gramaticaliza, alguns traços do significado original permanecem na nova forma. É o que ocorre, por exemplo, com o SE *indeterminador*. Oriundo da forma latina reflexiva (MARTINS DE AGUIAR, 1942; MAURER JR., 1951; SAID ALI, 1964; NARO, 1976), esse tipo de SE está à disposição do falante, juntamente com a forma que lhe deu origem – o SE *reflexivo*. Gramaticalizado, o SE *indeterminador* comporta-se como um afixo junto ao verbo, porém, mantendo os atributos pronominais próprios da terceira pessoa, conservando-se como elemento anafórico, no caso, de um sujeito indeterminado. Vejamos, a seguir, exemplos de SE *indeterminador*, cujos traços de pronome anafórico permanecem aderidos à forma:

- (67) Realmente é... o que **se** nota é cada vez mais cedo as crianças estão dominando já esses aparelhos... celulares. (CSMN – PCVC – II - M)
- (68) Eu já me mudei ôtra vez pro... alguma ôtra vez, alguma vez, pro centro industrial e sinceramente me senti muito deslocado de... de um lugá pro ôtro. Aqui... aqui não, eu acho um lugá tão legal, apesá da... das coisas que **se** falam. (LMRJ – PCVC – I - M)

Por meio da *de categorização* (ou *descategorização*), os itens linguísticos podem perder ou neutralizar marcas morfológicas e propriedades sintáticas das categorias plenas (como nomes e verbos, por exemplo) para uma outra, secundária, mais gramatical (como advérbio, preposição, clítico, afixo, e até mesmo *zero*). Desse processo, resulta uma perda de marcadores opcionais e também de autonomia discursiva, ou seja, ocorre uma redução do estatuto categorial dos itens gramaticalizados.

No caso do SE em Vitória da Conquista, a passagem *clítico* > *afixo* encontra evidência na neutralização do traço de [+ pessoa], do item, fazendo com que ele assumo o *status* de SE generalizado, estendendo seu campo de aplicação para além da terceira pessoa.

Conforme já apontara Castilho (1997, p. 37), no estágio seguinte à perda da especificação morfológica da categoria de pessoa do pronome, a cliticização do SE faz com que ele se funda ao verbo. É o que podemos observar nos exemplos a seguir:

- (69) Até hoje nós sabe se virar. (JCS – PPVC – II -M)
- (70) Eu e a minha esposa se conhecemo, eu... eu era eh lá da roça aí mudei aqui pra cidade e fui mora próximo da casa dessa que hoje em dia é minha esposa. (D.O – PCVC – III - M)
- (71) É pra mim se alimentá e ficá forte. (LBR – PPVC – I - M)

Pelos exemplos acima, resguardado o modo de transcrição da fala dos informantes, fica patente que o SE, tendo sofrido um processo de *de categorização*, funciona como parte integrante do verbo: “sevirar”, “seconhecemo”, “sealimentá”. Corrobora esse fato o uso muito frequente de verbos como “selascar”, “sefoder”, conjugados, sem restrições, com todas as pessoas (conforme o atual quadro pronominal do PB), sobretudo na fala popular. À vista disso, o SE passa a se comportar, via gramaticalização, semelhantemente a um afixo, integrando-se ao verbo. Destrate, defendemos o SE em Vitória da Conquista passa por um processo de mudança em curso, por meio da gramaticalização, obedecendo às etapas que Hopper e Traugott (2003, p.7) propuseram como o seu clássico *cline: item de conteúdo lexical > palavra gramatical > clítico > afixo flexional*.

Diante do exposto, sublinhamos a nossa crença de que as abordagens baseadas nos preceitos da gramaticalização, respaldada pelo aparato teórico já consolidado, são eficientes para analisar e explicar satisfatoriamente diversos fenômenos que envolvem a mudança linguística, motivo pelo qual nos servimos de tais postulados para fundamentar o nosso estudo.

Na subseção a seguir, passamos a discutir o Sociofuncionalismo, sobrelevando o quão viável pode ser lançar um duplo olhar sobre o dinamismo em que se assenta a língua.

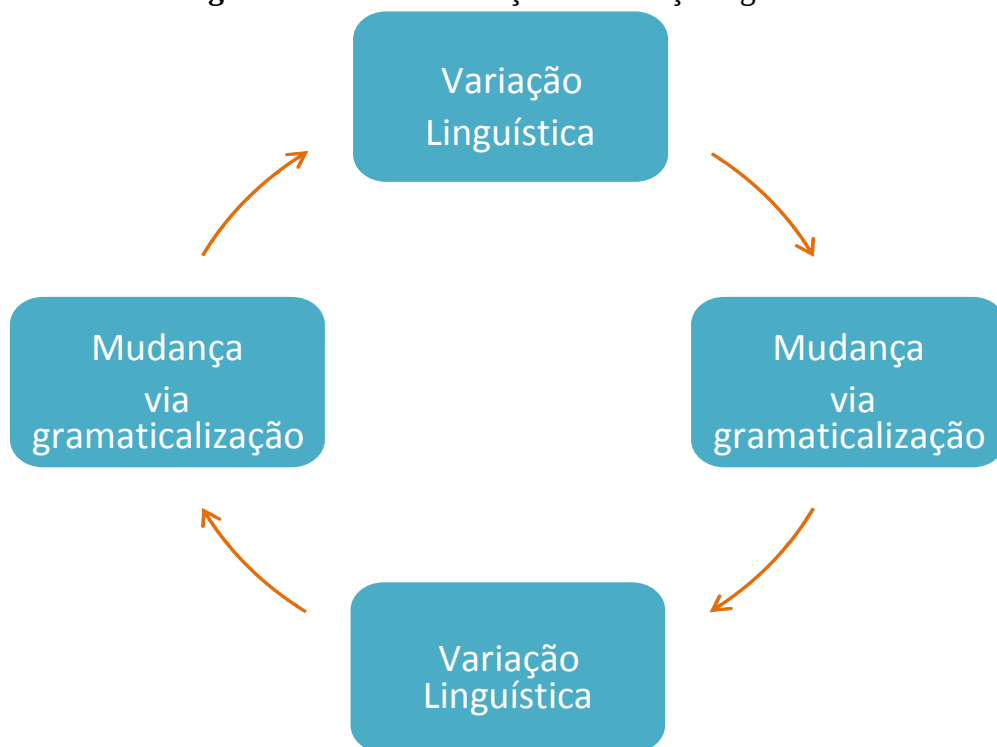
3.3 A INTERFACE TEÓRICA: O SOCIOFUNCIONALISMO

Tomando por base as reflexões feitas nas subseções anteriores, é possível perceber uma confluência de ideias entre as abordagens sociolinguística e funcionalista. Prioritariamente, ambas ensinam explicar e descrever o uso da língua em situações comunicativas reais, levando em consideração os participantes, os seus propósitos

interacionais, os contextos discursivos e o entorno sociocultural compartilhado pelos interlocutores. Para as duas abordagens, o contexto comunicativo é essencial para os estudos linguísticos porquanto exerce pressões sobre a língua, moldando-a, modificando-a. Logo, as duas teorias se ocupam da variação e da mudança linguísticas.

Conquanto a variação e a mudança linguísticas sejam pontos de interesse comuns à Sociolinguística e ao Funcionalismo, elas não são perspectivadas de igual maneira pelas duas teorias. No âmbito da Sociolinguística, a variação é o primeiro passo para a mudança. Exemplificando, o falante começa a usar uma forma alternante para determinada variável linguística; ambas coexistem por um período; posteriormente, uma dessas formas pode se tornar obsoleta, caindo em desuso. Dessa maneira, a mudança pressupõe a existência de um período de variação. Nos estudos funcionalistas, por seu turno, a variação decorre da mudança. Seguindo os princípios da gramaticalização, investiga-se o percurso diacrônico de um item, o qual, no desenrolar de sua trajetória, adquire múltiplas funções que, se exercidas por outras formas, resultam em variação.

Não obstante as diferenças, é possível conciliar as duas abordagens, dado que “[...] a variação é ao mesmo tempo o ponto de partida e o ponto de chegada da mudança linguística” (CASTILHO, 1997, p. 55). Ou, como aponta Tavares (2003, p.109), “[...] a mudança é ponto de partida e o ponto de chegada da variação”. Por conseguinte, podemos ilustrar a conciliação entre tais pressupostos na confluência das duas teorias, conforme prevê o Sociofuncionalismo, a partir da Figura 3:

Figura 3 – Ciclo de variação e mudança linguísticas

Por meio da figura, observa-se a alternância entre os períodos de variação e de mudança funcionando num ciclo incessante de entrecruzamento⁴³. Adjungr as duas abordagens, portanto, constitui um ganho, visto que possibilita uma visão mais ampla do processo de variação e mudança linguística. Nessa perspectiva, e no intuito de estabelecer uma “conversa” teórico-metodológica entre a Sociolinguística e o Funcionalismo, Tavares (2003) identifica vários postulados compartilhados pelas teorias “mães” do Sociofuncionalismo, quais sejam: a) a prioridade dada à língua em uso; b) a análise de fenômenos linguísticos em situações comunicativas reais; c) a concepção de língua em movimento (dinâmica); d) a noção gradual e contínua da mudança linguística; e) a disseminação da mudança nos âmbitos linguístico e social; f) a complementaridade dos dados sincrônicos e diacrônicos nos prognósticos de mudança mais refinados e seguros; g) a crença no princípio do uniformitarismo; h) a análise de fenômenos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos da língua; i) o destaque dado à frequência das ocorrências; j) a importância da relação entre os fenômenos linguísticos e a comunidade de fala.

⁴³ Ademais, valendo-nos das palavras de Silva e coautores (2017), reiteramos que: “Desse modo, embora seguindo percursos com pontos iniciais (*input*) diferentes, a gramaticalização é pertinente para as duas teorias, porquanto elucida regularidades e aponta motivações funcionais para explicar a variação/mudança. (SILVA *et al*, 2017, p. 256)

Diante do exposto, reiteramos o ganho que podemos obter do quadro teórico delineado, notadamente do enlace entre a Sociolinguística e o Funcionalismo no estudo sobre a variação e a mudança linguísticas. De nossa parte, tal investigação constitui uma atividade para a qual o aparato de ambas as abordagens, a despeito de algumas incongruências, nos serve como um profícuo suporte para a análise e explicação de um fenômeno linguístico que, a nosso ver, pode ser mais seguramente desvelado à luz de perspectivas que contemplem o social, o contexto e o uso.

Partindo dessas considerações, assumimos esta pesquisa como sociofuncionalista, porquanto se baseia em postulados compartilhados tanto pela Sociolinguística quanto pelo Funcionalismo, tais como: i) constituição do *corpus*; ii) valorização do objeto nas perspectivas diacrônica e sincrônica; iii) análise de dados extraídos em situações reais de comunicação e representativos de uma comunidade fala; iv) atenção especial à frequência de formas linguísticas para identificação de processos de variação/estratificação e mudança/gramaticalização; v) importância atribuída à relação entre língua e sociedade.

É sob esse olhar sociolinguístico e sociofuncionalista que será analisado, neste trabalho, o comportamento do clítico SE no vernáculo conquistense.

4 MÉTODO

Nesta seção, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados para a investigação dos padrões de variação e mudança no uso do pronome clítico SE no vernáculo de Vitória da Conquista. Em nossa análise quantitativa⁴⁴, valemo-nos dos pressupostos teóricos e das ferramentas metodológicas da Sociolinguística Variacionista de orientação laboviana.

Segundo Guy e Zilles (2007), as análises quantitativas apresentam três fases principais, a saber: (i) coleta de dados; (ii) redução e apresentação de dados; (iii) interpretação e explicação de dados. Nesta pesquisa, ocupamo-nos das fases (ii) e (iii), já que a coleta dos dados com uma seleção prévia de informantes, seguida de sua transcrição e digitação, já constitui uma etapa realizada pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo – CNPq (Grupo Janus)⁴⁵.

Com o objetivo de descrever a variedade do Português Brasileiro (Culto e Popular) falada na cidade de Vitória da Conquista – BA, os pesquisadores do Grupo Janus empreenderam, entre os anos de 2011 e 2015, o projeto de construção de dois *corpora* linguísticos, sendo eles: (i) o *Corpus* do Português Culto de Vitória da Conquista (*Corpus* PCVC), cujos falantes entrevistados possuíam 11 (onze) anos ou mais de escolaridade; e (ii) o *Corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista (*Corpus* PPVC), em que os entrevistados detinham até 4 (quatro) anos de escolaridade. Para a constituição dos referidos *corpora*, os membros do Janus, com base nos modelos metodológicos labovianos de pesquisa, gravaram 48 (quarenta e oito) entrevistas com informantes da cidade de Vitória da Conquista – BA. Desse número, 24 (vinte e quatro) entrevistas foram destinadas à formação do *Corpus* PCVC e, as demais, para a composição do *Corpus* – PPVC. Em cada um dos *corpora*, metade das entrevistas corresponde a informantes do sexo masculino; a outra metade, a informantes

⁴⁴ Com Guy e Zilles (2007, p.73), acreditamos que: “A realização de análises quantitativas possibilita o estudo da variação linguística, permitindo ao pesquisador apreender sua sistematicidade, seu encaixamento linguístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística. A variação linguística, entendida como alternância entre dois ou mais elementos linguísticos, por sua natureza, não pode ser adequadamente descrita e analisada em termos categóricos ou estritamente qualitativos.” (GUY; ZILLES, 2007, p.73).

⁴⁵ O Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo foi cadastrado no Diretório de Grupo de Pesquisa no Brasil/CNPq no ano de 2010, liderado pelo Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva e pela Prof.^a Dr.^a Valéria Viana Sousa, docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, que desenvolvem, em nível de graduação e de mestrado, estudos relacionados à variação e à mudança linguísticas, priorizando abordagens que busquem investigar a história social da Língua Portuguesa a fim de explicar os fenômenos da língua em uso.

do sexo feminino. Além dessas especificidades, ambos os *corpora* são estruturados de acordo com três faixas etárias: (a) faixa I - de 15 a 35 anos, representando informantes jovens; (b) faixa II - de 36 anos a 49 anos, cujos informantes são adultos; (c) faixa III - de 50 anos em diante, contemplando informantes com mais idade, conforme apresentamos no Quadro 4:

Quadro 4 – Informantes do Português Culto e Popular de Vitória da Conquista – BA

FAIXAS ETÁRIAS		CORPORA	INFORMANTES	SEXO
	17 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	MMM	FEMININO
	20 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	LCS	FEMININO
	20 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	PUGB	MASCULINO
	21 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	CBS	FEMININO
	21 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	LOF	MASCULINO
	21 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	JLS	MASCULINO
	23 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	LMRJ	MASCULINO
	24 ANOS	<i>Corpus</i> – PPVC–	GNB	FEMININO
	26 ANOS	<i>Corpus</i> – PPVC–	MSS	FEMININO
	26 ANOS	<i>Corpus</i> – PPVC–	EPS	MASCULINO
	28 ANOS	<i>Corpus</i> – PPVC–	JSR	MASCULINO
	29 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	FLM	MASCULINO
	31 ANOS	<i>Corpus</i> – PPVC–	CDS	FEMININO
	33 ANOS	<i>Corpus</i> – PPVC–	SJS	FEMININO
	33 ANOS	<i>Corpus</i> – PPVC–	SSC	FEMININO
	35 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	DFP	FEMININO
FAIXA II	36 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	HFDS	MASCULINO
	37 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	RFV	MASCULINO
	37 ANOS	<i>Corpus</i> – PPVC–	SAA	MASCULINO
	37 ANOS	<i>Corpus</i> – PPVC–	RTN	MASCULINO
	37 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	LSS	FEMININO
	38 ANOS	<i>Corpus</i> – PPVC–	AAB	FEMININO
	38 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	AAB	FEMININO
	38 ANOS	<i>Corpus</i> – PPVC–	ESP	FEMININO
	39 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	ASA	FEMININO
	40 ANOS	<i>Corpus</i> – PPVC–	ESP	FEMININO
	41 ANOS	<i>Corpus</i> – PPVC–	WSO	MASCULINO
	41 ANOS	<i>Corpus</i> – PPVC–	JCS	MASCULINO
	42 ANOS	<i>Corpus</i> – PPVC–	MJPS	FEMININO
	42 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	ACMG	FEMININO
	45 ANOS	<i>Corpus</i> – PPVC–	ESB	FEMININO
	47 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	ESF	FEMININO
	50 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	PARC	MASCULINO
	51 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	DAO	MASCULINO
	51 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	CSMN	MASCULINO
	54 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	JVB	FEMININO
	54 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	JBDF	MASCULINO
	55 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	SSRS	FEMININO
	60 ANOS	<i>Corpus</i> PCVC	AIRM	FEMININO

FAIXA III	72 ANOS	<i>Corpus – PPVC–</i>	EFO	MASCULINO
	74 ANOS	<i>Corpus – PPVC–</i>	MLSS	FEMININO
	75 ANOS	<i>Corpus – PPVC–</i>	MCAO	FEMININO
	76 ANOS	<i>Corpus – PPVC–</i>	ARA	MASCULINO
	79 ANOS	<i>Corpus – PPVC–</i>	JAP	MASCULINO
	80 ANOS	<i>Corpus – PPVC–</i>	JPRB	FEMININO
	83 ANOS	<i>Corpus – PPVC–</i>	EJR	MASCULINO
	86 ANOS	<i>Corpus – PPVC–</i>	ZSN	MASCULINO
	96 ANOS	<i>Corpus – PPVC–</i>	ELC	FEMININO

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Todas as entrevistas que constituem os dois *corpora* foram lidas e utilizadas em nossa amostra. Dessa forma, objetivamos **averiguar a correlação entre o uso linguístico e a estratificação social e descrever**, via procedimento estatístico-quantitativo, **o comportamento do clítico SE no vernáculo conquistense**. Para tanto, apresentamos, inicialmente, o perfil sócio-histórico da comunidade de fala de Vitória da Conquista - o *locus* de nossa pesquisa - e tecemos algumas considerações sobre os procedimentos de constituição e seleção da amostra analisada. Em seguida, apresentamos o envelope de variação, com a *variável dependente* e as *variáveis independentes* por nós controladas.

4.1 PERFIL SÓCIO-HISTÓRICO DA COMUNIDADE DE FALA DE VITÓRIA DA CONQUISTA - *LOCUS* DA PESQUISA

No intuito de delinear o perfil da comunidade linguística contemplada nesta pesquisa, procuramos caracterizar brevemente o espaço sócio-histórico em que o vernáculo conquistense se constituiu, sobrelevando os agentes construtores da identidade linguística de Vitória da Conquista: o colonizador europeu, os indígenas e os afrodescendentes. Destarte, tomamos a localização geográfica do município e a representação territorial “Sertão da Ressaca”, termo pelo qual se popularizou a região, como ponto de partida para as nossas considerações, tecidas, sobretudo, com base nos trabalhos de Medeiros (1988), Mendes e Almeida (2007), Silva e Sousa (2013) e Sousa (2013).

Localizado na região sudoeste do Estado da Bahia, na microrregião do Planalto de Conquista, o município de Vitória da Conquista correspondia, até 1950, a uma área de 9.422 Km². Desde então, essa área foi reduzida para 3.204,257 Km² devido à emancipação de alguns dos seus distritos. Situado em uma área estratégica, que lhe permite estabelecer relações comerciais com diferentes localidades, o município limita-se ao Norte com os municípios de

Anagé e Planalto; ao Leste, com Barra do Choça e Itambé; ao Sul, com Encruzilhada e Candido Sales, e a Oeste, com Belo Campo e Anagé. (TANAJURA, 1992, p. 17).

Figura 4 – Localização da cidade de Vitória da Conquista no mapa da Bahia



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Disponível em: < <http://www.pmvc.ba.gov.br/> > acesso em 10.05.2017

Marcado por relações de poder, a partir de uma geografia fundadora do colonizador, o espaço onde está localizado o município de Vitória da Conquista assume, assim, uma denominação específica: “Sertão da Ressaca⁴⁶” (MENDES; ALMEIDA, 2007, p.40). Assim como em muitas cidades brasileiras, a ocupação do território conquistense esteve relacionada, segundo Sousa (2013, p. 26), “[...] a interesses de ordem privada”. Esses interesses, de acordo com a autora, envolviam a busca por terras e riquezas minerais que se deu, conforme Silva e Sousa (2013, p. 9), por seu turno, num longo processo de “pacificação”, motivada por inúmeros conflitos e pela resistência dos povos subjugados. Nesse processo de “pacificação”, os autores destacam a figura de João Gonçalves da Costa, sertanista nascido em Chaves (Norte de Portugal e Galiza), por volta da segunda década do século XVIII, e assim o descrevem:

Trata-se de uma figura emblemática reconhecida por sua avidez, pelo caráter destemido e pelo senso de oportunismo. A precocidade com que se tornou

⁴⁶ O emprego de tal termo, conforme ressalta Medeiros (1988, p.7), advém, por percepção analógica, da topografia da região, que remete ao sentido de ‘funda baía de mato baixo circundada por serra’, usado para designar as terras existentes entre os rios Pardo e das Contas. Considerando-se a geografia atual, Silva e Sousa (2013, p.7) explicam que “o ‘Sertão da Ressaca’ corresponde, grosso modo, a um recorte regional *intraestadual* inserido no grande semiárido baiano, recebendo nomes diversos, segundo critérios oficiais de regionalização, tais como: Sudoeste da Bahia (SEPLANTEC - BA), Região de Vitória da Conquista (IBGE) e Planalto de Conquista (IBGE).

capitão-mor foi resultado de seu espírito conquistador por excelência e por sua notória violência ao dizimar aldeias indígenas. (SILVA; SOUSA, 2013, p. 9).

As aldeias a que se referem esses autores espalhavam-se ao longo do “Sertão da Ressaca”, antes habitado por seus verdadeiros donos: os pataxós, os mongoiós e os aimorés⁴⁷. Esses povos foram duramente “domesticados”, dizimados ou expulsos pelo grupo liderado por João Gonçalves da Costa, para que a expansão colonial se efetivasse. Após todo o período de luta, pouco restou da cultura e tradição indígena no território ocupado.

Entretanto, o índio não foi o único agente não europeu a influenciar a cultura e a formação sociolinguística no “Sertão da Ressaca”. Nesse processo, também tiveram importante participação os negros africanos e afrodescendentes, de cuja presença dão conta alguns documentos cartoriais. Inventários e testamentos citados por Silva e Sousa, (2013), por exemplo, têm se constituído fontes seguras para atestar a presença de mão-de-obra escrava nas fazendas do município de Vitória da Conquista, sobretudo no período que antecedeu a abolição da escravidão no Brasil. Embora não se possa precisar, em todos esses documentos, o número exato, a quantidade de negros escravizados representou um relevante contingente populacional numa região que estava passando por um processo de povoamento. Oriundos de várias regiões da África, tais como Angola, Congo, e Moçambique (NOVAIS, 2008, p. 57), a convivência entre negros escravizados em um mesmo espaço, sugere, linguisticamente, também a convivência de diferentes variedades dialetais.

A presença marcante do escravo, como se pode perceber, é inegável, permitindo-nos concluir que a língua falada no “Sertão da Ressaca” é fruto do contato linguístico, com maior frequência, entre negros e brancos, ou com menor frequência, no caso dos indígenas. Pelo exposto, pode-se perceber que tanto os índios quanto os negros africanos, os afrodescendentes e os brancos europeus influenciaram na construção sociocultural e linguística da cidade que, em sua trajetória histórica, recebeu diferentes topônimos antes de atingir o *status* de município. Guimarães (2014) traça esse percurso da seguinte maneira:

Em 1783, o município era identificado como o **Arraial da Conquista**. O nome surgiu em função da conquista do território sobre os índios. Quase 6 décadas depois, em 19 de maio de 1840, o Arraial foi elevado à Vila, época em que o seu território foi desmembrado do município de Caetitê e passou a

⁴⁷ São conhecidos também como *imborés* ou *botocudos*. Segundo o príncipe Maximiliano (WIED-NEWIED, 1940, p. 274), “o nome de “botocudos” lhes vem de usarem, no lábio e nas orelhas, uma grande cavilha de madeira, à semelhança de batoque, que é como chamam os portugueses as rolhas de barril”.

se chamar, então, **Imperial Vila da Vitória** pela Lei Provincial 124, com instalação verificada em 9 de Novembro do mesmo ano. Em um espaço de meio século, com a emancipação política da Imperial Vila da Vitória, que já se encontrava no regime republicano, a cidade passou a chamar-se **Conquista** em 1891. E, finalmente, em dezembro de 1943, através da Lei Estadual N.º 141, o nome do Município foi modificado para **Vitória da Conquista** (GUIMARÃES, 2014, p. 28).

Atualmente, Vitória da Conquista conta com uma população de 348 718 habitantes, distribuídos em uma área de 3.204,257 km², segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas)⁴⁸ em 2017. Classificada como um dos mais importantes centros comerciais do Sudoeste da Bahia e Norte de Minas Gerais, a cidade apresenta como uma de suas principais características a mobilidade e a expansão comercial, atendendo a um fluxo de pouco mais de dois milhões de pessoas, advindas de cidades e regiões circunvizinhas. Até a década de 1940, porém, a atividade econômica predominante na região era a pecuária. Posteriormente, a abertura da estrada Rio-Bahia (atual BR 116) e a estrada Ilhéus-Lapa, abriu espaço para a intensa e diversificada atividade comercial, tal qual se pode perceber hodiernamente. (PMVC, 2017).

Assim postos, todos os fatos apresentados e considerações até aqui feitas demonstram a existência dos agentes em contato entre os diversos grupos que constituíram a sociedade conquistense, bem como, caracterizam o português falado na cidade de Vitória da Conquista.

4.2 CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA

Para constituir a nossa amostra, lançamos mão dos *corpora* – PPVC e PCVC, conforme especificados anteriormente (5.1). A análise, portanto, é de natureza contrastiva, já que estabelece uma comparação entre essas duas modalidades da língua no que concerne ao fenômeno em estudo. Por conseguinte, com vistas à clarificação dos conceitos adotados nesta pesquisa, tecemos breves considerações sobre o que, historicamente, se denomina *Português Popular* e *Português Culto*.

De acordo com Mattos e Silva (2008), é evidente e consensual que a designação “Português do Brasil” remete a uma realidade linguística heterogênea, plural e polarizada, nos termos definidos por Lucchesi (1994,1998), cuja compreensão abrange correntemente o chamado *Português Popular* e o *Português Culto Brasileiros*. Partindo desse mesmo entendimento, sumariamos a trajetória do que tenha sido o Português do Brasil para ser hoje o

⁴⁸ Dados disponibilizados no sítio do Instituto: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama> acesso em 15.08.2017.

que é, assumindo “[...] uma concepção *polarizada*, na qual se distinguem duas dinâmicas distintas: a vertente linguística da classe dominante e a vertente dos segmentos explorados e espoliados.⁴⁹” (LUCCHESI, 2017, p. 377).

A história do Português do Brasil é marcada pela *plurietnia* que caracterizou a formação da nação brasileira e, conseqüentemente, a língua falada no Brasil, pois, ao concretizarem o seu projeto colonizador, os portugueses conviveram com numerosos grupos indígenas e com um alto contingente de africanos. Destarte, o contato linguístico e cultural permeou a sócio-história brasileira, levando Houaiss (1985) a afirmar que o Português do Brasil nasce com a diversidade que é peculiar à sua formação, ao nosso ver, sócio-histórica.

Nos primeiros quatro séculos de sua história, a maior parte da população brasileira era composta de indivíduos “não-europeus” e “não-nativos” da língua portuguesa; uma vez pertencentes a camadas socioculturais baixas, viviam a serviço dos interesses mercantilistas portugueses. Em tal condição, foram essas pessoas, principalmente as de origem africana, as principais difusoras da versão modificada da língua portuguesa. Reiterando essas considerações, valemo-nos das palavras de Mattos e Silva (2004) para sintetizar a questão:

No cenário colonial, os “atores” linguísticos principais em concorrência seriam: as línguas gerais indígenas, o português europeu e o que tenho designado de português geral brasileiro, que teria como falantes principais os indígenas remanescentes que se integraram à sociedade nacional e os africanos e afro-descendentes [...] (MATTOS E SILVA, 2004, p. 95).

Em seu livro *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*, em que trata das raízes do Português do Brasil, na complexidade das interações linguísticas que lhe deram origem, Mattos e Silva (2004), considera ser o “português geral brasileiro” o antecedente histórico do *Português Popular Brasileiro* de hoje. O Português Europeu, por seu turno, seria a matriz histórica da face culta do Português Brasileiro. A variedade europeia, conforme explica a pesquisadora, chegou ao Brasil no século XVI. A partir de então, continuou chegando ao longo do período colonial e, sobretudo, no pós-colonial, quando se intensificou a vinda de emigrantes portugueses. O *Português Brasileiro Culto* começaria, então, a delinear-se na segunda metade do século XVIII, conforme o testemunho da autora:

⁴⁹ “A primeira vertente caracteriza-se pela transplantação dos contingentes de falantes nativos de português para o Brasil, com as mudanças decorrentes da adaptação à nova realidade e do contato com os aloglotos; sofrendo, porém, a influência da (ex-)Metrópole. A segunda vertente origina-se da aquisição da língua portuguesa por uma ampla população de adultos, falantes de línguas indígenas e africanas e prossegue, decisivamente, com a nativização dessa língua, entre os seus descendentes.” (LUCCHESI, 2017, p. 377)

[...] quando, por força das diretrizes político-culturais pombalinas, a língua portuguesa passou a ser objeto de ensino sistemático no Brasil, embora precário, mas obrigatório, para fazer recuar a prevalência do ensino jesuítico⁵⁰, centrado na catequese, que priorizava a língua geral, e também no ensino da língua latina. (MATTOS E SILVA, 2008, p. 17).

Isto posto, o Português do Brasil culto do passado seria próprio aos segmentos mais altos da sociedade colonial e teria a língua do colonizador como modelo a ser seguido. O Português do Brasil popular seria, então, a língua dos indivíduos alocados em estratos baixos, aprendida emergencialmente em situações precárias de sujeição, como as que ocorreram com a escravização de índios e, sobretudo, de africanos, ao longo dos três primeiros séculos da história do Brasil. Essa “heterogenidade complexa” do Português do Brasil já foi discutida por Mattos e Silva em trabalho anterior (2004) e, segundo a historiadora da língua, fundamenta-se em três causas: linguística, na amálgama das línguas dos índios e dos negros; sociocultural, na grande diferença de formação dos falantes da língua, desde o período colonial, e política, pelo eterno descaso das autoridades com a situação educacional do país. A autora refere-se ao problema linguístico brasileiro, então, como um *continuum* dialetal, em que nos polos estão as variantes culta, aquela das pessoas escolarizadas, e a popular, das pessoas não-escolarizadas.

O cenário linguístico que se estabeleceu como reflexo dessa realidade sócio-histórica é descrito por Lucchesi (2008, p. 88), da seguinte maneira:

Configura-se, assim, o processo histórico de formação das duas grandes normas do português brasileiro: a *norma culta*, derivada do uso linguístico de uma elite escolarizada, e a *norma popular*, que emerge do uso da grande maioria da população do país, desprovida de educação formal e dos demais direitos da cidadania, com os previsíveis reflexos na língua da pluralidade étnica que está na base da sociedade brasileira⁵¹ (LUCCHESI, 2008, p. 88).

Nessa perspectiva, a caracterização da língua no Brasil está diretamente ligada à classe social de seus falantes e ao consequente acesso ou restrição à informação institucionalizada e

⁵⁰ A respeito do momento histórico em questão, apoiamo-nos em Freire (1987 [1933], p. 333) para mostrar que a percepção da diversidade do português culto/popular no Brasil, tanto em suas manifestações orais como escritas, sempre existiu. Confirma-se o que diz o autor: “Embora tenha fracassado o esforço dos jesuítas, contribuiu entretanto para a disparidade, a que já nos aludimos, entre a língua escrita e a falada no Brasil: a escrita recusando-se, com escrúpulos de donzelona, ao mais leve contato com a falada; com a do povo; com a de uso corrente. Mesmo a língua falada conservou-se por algum tempo dividida em duas: uma das casas-grandes; outra, das senzalas.”

⁵¹ “Vale ressaltar que essa distinção é pertinente tanto para a atual configuração estrutural da realidade linguística do país quanto para o processo sociolinguístico da sua formação histórica”, assevera Lucchesi (2008, P. 86).

à influência da ação coercitiva da escola. A alocação do falante em determinado estrato da sociedade, por seu turno, está relacionada ao contexto sócio-histórico no qual ele se insere.

Feitas essas breves considerações, encerramos esse pequeno trajeto pela configuração histórica do Português do Brasil culto e popular com as palavras de Silva (2005) e Bagno (2001), os quais refletem sobre o ideário em torno da percepção que se tem de popular e culto no Brasil. Vejamos como se posiciona o primeiro sobre quem é o falante do *Português Popular Brasileiro*:

Cremos, portanto, que o falante do português popular do Brasil possua como língua vernácula, nos termos enunciados por Labov (1972), uma variedade de língua que reflete a constituição histórica das classes menos favorecidas do Brasil, perceptível no nível social, econômico e cultural dos utentes da variedade popular tanto no meio rural quanto no meio urbano (SILVA, 2005, p. 10).

Agora, referindo-se ao outro polo do *continuum* retrocitado, Bagno (2001) assevera que, a despeito de ser um termo técnico, uma ferramenta da investigação científica, a norma culta carrega em si um longo processo de impregnação ideológica. Segundo o autor,

[...] do ponto de vista sociológico e antropológico, *não existe nenhum ser humano que não seja culto*, isto é, que não participe de uma cultura, que não tenha nascido dentro de um grupo social com seus valores, suas crenças, seus hábitos, seus preconceitos, seus costumes, sua arte, suas técnicas, sua língua (Faraco, 2002). A questão, como bem sabemos, é que no senso comum só se considera *culto* aquilo que vem de determinadas classes sociais, as classes sociais privilegiadas. (BAGNO, 2001, p. 77).

Arrematamos, com Silva (2005) e Bagno, (2001) aquilo os demais autores nos quais nos apoiamos nesta subseção permitem antever: certamente, subjazem ao Português Culto Brasileiro e ao Português Popular Brasileiro elementos outros que os identificam e que contribuem para sua caracterização. Entretanto, dado o rigor estatístico-quantitativo das nossas ferramentas metodológicas, delineamos tal distinção do ponto de vista técnico, isto é, tomando-os, neste particular, como conceitos objetivos e de base empírica (BAGNO, 2001. p. 75), o que nos leva a tomar a **escolaridade** como parâmetro na diferenciação do Português Popular Brasileiro e do Português Culto Brasileiro. Tal parâmetro será especificado quando do tratamento das variáveis sociais.

Isto posto, para constituir a nossa amostra, lançamos mão dos *corpora* PCVC e – PPVC –, conforme especificados anteriormente, percorrendo as seguintes etapas:

1. Fizemos a leitura e o levantamento manual⁵² das entrevistas, para coletar as ocorrências de SE em função anafórica;
2. Simultaneamente à primeira etapa, coletamos as ocorrências de apagamento do SE em contextos nos quais se espera o uso do clítico;
3. Procedemos a uma divisão dos dados em funções distintas, de acordo com os contextos sintático-semânticos em que ocorreram.
4. Com o propósito de verificarmos na comunidade por nós investigada a manifestação atual do Português do Brasil, no que respeita ao comportamento do pronome reflexivo de terceira pessoa (Cf. OLIVEIRA, 2006; CASTILHO, 2016), tivemos o interesse, também, de identificar e selecionar as ocorrências de redobro, inserção e generalização, conforme supúnhamos que encontraríamos em nossos dados.

4.3 CODIFICAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS/TRATAMENTO DOS DADOS

Como decidimos dar aos dados um tratamento estatístico sob a perspectiva da Sociolinguística Variacionista, nos moldes desenvolvidos por Labov (2008 [1972]), duas questões se impuseram por assumirmos essa metodologia: (i) o nosso objeto de estudo expressa uma variação que não é aleatória, mas motivada ou controlada por fatores linguísticos e extralinguísticos; o que torna possíveis a análise e a descrição de tal heterogeneidade; (ii) o fenômeno linguístico observado pode ser estudado no cotejo de fatores linguísticos e sociais.

Nessa perspectiva, após codificarmos todas as ocorrências, procedemos à quantificação dos dados, a fim de encontrarmos os resultados numéricos que representassem, com a maior precisão possível, a realidade linguística da comunidade de fala analisada. Para isso, buscamos amparo no rigor estatístico do pacote de programas *GOLDVARB X* (SANKOF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), ferramenta que, no âmbito da pesquisa sociolinguística, tem sido considerada uma das mais adequadas para equacionar a principal dificuldade da Teoria da Variação: a “[...] impossibilidade de medir diretamente, nos dados de

⁵² Num primeiro momento, optamos por utilizar a ferramenta *Localizar* do *Microsoft Word*, em que o próprio programa seleciona a forma desejada. No entanto, não havíamos atentado para o fato de que, tão importantes quanto as ocorrências “visíveis” na constituição da amostra, eram também os contextos de apagamento, cuja seleção automática seria improvável. Partimos, então, para um levantamento manual dos dados.

uso real, a influência de uma dada categoria, sem medir simultaneamente o efeito de outras categorias, também obrigatoriamente presentes.” (SCHERRE; NARO, 2003, p. 147).

Nesse sentido, estruturamos, para o estudo do comportamento do clítico SE na comunidade estudada, as nossas variáveis em uma dependente e onze independentes (oito linguísticas e três sociais), conforme apresentamos a seguir na seção dedicada ao **Envelope de variação**.

4.4 ENVELOPE DE VARIAÇÃO

A nossa investigação sobre o SE direcionou-se em função da presença ou ausência do clítico. O objetivo primeiro era conferir que tipos de SE são mais frequentes na fala dos informantes. Estabelecemos, assim, uma variável dependente. Para a realização da pesquisa, levantamos algumas variáveis independentes, que correspondem aos grupos de fatores que possivelmente condicionam a variação. A análise do conjunto das influências exercidas por vários grupos de fatores linguísticos e sociais permite que seja traçado um panorama acerca dos contextos de uso e da produtividade do clítico SE na fala conquistense.

4.4.1 Variável Dependente

Nossa variável dependente, binária, é a relação [presença vs apagamento] de SE nas sentenças em que se esperaria o aparecimento do clítico devido a especificações lexicais do próprio verbo, sua classe hospedeira, ou em função de contextos sintáticos favorecedores, conforme exemplificamos a seguir com dados dos nossos *corpora*.

(+) Presença:

(72) Eles **se** vestem de um jeito diferente. (MMM – PPVC – I – F)

(73) Eu acho que as brincadeiras mais antigas faziam as crianças **se** movimentar mais.

(CBS – PCVC – I – F)

(-) Apagamento:

(74) Depois que ela Ø formô e tudo, que adquiriu a casa dela, tava pronta pra Ø mudá, aí, ela Ø casô. (JPRB – – PPVC– III – F)

(75) Eu acho qui quando a pessoa Ø interessa a educação ela tá boa (JSR – PPVC – I – M)

4.4.2 Variáveis Independentes

Com o objetivo de identificar os fatores condicionadores linguísticos e extralinguísticos que favorecem o uso de uma variante sobre a outra controlamos em relação à variável dependente onze variáveis independentes das quais oito são de cunho linguístico e três de cunho social. Para cada uma delas elaboramos uma expectativa ou uma hipótese a respeito de seu condicionamento no favorecimento ou não da presença do pronome reflexivo SE.

4.4.2.1 Variáveis Linguísticas

Após alguns olhares iniciais selecionamos como variáveis linguísticas estes oito grupos de variáveis independentes ou oito grupos de fatores:

- a) Tipos de SE;
- b) Classe semântica do verbo;
- c) Transitividade do verbo;
- d) Função sintática do SE;
- e) Colocação do pronome na cláusula;
- f) Papel temático do sujeito;
- g) *Animacidade* do sujeito;
- h) Pessoa do sujeito.

Passemos a detalhar cada variável apresentando para elas exemplos ilustrativos, retirados dos *corpora* de nossa pesquisa, bem a hipótese ou a expectativa que nos motivou a controlá-la.

4.4.2.1.1 Tipos de SE

Para definirmos os fatores deste primeiro grupo baseamo-nos no trabalho de Souza (2017), em que o autor faz uma análise acerca das estruturas ditas reflexivas no Português Popular dos municípios de Poções, Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana. Com o objetivo de lançar luz sobre a compreensão da multiplicidade funcional do clítico SE, Sousa (2017) parte das classificações fornecidas por Nunes (1995) e Matos (2003) e, nesse sentido, apresenta para o SE a seguinte taxionomia: (a) *clíticos reflexivos*, (b) *clíticos recíprocos*, (c) *clíticos ergativos*, (d) *clíticos passivos*, (d) *clíticos inacusativos*, (e) *clíticos oblíquos*, (f) *clíticos inerentes* e *clíticos expletivos*. De tal taxionomia, não consideramos, em nossa pesquisa, os clíticos *inacusativos* e os *oblíquos* por não terem apresentado valores significativos entre os nossos dados e acrescentamos o *clítico indeterminador* cuja frequência mostrou-se bastante robusta em nossa amostra.

O que buscamos verificar com esta variável é se um clítico, numa dada função específica, exerce mais ou menos influência na escolha da presença ou ausência do item na sentença, devido às suas especificações sintático-semânticas e lexicais nas estruturas em que ocorre. A hipótese defendida em relação à variável explanatória *tipos de SE*, portanto, é a de que a realização do SE seja favorecida pelos clíticos que possuam maior valor informacional ou que façam parte da valência ou especificação lexical do verbo, e desfavorecida pelos clíticos que, ao contrário, possuam menor valor informacional ou que não façam parte da valência ou especificação lexical do verbo. Assim, com base na taxionomia adotada e na conjugação dos aspectos envolvidos na realização do clítico SE, estabelecemos um *continuum* de propensão à realização dos clíticos: *SE reflexivo* > *SE recíproco* > *SE inerente* > *SE indeterminador* > *SE ergativo* > *SE apassivador* > *SE expletivo*.

Apresentamos, a seguir, exemplos dos tipos de SE considerados em nossa pesquisa, com dados de nossos *corpora*.

I. Reflexivo

(76) A pessoa bebe, enche a cara, e quando vai vê pega o automove ou a moto ou um carro cai atropela um ou ele mesmo **se** acidenta, então a maioria dessas coisa têm conciença né? (WSO – – PPVC – II – M)

II. Recíproco

(77)Pra mim é uma falsidade você passar o ano inteiro, num dá um abraço numa pessoa e chega no final de ano todo mundo **se** abraça (DF – PPCVC – I – F)

III. Ergativo

(78)Hoje bate uma saudade assim na gente, pois pessoas da gente que morreu do meu filho, da minha filha, da minha mãe, do meu pai, da minha avó, meus tio, mas gente tem que **se** conformar (MCAO – PPVC – III – F).

IV. Inerente

(79)As pessoas, a princípio, vão **se** interessar muito (ASA – PCVC – II – F)

V. Apassivador

(80)Quando ela tava perto de chegar na escada, a gente baixou essa camiseta simulando um fantasma ali e foi maior desespero, a gente **se** divertia a beça com aquilo dali. (CSMN – PCVC – III – M)

VI. Indeterminador

(81)lá no... na.. Praça da República Tancredo Neves ,hoje nunca se fez fogueira, porque não era permitido. (AI– PCVC– III– F)

VII. Expletivo

(82)Só minha mãe que é viva meu pai já **se** foi. (MSS – PPVC – I – M)

4.4.2.1.2 Classe semântica do verbo

Uma vez que estamos lidando com um clítico, a influência que exerce a classe hospedeira desse item em seu uso não poderia deixar de merecer relevo em nossa análise. Para tanto, optamos por controlar o fator *classe semântica do verbo* conforme a tipologia de Kemmer (1993).

Realizamos poucas modificações nas categorias propostas pela autora de acordo com as estruturas encontradas em nossos *corpora*. Às dez classes semânticas propostas por Kemmer (1993), Pereira (2007) acrescenta mais duas: *outros atos de fala e passiva e impessoal*, as quais também adotamos em nosso trabalho de modo que o quadro apresentado a seguir se configura como uma adaptação da proposta das duas autoras. De nossa parte e em consonância com os dados desta pesquisa, acrescentamos outras duas classes: *verbos de*

estado/ mudança de estado e sem classificação e substituímos a classe passiva e impessoal por indeterminação do agente. Vejamos:

Quadro 5 – Classes verbais semanticamente médias

Classe semântica	Definição	Exemplos
1.Cuidado corporal.	Ações executadas pelo indivíduo nele mesmo.	• Banhar-se • Barbear-se • Lavar-se
2.Movimento não translacional.	Mudança na configuração do corpo sem mudar a sua localização.	• Abaixar-se • Esticar-se • Inclinar-se
3.Mudança na postura corporal.	Mudança na configuração do corpo em relação a uma localização.	• Ajoelhar-se (no altar) • Deitar-se (na cama) • Levantar-se (do sofá)
4.Movimento translacional	Movimento através do espaço.	• Aproximar-se • Distanciar-se • Mover-se
5.Média de emoção ⁵³	Processos/estados mentais emotivos	• Alegregar-se • Consolar-se • Satisfazer-se
6.Média de cognição	Processos/estados mentais cognitivos	• Decidir-se • Esquecer-se • Dar-se
7.Ato de fala emotivo	Ato de fala de natureza emotiva	• Gabar-se • Lamentar-se • Vangloriar-se
8.Outros atos de fala	Atos de fala de natureza declarativa	• Confessar-se • Culpar-se • Declarar-se
9.Média indireta	A entidade agente é comumente ou necessariamente o participante recipiente ou beneficiário da ação	• Apropriar-se • Apossar-se
10.Eventos naturalmente recíprocos	Ações ou estados em que a relação entre os participantes é normalmente ou necessariamente mútua	• Abraçar-se • Casar-se • Cumprimentar-se
11.Eventos espontâneos.	Processos que tipicamente são percebidos como ocorrendo sem a iniciação direta de um agente	• Criar-se • Desenvolver-se • Originar-se
12.Indeterminação do Agente	Ações ou processos que envolvem um agente não expreso.	• Isso não se diz
13. Estado/ mudança de estado	Engloba basicamente o verbo <i>chamar</i> e os copulativos	• Chamar-se • Tornar-se • Transformar-se

⁵³ Tanto linguistas quanto gramáticos da Língua Portuguesa mencionam verbos deste tipo. Said Ali (1966), por exemplo, observa que em *aborrecer-se*, *excitar-se*, *arrepender-se*, *admirar-se*, não concebemos a pessoa como agindo sobre si mesma (ação reflexiva). Em vez disto, o que se expressa é um sentimento, indicando que a pessoa está vivamente afetada (cf. também BECHARA, 1980, 2001).

14. Outros	Associação com o clítico constitui expressão cristalizada ⁵⁴	• Foda-se • Dane-se • Se vira!
------------	---	--

Fonte: KEMMER (1993); PEREIRA (2007), adaptado.

Muitos dos verbos que Kemmer (1993) inclui na classe dos médios são considerados reflexivos por Pereira (2007) e também por nós. As classes semânticas enumeradas em (1-4), por exemplo, referem-se a ações executadas por uma pessoa (Agente) em seu próprio corpo (Paciente). Elas se aproximam do tipo *reflexivo* propriamente dito, uma vez que implicam volição e controle.

As classes descritas em (5-8) equivalem aos chamados verbos psicológicos, que sugerem relações mais abstratas, nas quais, normalmente, o sujeito sintático desempenha o papel de Experienciador. Diferentemente das ações corporais, vistas em (1-4), as médias de emoção geralmente não envolvem volição nem controle por parte da entidade Experienciadora e favorecem tanto o emprego dos clíticos *inerentes*, como também dos *ergativos* e dos *apassivadores*. Já as médias de cognição não possuem esta restrição e tendem a favorecer o emprego dos *reflexivos* e *recíprocos*.

A média indireta (9) compreende ações que são normalmente (ou necessariamente) executadas em benefício próprio. Observe-se que os verbos utilizados para exemplificar esta classe são aqueles que a Gramática Tradicional denomina *essencialmente pronominais*. Por conseguinte, conforme a nossa taxionomia, é contexto próprio dos *inerentes*.

Os eventos naturalmente recíprocos (10) se referem a ações que são normal ou necessariamente mútuas, favorecendo o emprego de SE *recíproco*.

Já os espontâneos (11) incluem processos fisiológicos. A entidade afetada por estes processos é denominada *Paciente* por Kemmer (1993). Tipicamente, esses eventos são vistos como não sendo causados por um Agente. Trata-se de um contexto favorecedor do SE *ergativo*. Porém, se esse Agente é expreso, propicia o uso do SE *apassivador*.

A construção com valor de indeterminação (12) é usada para expressar um evento em que o causador, tipicamente um Agente, é entendido como existente, mas é colocado fora da cena, contexto em que figura o clítico *indeterminador*.

As classes descritas em (13-14) não são contempladas na tipologia de Kemmer (1995). Conforme as estruturas encontradas em nossos *corpora*, englobam o verbo *chamar* e os copulativos (13), e correspondem a expressões cristalizadas (14), todas com um índice

⁵⁴ Incluímos nesse fator verbos que não se encaixam na classificação de Kemmer (1993)

considerável de presença em nossos dados e que, portanto, merecem ser investigadas. Trata-se de contextos favorecedores de clíticos *expletivos* e *indeterminadores*.

Feita essa breve descrição das classes semânticas dos verbos, sublinhamos que cada um dos tipos de SE tem seu uso favorecido em algum dos contextos descritos, conforme o exposto. Em consonância com Kemmer (1993), lançamos para este grupo de fatores a hipótese de que, se uma língua dispõe de variação entre duas formas pronominais (pronomes explícito x zero), a forma fonologicamente mais pesada e independente será utilizada nos contextos de reflexividade e reciprocidade propriamente ditas, enquanto a forma fonologicamente mais leve (ou zero) tenderá a ser favorecida nas estruturas médias. Destarte, presumimos que os contextos de reflexividade e de reciprocidade são mais favorecedores da presença do clítico, ao passo que os contextos de medialidade são mais propensos ao apagamento.

A seguir, ilustramos cada uma das classes semânticas descritas no quadro (x) com exemplos extraídos dos nossos *corpora*.

I. Cuidado corporal:

(83) Se você tem o direito de **se vestir** da forma da sua religião, eu tenho meu direito de me vestir também (MSS – PPVC– I - M)

II. Movimento não translacional:

(84) Ela nem **levantava** mais de dô (CDS– PPVC– I- F)

III. Mudança na postura corporal:

(85) Aí ela entrava ela, qui escolhia qual era a cadera que ela queria **sentar** minha fia (AAB – PPVC – II – F)

IV. Movimento translacional:

(86) aí a gente teve que **se mudar** pro pruma cidade pequena (DFP - PVC-I- F)

V. Média de emoção:

(87) É tantas coisa que a gente faiz e **arrepende** e não pode mais voltar (AAB– PPVC– II – F)

VI. Média de cognição:

- (88) Ela fala que ela não **se lembra** disso (DFP - PVC- I - F)

VII. Ato de fala emotivo:

- (89) A gente **se queixava** assim das dificuldades (DFP - PVC-I-F)

VIII. Outros atos de fala

- (90) Eu acho isso meio relativo quando **se diz** que criança não pode trabalhar de jeito nenhum isso vai depender de alguma circunstâncias outras (AI-PCVC-III-F)

IX. Média indireta:

- (91) Eu ia com minha esposa ela também né? **Se aceitô** a Cristo (JAP- PPVC- III-M)

X. Eventos naturalmente recíprocos:

- (92) E aí fui (risos) aí conheci meu marido aí a gente **casô** (ESP- PPVC- II-F)

XI. Eventos espontâneos:

- (93) É quanto é? / foi quinze/ eu nem sei /mas **criou** onze/ **criou** onze é os outros morreu (EJR- PPVC- III-M)

XII. Passiva e impessoal:

- (94) O princípio que **se busca** é um princípio realmente de valor (CSMN-PCVC-III-M)]

XIII. Verbos de estado/mudança de estado:

- (95) Macaquinho era o que em ôtros lugares **se chamava** de amarelinha né? (AI-PCVC-III-F)
- (96) aí quando aquela água baxava ficava aquelas marcas horríveis na parede e a genteclaro a gente era pequena a minha mãe ia limpar com a vizinha que **se tornou** amiga da gente (DF-PPVC-I-F)

XIV. Outros:

- (97) Até hoje nós sabe **se virar** (JCS- PPVC- IIM)

4.4.2.1.3 Transitividade do verbo

Mattos e Silva (1996), ao tratar das predicções do verbo, assume que o predicado intransitivo exige apenas um argumento realizado pelo SN que funciona sintaticamente como o sujeito da frase. Já o predicado transitivo, além do SN expresso pelo sujeito da oração, pode exigir também, pelo menos, mais um argumento expresso por outro sintagma nominal ou um sintagma preposicionado que o complementa.

Nossa intenção em controlar este grupo de fatores é verificar se os contextos de intransitividade favorecem o apagamento dos clíticos. Para tanto quantificamos a ocorrências de verbos do tipo:

I. Transitivo

(98) até hoje a gente **se** vê até hoje a gente **se** encontra (DF-PPCVC-I-F)

II. Intransitivo

(99) Criança tem que crescê tem que **se** diverti (AI-PCVC-III-F)

III. Copulativo

(100) Então **se** torna o local que eles escolhe **se** torna pequeno (ACMG-PCVC-II-F)

4.4.2.1.4 Função sintática do SE

Os fatores que compõem esse grupo *função sintática do SE* foram formuladas de acordo com as estruturas encontradas nos *corpora*. Além disto, levamos em conta os estudos que versam sobre os reflexivos, já que grande parte dos trabalhos que discorrem sobre os reflexivos (NUNES 1995; CAMACHO 2003; MELLO 2009 entre outros) admite que em alguns contextos o clítico tem a função de complemento seja objeto direto ou indireto. Em tais estruturas o SE é requerido pelo verbo e tem portanto o *status* de um argumento. Quando não faz parte da valência⁵⁵ do verbo é classificado como não argumental.

⁵⁵ Na definição de Neves, (2002, p.105), “A valência consiste no conjunto de relações que se estabelecem entre o verbo, os seus *actantes*, ou argumentos obrigatórios, ou constituintes indispensáveis”. Dessa definição, depreendemos que o significado de um verbo e as circunstâncias em que ele é empregado configuram a estrutura oracional desenvolvida. Assim, “a valência sintática é a capacidade que tem o verbo de abrir, na sentença, lugares estruturais que devem ser preenchidos para que se realize uma estrutura oracional” (NEVES, 2002, p. 112).

Nunes (1995) registra que “[...] sob uma perspectiva funcionalista seria esperável que os dados mostrassem maior ocorrência de supressão nos ambientes em que o clítico anafórico não funciona como argumento do verbo.” (NUNES, 1995, p. 213). Pretendemos testar essa expectativa em relação aos nossos dados, verificando se há alguma relação entre o apagamento do clítico e o fato de ele não exercer função sintática. Assim sendo, mediante as estruturas encontradas em nossos *corpora* e levando-se em conta a literatura revisitada, controlamos neste grupo as ocorrências de SE nas funções de *objeto direto* *objeto indireto* e aquelas em que o clítico *não exerce função sintática* conforme exemplificamos:

I. Objeto direto

(101) A pessoa bebe, enche a cara, e quando vai vê pega o automove ou a moto ou um carro cai atropela um ou ele mesmo **se** acidenta então a maioria dessas coisa têm *conciência* né? (WSO – PPVC– II – M)

II. Objeto indireto

(102) Antigamente o pessoal **se** cuidava mais de uma forma e de outra não (RT– PPVC– II – M)

III. Não exerce função sintática

(103) Eu creio que muitos pais acabam não tendo essa... essa noção da importância que é dá esse apoio esse incentivo para os filhos na verdade tá **se** dando uma base para um futuro melhor pra eles (CSMN – PCVC – III – M)

4.4.2.1.5 Colocação do pronome na cláusula

De acordo com Galves (1996), um dos aspectos mais fascinantes da “emergência da gramática do português brasileiro” é o fenômeno da posição dos clíticos na oração. Esse é, segundo a linguista, um dos aspectos mais visíveis na diferenciação entre o Português do Brasil e o Português Europeu. Enquanto os europeus usam a ênclise como a principal forma de colocação, os brasileiros escolhem a próclise. Elegemos essa variável para confirmar, nos resultados de Vitória da Conquista, essa tendência do Português Brasileiro, buscando em nossos dados as ocorrências de próclise de ênclise de colocação do clítico entre verbos de uma locução e também os casos de redobro conforme exemplificados a seguir. Ao controlar essa variável, também buscamos demonstrar que os casos de ênclise tendem a ser mais frequentes na variante culta de nosso vernáculo, já que foi o mais influenciado pela formação escolar. De mesma sorte, postulamos que o redobro seja mais frequente na variante popular.

I. Próclise

- (104) As criança de hoje elas **se** diverte menos tira mais pra estudá né? (SSC–PPVC– I – F)

II. Ênclise

- (105) Naquela época, era uma disputa de direita e esquerda digamos assim né resumia-se a isso (PARC –PCVC – III –M)

III. Entre verbos de uma locução:

- (106) Então tudo isso junto eh com o passar dos anos vai se consolidando (PARC –PCVC – III –M)

IV. Redobro

- (107) Jesus já sabia que ele o ia trair, ele mais mesmo assim o senhor não desistiu dele, ele no fim ele **se** acabô **se** matando né? (MJPS – PPVC – II –F)

4.4.2.1.6 Papel Temático do Sujeito

Importante para o condicionamento linguístico da variável dependente, a variável explanatória *papel temático do sujeito* composta pelas variantes *agente* *paciente* e *experienciador* associa a realização do clítico dito reflexivo a uma determinada compreensão semântica da estrutura frasal, sendo defendida a hipótese de que a presença de um sujeito com papel temático de *experienciador* favoreceria o apagamento do SE, já que em contextos como esse a supressão do clítico não prejudica a compreensão semântica do evento descrito.

Com base em Cançado (2005), podemos dizer, grosso modo, que o *papel temático* é uma propriedade semântica resultante da relação estabelecida entre o verbo e seus argumentos. O exame dessa relação possibilita melhor compreensão das características que marcam o contexto de reflexividade a partir do papel temático atribuído ao sujeito sintático da oração. Cançado (2005) elaborou uma lista geral e abrangente dos papéis temáticos, a saber: agente, causa, instrumento, paciente, tema, experienciador, beneficiário, objetivo, locativo, alvo e fonte. Na análise das estruturas ditas reflexivas, interessa-nos saber se o sujeito recebe o papel temático de *agente*, *paciente* ou *experienciador*. A seguir definimos e ilustramos com exemplos essas variáveis:

a) **Agente:** o desencadeador da ação capaz de agir com controle

(108) Quando temos momento de disputa eleitoral eh **se** discute o projeto universitário
(PARC-PCVC-III-M)

b) **Paciente:** a entidade afetada pelo efeito de alguma ação

(109) Não eu acho que as crianças **se** divertem sim eu acho que **se** divertem com outros tipos de brincadeiras com outros tipos (AI – PCVC –III –F)

c) **Experienciador:** o sujeito sintático da oração não tem o controle da ação que expressa um estado psicológico

(110) a gente não pode Ø empolgá muito com esses trem de novela (GNB – PPVC – IF)

4.4.2.1.7 Animacidade do Sujeito

Conforme Tarallo (2005), quando os antecedentes são referentes de natureza animada sua posterior pronominalização na fala é favorecida. Diante disso buscamos testar em nossos dados se o traço [+animado] vs [- animado] do sujeito

[+ animado]

(111) Eu tenho namorado a gente **se** conheceu aqui na UESB (CBS – PCVC – I –F)

[- animado]

(112) Ele, na verdade, é um filme que tem duas histórias E uma história é da... da década de trinta e a outra é é uma história atual. Então as duas histórias **se** misturam. Então é um filme bem interessante (ASA – PCVC –II F)

4.4.2.1.8 Pessoa do Sujeito

Partindo do paradigma atual dos pronomes pessoais e reflexivos (MENON 1995; FREITAG 2003), examinamos as ocorrências encontradas nos *corpora* de acordo com a pessoa do sujeito no intuito de verificar se esse fator teria influência na variação de uso do clítico SE. Destarte, estabelecemos a hipótese de que a frequência de realização do clítico seria maior entre as instâncias de 1ª e 2ª pessoas representadas respectivamente pelos

pronomes *a gente* e *você/vocês* do que nas de 3ª pessoa. Conjeturamos, também, encontrar casos de generalização do SE em que o clítico coocorre, sobretudo, com *eu* e *nós*:

I. Terceira Pessoa

- (113) Eu entrava na sala eu ficava esperano qual era a cadera que era que ela ia Ø sentar ela chegava ficar olhano pra mim assim olhava pra todo mundo todo mundo na sala tinha medo das menina né? (AAB – PPVC– II - F)
- (114) Agora tem uns dez ano eles Ø separaram (RT– PPVC– II –M)

I. A gente

- (115) então amanhã a gente **se** encontra lá (RT– PPVC– IIM)

II. Você

- (116) Você **se** frustra um pouco (CSMNPCVCIIM)

III. Primeira Pessoa

- (117) Se livre (RT– PPVC– II –M)
- (118) nós dois **se** unia muito (MLSS– PPVC– III – F)

4.4.2.2 Variáveis Sociais

Considerando que a nossa pesquisa ampara-se no aparato teórico metodológico da Sociolinguística Variacionista, assumimos, também, uma prioridade à língua em uso que de natureza heterogênea abriga a variação e a mudança.

As mudanças linguísticas, por seu turno, não podem ser interpretadas como resultantes apenas de fatos exclusivamente linguísticos. Se por um lado pressões estruturais são importantes para que elas ocorram, por outro a sua aceitação e difusão envolvem com certeza fatores extralinguísticos. Partindo desse pressuposto, sublinhamos a importância de se considerarem, nas pesquisas linguísticas, os fatores sociais condicionadores das mudanças que ocorrem na língua.

Neste trabalho, faremos uso das variáveis **sexo, faixa etária e escolaridade**. A justificativa para termos contemplado tais variáveis nesta pesquisa ancora-se na ênfase de Silva (2005), ao refletir sobre os pressupostos sociolinguísticos labovianos. Para o

pesquisador, “[...] A utilização de fatores não-linguísticos ou extralinguísticos para analisar a variação linguística e tendências de mudança é um dos pontos basilares da Sociolinguística”. (SILVA, 2005 p 168). O controle de fatores dessa ordem pode nos dar indícios de algo relevante para a identificação e também compreensão de certas tendências subjacentes ao uso das formas da língua. Passaremos a delinear nas subseções a seguir as nossas variáveis sociais.

4.4.2.2.1 Escolaridade

A escolarização continuada deve contribuir para uma padronização da fala (e também da escrita) em consonância com os preceitos da norma de prestígio. Quando determinadas formas linguísticas são avaliadas como pertinentes ou não à variedade padrão da língua, a utilização de tais formas costuma estar correlacionada à escolarização dos usuários da língua. Isto posto, há de se esperar que quanto mais tempo o indivíduo passe na escola maior será o uso de formas que possuam conceito social mais prestigiado.

Acreditando que a alternância presença/apagamento do pronome clítico SE nas estruturas ditas reflexivas não sofreria estigma na comunidade de Vitória da Conquista, lançamos a hipótese de que o uso do clítico seria favorecido entre os informantes mais escolarizados. Assim, estamos utilizando a variável *escolaridade* para verificar se algum de seus níveis favorece ou inibe o emprego do item linguístico que estamos estudando. Nesse intuito uma de nossas tarefas foi distribuir os informantes da amostra investigada conforme o grau de escolaridade, supondo que os falantes do Português Culto realizam mais o pronome SE. Definimos, então, a variável social *escolaridade* compondo-a por meio de dois fatores, a saber: (i) *informantes menos escolarizados* – compreendendo aqueles que possuíam até 4 (quatro) anos de escolaridade; (ii) *informantes mais escolarizados* – representando os informantes com 11 (onze) anos ou mais de escolaridade

4.4.2.2.2 Faixa Etária

Dentre os fatores sociais que influenciam nos usos linguísticos de uma comunidade de fala, o fator *faixa etária* é considerado bastante relevante, pois é um elemento extralinguístico que sinaliza para indícios de mudança linguística ou mudança linguística propriamente dita, dependendo da maneira como é conduzida a pesquisa (se em tempo aparente ou em tempo

real, por exemplo). Desse modo, propusemo-nos a controlar os dados a partir de estratificações etárias mediante a variável *faixa etária*.

Em nossa pesquisa, controlamos os três fatores predefinidos pelo JANUS como constituintes dessa variável social:

Faixa I: de 15 a 35 anos;

Faixa II: de 36 anos a 49 anos;

Faixa III: de 50 anos em diante

A tendência geral é a de que novos usos de uma forma sejam mais recorrentes na fala de indivíduos de menor idade. De acordo com Tavares (2003), o esperado é que a recorrência das variantes inovadoras cresça à medida que diminua a idade dos informantes. Tal fato gera uma distribuição linear crescente: numa ponta da escala está a faixa etária mais jovem com as frequências de uso mais elevadas; na outra ponta, a faixa etária mais velha com as frequências de uso mais baixas.

Levando em consideração as três faixas etárias acima especificadas, pretendemos atestar se o fator de variação entre os mais jovens é um indício de mudança em *tempo aparente* nos moldes de Labov (2008 [1972]), postulando que o apagamento seja um traço característico do Português do Brasil, mas que a tendência para maior ou menor emprego pode ser elucidada pela realidade de cada comunidade analisada.

4.4.2.2.3 Sexo

Em que medida podemos afirmar que homens e mulheres falam de forma diferente? A importância de tal questionamento repousa na possibilidade de avaliarmos em que limite e de que modo a variação de um dado fenômeno linguístico está correlacionada ao sexo do falante.

Segundo Monteiro (1994), alguns estudos sociolinguísticos apontam que as mulheres tendem a se expressar em maior conformidade ao que se costuma chamar ‘modo correto’ de usar a língua; outros indicam uma participação ativa das mulheres em relação aos fenômenos de mudança. Desse modo, a ocorrência de determinada variante linguística, sobretudo, das que estão ligadas às dicotomias Popular vs Culto ou Forma Padrão vs Forma Não-padrão estão associada ao sexo do falante, mais especificamente à forma de construção social dos papéis feminino e masculino.

Com esta variável pretendemos verificar quais escolhas são mais comuns entre homens e mulheres, aventando a possibilidade de que as mulheres busquem a forma realizada do pronome. Mais especificamente quem mantém a utilização padrão no emprego do pronome clítico em estudo. Assim, procuramos responder a três perguntas:

- a) Quem amplia seus usos a ponto de dar ao SE um *status* de ‘clítico universal’, generalizando-o a outras pessoas do discurso?
- b) Quem opta pelo apagamento do clítico?
- c) Quem o insere em contextos onde não é esperado?

Postulamos que as mulheres apresentem caráter menos inovador e sigam mais os ditames da língua quer aprendida na escola quer aprendida no contato com outros grupos.

Na seção a seguir, apresentamos o que os números nos revelam.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nas seções precedentes, foram apresentados não só a configuração e as características definidoras do nosso objeto de estudo, como também o aparato teórico que nos serve de base e os procedimentos metodológicos que selecionamos para a análise dos dados. Agora, chegamos às páginas em que ficará à mostra o que os números nos revelam.

Nesta seção, apresentamos os resultados alcançados após submetermos os dados à leitura do programa *GoldVarb X*. Consabidamente, o programa é capaz de realizar análises multivariadas por meio das quais leva em consideração as forças que atuam de modo simultâneo sobre a estratificação hierárquica da variação em estudo que, no nosso caso, consiste na [realização vs apagamento] do pronome clítico SE em estruturas tradicionalmente consideradas reflexivas, presentes em uma amostragem de fala da comunidade de Vitória da Conquista – BA.

Seguindo a metodologia descrita na seção anterior, foram levantadas e codificadas todas as ocorrências de [realização vs apagamento] do pronome clítico SE em contextos em que ele é esperado. Tivemos também o interesse em fazer o levantamento das ocorrências de inserção e redobro do clítico, conforme supúnhamos que encontraríamos na amostra. Dito isto, tomando como variável dependente a presença [realização] e a ausência [apagamento] do clítico, mostramos, num primeiro momento, o panorama geral do “comportamento” do SE dito reflexivo no vernáculo de Vitória da Conquista, segundo as amostras que denominamos de Português Popular e Português Culto. Em seguida, examinamos a influência dos fatores linguísticos e extralinguísticos que estariam atuando na realização desse fenômeno variável.

5.1 RODADA GERAL

Em 48 entrevistas, foram encontradas 617 ocorrências de situações linguísticas nas quais o pronome clítico SE pudesse ocorrer. Para além desses contextos, foram também identificados 11 (onze) casos de inserção, 8 (oito) casos de generalização e 5 (cinco) casos de redobro, somando ao todo 641 dados. Em função da variável dependente – presença [realização] e a ausência [apagamento] do SE –, submetemos o total de dados a uma rodada inicial. De antemão, sabíamos que o Programa acusaria *knockout* para os casos em que o apagamento não se configura uma alternativa de uso, ou pelo fato de o clítico aparecer em contextos onde ele não é esperado, como nas ocorrências de inserção, ou pelo fato de a

presença do clítico ser proscrita⁵⁶ pela Gramática Tradicional, como nos casos de generalização e redobro. No entanto, era nosso interesse extrair o percentual desses fatores em relação aos outros controlados neste estudo. Destarte, obtivemos um total de 1.7 % de inserção do clítico em contextos onde ele não é esperado, 0.8 % de generalização do clítico para as primeiras pessoas do singular e do plural e 0.8 % de ocorrências de redobro do clítico, conforme exemplificamos a seguir, com dados dos nossos *corpora*.

Inserção:

- (119) tudo **se** inicia, tudo **se** começa ali, do conhecimento, da educação. (LCS – PCVC – I – F)
- (120) Namoramo um ano, um ano, aí ela **se** engravidou. (JSR – PPVC – I – M)
- (121) Eu ia com minha esposa... ela também, né? **Se** aceitô a Cristo, eu, filho mais pequeno... as criança, né?... E... e ela foi uma mulé muito fiel, graças a Deus... a Deus como na Igreja {ININT} e faleceu sendo fiel a Deus... foi muito trabaiadêra... respeitada, o que vale é o respeito. (JAP– PPVC– III– M)
- (122) Ela é uma pessoa assim bem protetora muit’ gente boa eh... com... eh... questão de mãe mesmo quand’ tem que **se** interferí **se** interfere mesmo e aconselha e conversa... (CBS– PCVC– I– F)
- (123) *DOC*: Como que foi assim, a experiência de ter o primeiro filho?
INF: Ah... uma coisa incrível né, assim... você **se** amadurece bem mais **e...** num tem nem como descrever, muito bom. (JBF– PCVC– III– M)

Generalização:

- (124) Eu e a minha esposa **se** conhecemo, eu... eu era eh lá da roça, aí mudei aqui pra cidade e fui morá próximo da casa dessa que hoje em dia é minha esposa. (DAO – PCVC– III– M)
- (125) Nóis **se** conheceu na festa que eu fui. Nóis **se** conheceu foi numa buate que teve, aí eu fui, meus colega me convidou, aí me chamaram, eu fui. Aí, conheci a menina. (LBR– PPVC– I– M)
- (126) É... pra mim **se** alimentá e ficá forte (risos). (LBR– PPVC– I– M)
- (127) Até hoje nós sabe **se** virar. (JCS– PPVC– II– M)
- (128) Nós dois **se** unia muito. (MLSS– PPVC– III– F)

⁵⁶ Termo usado por Said Ali (1966) para demonstrar que a Tradição não aceita tal construção.

Redobro:

- (129) Jesus já sabia que ele o ia trair ele, mais mesmo assim o senhor não desistiu dele. Ele, no fim, ele **se** acabô **se** matando, né? (MJPS– PPVC– II– F)
- (130) A gente **se** fala-**se** uma vez e nunca. (PUGB – PCVC– I– M)
- (131) Se você qué matá aula, beleza também, e **se** foda-**se**, a decisão é sua, a vida é sua. (LMRJ– PCVC– I– M)

Embora fora do intervalo percentual em que se considera a existência de uma regra variável, a saber, entre 5% e 95% (LABOV, 2003), os casos exemplificados (119 a 131) merecem atenção em nossa pesquisa, na medida em que suscitam similitudes com as tendências apontadas por Oliveira (2006) para a região nordeste do Brasil, no que respeita ao comportamento do SE. Segundo Oliveira (2006), a generalização é um fenômeno que ocorre em todo o país e a inserção, bem como o redobro do SE é um fenômeno nordestino. Outro ponto a se considerar é o fato de tais estruturas evidenciarem a multifuncionalidade do SE que, partindo de sua função inicial e própria (a reflexiva), passa a atuar em diferentes contextos e, por conseguinte, com diferentes funções. Se pensarmos nos casos de generalização, ilustrados em (124 – 128), por exemplo, temos um SE que amplia os seus contextos de atuação para além da terceira pessoa. Segundo Freitag (2003), isso acontece por ser o SE o membro mais frequente no paradigma pronominal, dado que se realiza com os pronomes *ele, eles, ela, elas, você, vocês* e *a gente*. Em consequência, perde clareza semântica e generaliza sua regra para outros pronomes, como *eu, tu* e *nós*. O SE passa a assumir, então, um comportamento semelhante ao de um afixo, integrado ao verbo.

Os casos de inserção (119 – 123) e redobro (129 – 131), por seu turno, reforçam essa noção de que o SE presente em tais estruturas funciona como afixos verbais, motivo pelo qual, nesses casos, não é apagado, visto que figura como parte integrante do verbo.

Na visão de Camacho⁵⁷ (2003), a inserção de SE, em contextos onde o clítico não é requerido é motivada pela ausência de domínio da norma padrão. Camacho (2003) esclarece

⁵⁷ Em estudo realizado em 2003, Camacho apresenta casos de inserção retirados de redações de vestibulandos. A título de exemplificação, apresentemos as ocorrências garimpadas por aquele pesquisador:

- (1) O homem prece não estar **se evoluindo**, mas **se regredindo** cada dia mais.
- (2) Quando o sol se põe, as esperanças **se desaparece** no ar.
- (3) Um mundo onde a violência e a miséria **se prospera** cada dia mais.
- (4) A angústia **se prolifera** a cada hora que passa. (CAMACHO, 2003, p. 115)

que essas construções constituem casos de hipercorreção, “[...] um fenômeno sociolinguístico motivado por um sentimento de insegurança em relação às normas gramaticais da variedade padrão” (CAMACHO, 2003, P. 115). Ainda, segundo o autor, o marcador medial⁵⁸ ainda vigente, mas em vias de desaparecimento, torna-se obrigatório no registro formal e se estende para formas que não o requerem, como os predicados monovalenciais intransitivos.

Labov (2008 [1972]), por outro lado, relaciona a hipercorreção aos estereótipos, tomando-a como um indicador de que a variável é altamente saliente, de que ela se tornou objeto de atenção consciente por parte dos falantes. Como a variação da presença [realização] e a ausência [apagamento] do clítico SE não se restringe ao uso popular, conforme atestam os exemplos em (119 e 122), presumimos que a inserção (ou hipercorreção, nos termos de Camacho (2003) e Labov (2008 [1972])) talvez possa ocorrer de forma inconsciente. Conquanto não tenha apresentado valores significativos em nossos resultados, acreditamos que o *fenômeno da inserção* constitui um indício (*fumus*) de provável mudança linguística, sugerindo que as pessoas já não sejam capazes de distinguir os contextos que requerem ou não o uso do pronome reflexivo. Deixemos, contudo, que outros pesquisadores se adentrem por essa seara.

Isto posto, excluídas as ocorrências descritas (119 – 131), submetemos os 617 dados coletados de situações linguísticas nas quais o pronome clítico SE pudesse ocorrer a uma nova rodada. O arquivo gerado pelo *GoldVarb X* apresentou as seguintes ocorrências de *knockout*: (i) o grupo *colocação do pronome*, como esperávamos, acusou *knockout* para todas as posições; (ii) no GF (Grupo de Fatores) *tipos de SE*, os fatores *expletivo* e *apassivador*, visto que o resultado foi categórico para a presença; (iii) e no GF *traços semânticos do verbo*, o fator *outros*.

Uma vez eliminadas as ocorrências de *knockout*, submetemos os dados a outra rodada. Para esta etapa do trabalho, o Programa selecionou como relevantes quatro dos onze grupos de fatores iniciais, com nível de significância de **0.006** e *input* de **0.85**, na seguinte ordem de relevância:

- i. Escolaridade;
- ii. Tipos de SE;
- iii. Faixa etária;

⁵⁸ Camacho (2003) atribui ao pronome clítico SE as funções de *marcador reflexivo* e *marcador medial*.

iv. Classe semântica do verbo.

Como podemos perceber, foram selecionadas duas variáveis linguísticas e duas sociais.

Nas próximas subseções, apresentaremos os resultados obtidos das variáveis selecionadas, linguísticas e extralinguísticas – respectivamente, nessa ordem. E, em seguida, faremos nossas considerações a respeito das que não foram selecionadas nessa rodada, apesar de terem sido consideradas para o Programa como estatisticamente pouco significativas.

5.2 RESULTADOS OBTIDOS DOS CORPORA OBSERVADOS EM RELAÇÃO À VARIÁVEL DEPENDENTE

Se estamos cogitando que o uso do SE em Vitória da Conquista passa pelo processo de gramaticalização, num estágio em que as taxas de ocorrência são altas, e se ensejamos descrever quais fatores linguísticos e sociais interferem neste processo, será mais coerente apresentarmos os resultados a partir da perspectiva da *presença [realização]*, definida como a aplicação da regra variável:

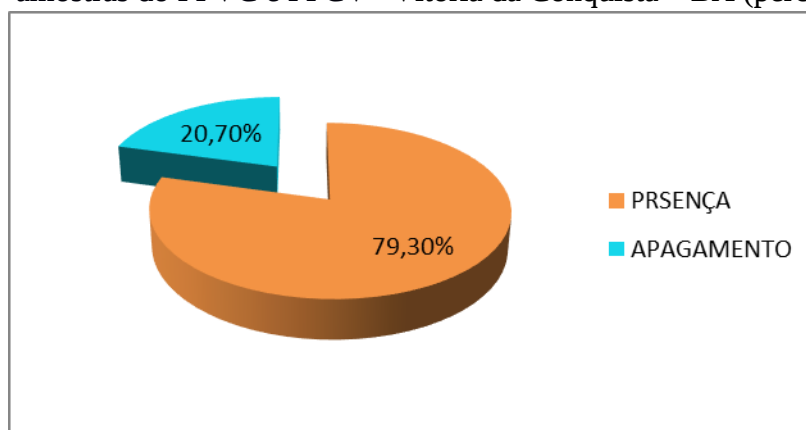
Tabela 1 - Presença [realização] e a ausência [apagamento] do pronome SE em Vitória da Conquista

Emprego do Clítico	Apl/Total	%
Realização	489/617	79,3%
Apagamento	128/617	20,7%

Fonte: Elaboração da pesquisadora

A visualização da Tabela 1 permite traçar um panorama geral da distribuição dos dados nos *corpora*. Das 617 ocorrências selecionadas, 489 apresentaram o pronome junto ao verbo, enquanto que em 128 ocorrências o pronome foi apagado, o que equivale a 79,3% de presença contra 20,7% de ausência do pronome. Um resultado já esperado, mesmo antes de termos submetido os dados à análise estatística, visto que na relação *presença vs apagamento*, a perspectiva é a do *preenchimento* do pronome, com a escolha da variante *presença* para a aplicação da regra. No gráfico a seguir, podemos visualizar a distribuição de frequência das variantes.

Gráfico 1 – Presença [realização] e a ausência [apagamento] do pronome SE em amostras do PPVC e PPCV– Vitória da Conquista – BA (percentuais)



Fonte: Elaboração da pesquisadora

Habitualmente, os trabalhos dedicados ao estudo do SE apontam uma tendência geral para o apagamento do clítico, como em D’Albuquerque (1988), Nunes (1995) e Rocha (1999), por exemplo. Se, por um lado, temos dialetos que sustentam tal posição, temos, por outro, regiões do Brasil em que o movimento é inverso: ao invés de sofrer apagamento, o uso do clítico se mantém e se estende a contextos diversos, conforme apontam os estudos de Freitag (2003), para a cidade sulista de Florianópolis, e Mello (2009), para a cidade nordestina de João Pessoa, cujos resultados gerais assemelham-se aos nossos.

Segundo Freitag (2003), as mudanças ocorridas no quadro dos pronomes do português⁵⁹ parecem ter afetado também os pronomes reflexivos. A autora apresenta o estudo em que Nunes (1995) delineou uma tendência para a perda desses pronomes, enfocando dados denominados *clíticos anafóricos*. Freitag (2003)⁶⁰ propõe que o panorama apresentado por Nunes (1995) não parece refletir o que de fato está ocorrendo com o pronome SE na fala de Florianópolis. Por meio de um estudo empírico, a autora constatou, na cidade em questão, uma alta frequência de uso da forma SE em contextos outros além dos já fixos. Nesse sentido, a pesquisadora hipotetiza que esse fenômeno ocorre em razão da

⁵⁹ Para mais detalhes sobre essa questão, remetemos o leitor à seção “Outros estudos sobre o SE”.

⁶⁰ A autora utiliza um quadro elaborado por Nunes (1995, p.211), reproduzido com pequena alteração de formatação:

LÍNGUA ESCRITA (CARTAS, DIÁRIOS E DOCUMENTOS).					ENTREVISTAS
SÉC. XVI	SÉC. XVII	SÉC.XV III	SÉC. XIX	SÉC. XX	SÉC. XX
15%	32%	14%	19%	30%	52%

perda de clareza semântica nas construções com SE que estão passando por gramaticalização, cujo processo pode ser resumido como a seguir.

1. Primeiro Passo → O uso de SE tem origem discursiva, funcionando como um marcador de entrada e mudança de tópicos;
2. Segundo Passo → É reanalisado como afixo ao verbo;
3. Terceiro Passo → Seu uso é generalizado para outros contextos que não o de marcador de tópico.

A autora pondera que seria interessante confirmar a hipótese levantada empiricamente, com um estudo quantitativo. De nossa parte, é nosso intuito sustentar, teórica e empiricamente, a partir dos nossos resultados, a suspeita de um processo de gramaticalização pelo qual passe o pronome reflexivo SE na fala de Vitória da Conquista.

Trazendo mais luz sobre a questão, ao analisar o comportamento do clítico SE na fala de João Pessoa – Paraíba, Mello (2009) defende que as variações semânticas nas funções do pronome SE parecem atuar como indícios de trajetórias de mudança, que fazem com que a forma caminhe de uma função originária de pronome reflexivo a uma categoria de afixo verbal, mediante processo de gramaticalização. Contrariando a tendência geral do Português do Brasil, a frequência de realização do clítico dito reflexivo no português falado em João Pessoa é de 85%, contra apenas 15% de não-realização. Em conformidade com Mello (2009), postulamos que essa tendência de o clítico SE, de modo geral, ser largamente apagado em determinadas regiões e ser mantido em outras pode se tratar de um caso de gramaticalização: um determinado item, ao ser exaustivamente usado, ganha uma frequência bastante expressiva. Com isso, esse item se desgasta até chegar ao ponto de desaparecer. Esse comportamento evidencia que a manutenção e o apagamento refletem momentos distintos do processo, mas ambos representam estágios de seu processo de mudança.

A ideia de gramaticalização defendida para o caso do SE em Florianópolis (FREITAG, 2003), em João Pessoa (MELLO, 2009) e também em Vitória da Conquista, apoia-se, sobretudo, na proposta de Bybee e coautores (1994), em que os autores acreditam ter a repetição um papel fundamental no processo de gramaticalização. Compartilhando a mesma crença, explicamos: uma sequência de morfemas ou palavras frequentemente utilizada se torna automatizada como uma única unidade no processamento. A alta frequência de uso leva à reanálise, de modo que uma nova estrutura se desenvolve a partir de outra com o rearranjo das fronteiras entre os constituintes, desta forma: $[Suj_i + pro_i + verbo] > [Suj_i +$

(pro_i + verbo)]. O reflexivo SE, então, passa a se comportar, via gramaticalização, semelhantemente a um afixo, tornando-se parte integrante do verbo. Abaixo, exemplificamos com dados dos nossos *corpora*.

(132) Aí, quando aquela água baxava, ficava aquelas marcas horríveis na parede, e a gente...claro, a gente era pequena, a minha mãe ia limpar com a vizinha que se tornou amiga da gente. (DFP-PCVC-I-F)

(133) e aí se acha no direito de que... de... de... de achá que qué... que qué tуди... que qué tudo e pode tudo, e nem sempre você pode. (ESP-PPVC-II-F)

Os exemplos em (132) e (133) não deixam dúvida de que o SE adjungido ao verbo comporta-se como parte dele, funcionando como afixo. Tal percepção corrobora a nossa hipótese de gramaticalização, processo em que o SE migra de sua categoria inicial de pronome reflexivo e, mediante reanálise, passa a se especializar em funções cada vez mais gramaticalizadas, conforme já tivemos oportunidade de demonstrar, ao discutirmos e aplicarmos os cinco princípios de Hopper (1991) ao caso do SE no vernáculo conquistense. Dessa maneira, o SE em Vitória da Conquista, conforme nossa amostragem, estaria obedecendo às etapas do cline de gramaticalização proposto por Hopper e Traugott (1993, p.103): *item pleno* > *item gramatical* > *clítico* > *afixo*. A etapa seguinte é quando o SE atinge o estágio final do percurso, deixando de ocorrer na língua. Em algumas regiões do país essa fase já pode ser detectada, mas este não é, ainda, o caso da comunidade por nós investigada.

Avançando na discussão, com o intuito de entendermos o processo de variação no uso do pronome clítico SE e sua variante nula nos *corpora* PPVC e PCVC, expomos os resultados das análises a partir das variáveis linguísticas selecionadas pelo *GoldvarbX*.

5.3 RESULTADO DAS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

Conforme já anunciamos na subseção 5.1, as variáveis linguísticas selecionadas pelo programa *GoldVarb X* foram as seguintes: i) **tipos de SE** e ii) **classe semântica do verbo**. Discutiremos os resultados estatísticos, separando os fatores grupo a grupo. Para uma melhor visualização, apresentaremos tabelas de distribuição dos dados, nas quais, ao lado de cada fator, informamos o total de sua aplicação e o total geral das ocorrências, bem como a

frequência e os pesos relativos calculados pelo pacote de programas do *GoldVarbX*. Vejamos, pois, o que os números nos mostram.

5.3.1 Tipos de SE

A primeira variável linguística selecionada foi o fator **tipos de SE**, cujos resultados são apresentados na Tabela – 2 a seguir:

Tabela 2 – Aplicação da regra com relação à variável Tipos de SE

Tipos de SE	APL/Total	%	PR.
Reflexivo	70/81	86,4%	,77
Recíproco	73/91	80,2%	,70
Indeterminador	164/183	88,5%	,46
Inerente	145/207	67,7%	,35
Ergativo	37/55	67,3%	,32
Total de Aplicação	489/617		

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Os dados estão assim representados em pesos relativos, em função da variável **tipos do SE**: *reflexivos* com ,77 de presença, *recíprocos* com ,70, *indeterminadores* com ,46, *inerentes* com ,35 e *ergativos* com ,38. A medida considerada como *ponto neutro* é um peso de ,50, ou seja, todos os pesos acima de , 50 favorecem a ocorrência do fenômeno e todos os pesos abaixo desse valor inibem a aplicação. O que, de início, confirma a nossa hipótese de que os clíticos argumentais seriam os que persistem em se manter junto ao verbo.

A hipótese defendida para este GF era a de que realização do SE, por envolver aspectos semânticos e aspectos léxico-formais, seria favorecida pelos clíticos que possuísem mais valor informacional ou que fizessem parte da especificação lexical do verbo, ao passo que seria desfavorecida pelos clíticos que possuísem menos valor informacional ou que não fizessem parte da especificação lexical do verbo. A partir da conjugação desses dois aspectos, os clíticos utilizados nas estruturas em que se espera a presença da forma obedeceriam a seguinte hierarquia de realização: *SE reflexivo* > *SE recíproco* > *SE inerente* > *SE indeterminador* > *SE ergativo* > *SE apassivador* > *SE expletivo*.

Conforme exposto, dois tipos de SE foram excluídos por *knockout*: o SE *apassivador* e o SE *expletivo*, de modo que a gradação supracitada, excluindo-se os tipos de SE não selecionados, assim se expressa: *SE reflexivo* > *SE recíproco* > *SE inerente* > *SE indeterminador* > *SE ergativo*. Tendo em vista esse *continuum hierárquico* e os resultados

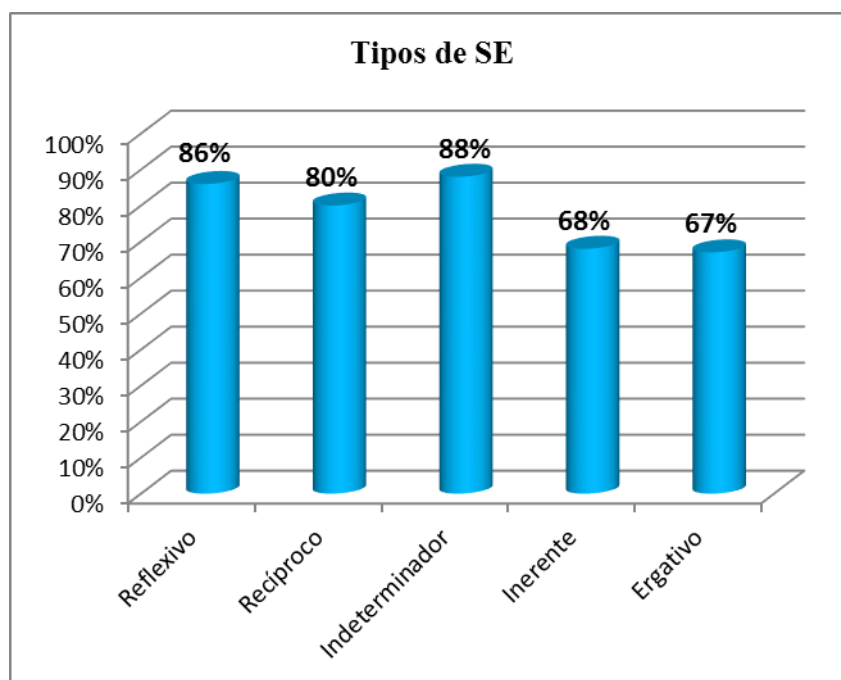
apresentados na Tabela – 2, confirmou-se a hipótese de que os clíticos *reflexivos* e *recíprocos*, por possuírem mais valor informacional, uma vez que são argumentais e estabelecem com o sujeito sintático uma relação de coindexação e correferencialidade, são mais propensos à realização, como se pode observar nos exemplos a seguir:

(134) eu preciso ganhá um salário que pra eu assim, pra mim comprá rôpa e sapato pra eles, as coisa pra eles **se mantê** (E.S.P.,PPVC,II,F)

(135) A gente **se** gosta muito, a gente... a gente conversa muito, a gente lê muito junto. (AI – PCVC – III – F)

Percebemos claramente, por meio dos exemplos em (134) e (135) que os clíticos *reflexivo* e *recíproco*, respectivamente, são essenciais à estrutura da qual fazem parte e, portanto, sua supressão acarretaria prejuízo ao sentido do enunciado. Como são os que mais possuem valor informacional, são também os que apresentam maior peso relativo - ,77 para o reflexivo e ,70 para o recíproco.

Os demais tipos de SE fazem parte do grupo não-reflexivo. Destarte, com menor valor informacional e, por isso mesmo, mais propensos ao apagamento. Numa posição intermediária, segundo nossas expectativas, estariam os clíticos *inerentes* em razão de fazerem parte das especificações lexicais do verbo, figurando como afixos. Porém, um peso relativo de ,46 para os *indeterminadores*, em detrimento de um valor menor gerado para os *inerentes*, ou seja, ,35, não correspondeu à ordem de aplicação que prevíamos. Cabe ressaltar, no entanto, que ambos os valores, juntamente com o peso de ,32 gerado para os *expletivos*, encontram-se abaixo do ponto neutro, o que indica que são menos produtivos no falar conquistense. Esses valores podem ser mais bem visualizados a partir do Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 – Presença x ausência do clítico conforme o tipo

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Como é possível visualizar no Gráfico - 2, dos clíticos do grupo não-reflexivo, os *indeterminadores* são os que mais se aproximam do ponto neutro. O peso relativo de ,46 nos revela que o SE, ao lado de sua variante nula, está ganhando força entre as estratégias de indeterminação do sujeito/agente disponíveis no Português do Brasil. De nossa parte, e em consonância com Mello (2009), essa tendência configura-se um indício de mudança incipiente, rumo a um estágio mais avançado do processo de gramaticalização do SE.

A seguir, apresentamos exemplos de presença e ausência de SE *indeterminador* em dados dos nossos *corpora*. Vejamos:

- (136) a adrenalina que Ø tinha com esse meter medo, com o medo que **se** metia, era maravilhosa. (AI-PCVC-III-F)
- (137) EU gosto da cidade de Vitoria da Conquista, eu acho uma cidade boa de **se** viver. (HFS-PCVC-II- M)
- (138) (...) Hoje não **se** pode fazê fogueira em qualqué rua, isso aí não Ø pode fazê mesmo (AI-PCVC-III-F)
- (139) eu acho ah... ah... o tipo de brincadera dinâmica, de brincadera atual, ela possibilita uma...um desenvolvimento cognitivo é... em algumas áreas melhor mas em outras eu acho que... que... em outros casos há prejuízos né... então eu acho que perde-**se** e ganha Ø (HFS-PCVC-II- M)

A realização e o apagamento do SE verificadas na fala do mesmo informante, em um mesmo turno conversacional, como em (136) e (139), remete ao princípio da *estratificação* (HOPPER, 1991) que atinge não apenas o SE *indeterminador*. Nesse caso específico, é mais uma evidência de que as variantes *preenchida* e *nula* dos tipos de SE selecionados nesta pesquisa coexistem em um mesmo âmbito linguístico. Isso não significa, contudo, que o *expletivo* e o *apassivador*, por não terem apresentado relevância estatística, estejam à margem dos fenômenos de mudança que atingem o pronome reflexivo no Português do Brasil. Sobre esse aspecto, argumentamos que é uma consequência da *dessemantização* (HOPPER; TRAUGOTT, 1993) desses clíticos. Opacos, não absorvem argumento e nem recebem caso, ou seja, possuem baixo valor informacional; por isso, tornam-se cada vez menos frequentes ao ponto de restarem para eles dois caminhos: ou se especializam como afixos verbais ou desaparecem.

5.3.2 Classe semântica do verbo

O GF **Classe semântica do verbo** foi considerado o segundo fator linguístico de maior significância pelo programa. Os números são os seguintes:

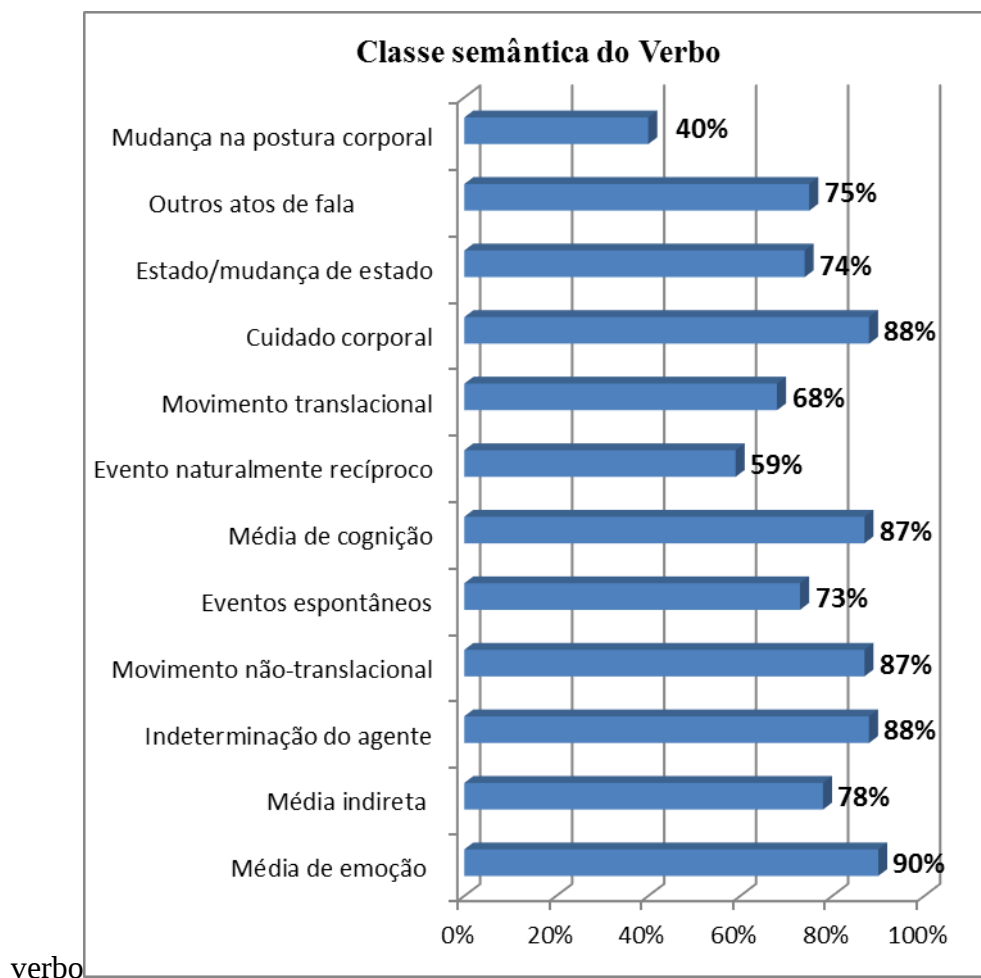
Tabela 3 – Aplicação da regra com relação ao GF traços semânticos do verbo

<u>Classe semântica do verbo</u>	<u>APL/Total</u>	<u>%</u>	<u>PR.</u>
Média de emoção	81/90	90%	,73
Média indireta	38/49	77,6%	,69
Indeterminação do agente	168/172	88,5%	,55
Movimento não-translacional	7/8	87,5%	,50
Eventos espontâneos	35/48	72,9%	,43
Média de cognição	40/46	87%	,42
Evento naturalmente recíproco	56/95	58,9%	,39
Movimento translacional	19/28	67,9%	,35
Cuidado corporal	15/17	88,2%	,35
Estado/mudança de estado	14/19	73,7%	,28
Outros atos de fala	12/16	75%	,27
Mudança na postura corporal	4/10	40%	,01

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Neste grupo de fatores, os tipos *média de emoção* (, 73), *média indireta* (, 69) e *indeterminação do agente* (, 55) são os que mais favorecem a aplicação da regra de presença do clítico junto ao verbo. O fator *movimento não-translacional* encontra-se exatamente no ponto neutro (,50) e as demais classes constituem contextos menos favorecedores do preenchimento do SE, conforme demonstramos no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Presença x ausência do clítico conforme a classe semântica do



Fonte: Elaboração da pesquisadora

Recordemos a nossa hipótese com base em Kemmer (1993): se uma língua dispõe de variação entre duas formas pronominais [realização vs apagamento], a forma fonologicamente mais pesada e independente será utilizada nos contextos de reflexividade e reciprocidade propriamente ditas, enquanto a forma fonologicamente mais leve (ou nula) tenderá a ser favorecida nas estruturas médias.

Contrariando as nossas expectativas, os índices encontrados revelam uma tendência de realização do SE em construções médias, conforme apontam os valores refletidos nos pesos

relativos visualizados na Tabela 3: ,73, ,69 e , 55, respectivamente, para os fatores *média de emoção*, *média indireta* e *indeterminação do agente*.

No domínio das **ações corporais** (*cuidado corporal*, *movimento não-translacional*, *mudança na postura corporal* e *movimento translacional*), que se aproximam do tipo *reflexivo* propriamente dito, as frequências encontradas apontam para a tendência de apagamento. Lembremos que essas são ações normalmente executadas em benefício do próprio agente; casos em que a presença do SE é, portanto, redundante. Como propõe D’Albuquerque (1988, p. 117-119), se um objeto regular pode ser omitido, um objeto pronominal também pode. Quando há uma grande previsibilidade semântica do objeto de um verbo, a superposição de papéis é sentida como tão óbvia que a marca de reflexividade se torna desnecessária a ponto de se esvair.

Como visto na **Seção 1**, Said Ali (1966) observa que em *aborrecer-se*, *excitar-se*, *arrepender-se*, não concebemos a pessoa como agindo sobre si mesma (ação reflexiva). Nesses casos, o que se expressa é um sentimento, indicando que a pessoa está vivamente afetada (BECHARA, 1980, 2001). Talvez isto explique a maior realização pronominal junto a verbos de natureza **emotiva** (, 73).

Quanto aos **eventos recíprocos**, os resultados indicam que essa classe segue a mesma tendência das **ações corporais**, já que condiciona a não-realização (,39).

O que nossos dados indicam é que nem todos os contextos, considerados semanticamente médios por Kemmer, favorecem a realização. Nos contextos em que o SE é argumental, (classes semânticas *cuidado corporal*, *movimento não-translacional*, *mudança na postura corporal* e *movimento translacional*), ele tende a ser apagado, ao passo em que a presença do item é favorecida nos contextos onde não mais expressa reflexividade, o que justifica a superioridade numérica do SE em contextos mediais. Esses resultados vão de encontro aos postulados de Camacho (2003), para quem o *marcador medial* (SE) estaria mais propenso à supressão. De acordo com o autor, do contexto de medialidade, diferentemente do que ocorre nos contextos de reflexividade e de reciprocidade, decorre o entendimento de que a ação verbal gira, inevitavelmente, em torno do sujeito, esvaziando, assim, a função desempenhada pelo clítico e fazendo com que ele se torne dispensável.

Fatores semânticos, como a conotação emotiva de uma expressão, ou a existência necessária ou não de um agente, têm influência decisiva na realização pronominal, como em (140), (141) e (142) a seguir. Vejamos:

- (140) Aí eu falei assim: “não, moça, vamo {risos}, vamo armá um encontro, não {risos} mas isso foi verdade vamo armá um encontro, fala que eu vô e você vai, aí chega lá cê fala que cê gosta dele que cê tá a fim dele, eu num quero nada não” {risos}. aí ela foi lá né, ele achô que era eu que ia, né, e aí se empolgô todo e foi pra esse encontro, chegou lá tava ela. Mar môss, nesse dia foi um péga pá capá, viu, a gente ficô de mal mar de dois meses, foi mesmo... (SJS–PPVC–I–F)
- (141) E eu gosto também eh, assim, vê que uma pessoa se sente bem perto de você e você faz bem àquela pessoa assim. (JLS–PCVC– I–M)
- (142) Ah... minha mãe é... uma pessoa é... que muito cuidadosa com os filhos né, que sempre se preocupou que sempre é... acompanhou a educação... né se esforçou pra que nós estudássemos o máximo possível. (HFS–PCVC–II– M)

Na próxima subseção, apresentamos o resultado da análise dos dados, levando em consideração as variáveis extralinguísticas (sociais) selecionadas pelo programa, a saber: i) **Escolaridade** e ii) **Faixa Etária**.

5.4 RESULTADO DAS VARIÁVEIS SOCIAIS

Vamos, na presente seção, discutir as duas variáveis sociais selecionadas pelo Programa: a escolaridade e a faixa etária.

5.4.1 Escolaridade

As variáveis sociais assumem um importante papel nesta pesquisa, pois, a partir dela, identificamos algumas tendências, além de verificarmos aspectos relacionados à avaliação da comunidade no que respeita à escolha de uma variante em detrimento da outra.

Nesta pesquisa, analisar o fator **escolaridade** permite verificar como o falante do *Português Popular* e do *Culto* se comportam em relação à realização e apagamento do pronome clítico SE em Vitória da Conquista. Os resultados dessa variável são bastante reveladores, visto que estamos lidando com a realização vs o apagamento do pronome clítico SE sob a influência das práticas de letramento a que o informante teve ou não acesso.

Vejam, a seguir, a Tabela - 4, em que apresentamos os resultados para essa variável:

Tabela 4 - Variável Escolaridade nos *corpora* PPVC e PCVC em dados percentuais e peso relativo

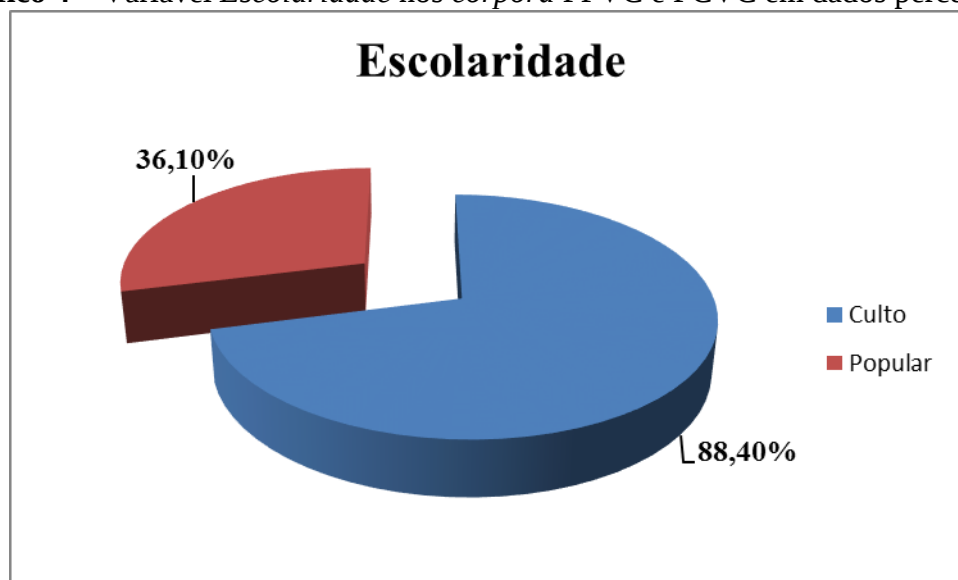
Escolaridade	APL/Total	%	PR
Culto	450/509	88,4%	,64
Popular	39/69	36,1%	,10

Fonte: Elaboração da pesquisadora

O grupo de fator ou variável **Escolaridade** foi a primeira variável social escolhida pelo Programa estatístico e também considerado o de maior significância. Conforme descrito na subseção da Metodologia, tomamos os fatores *popular* e *culto* para compor esse grupo, de acordo com os níveis de escolaridade dos informantes.

Os resultados demonstram que, entre os informantes do PCVC, a realização do SE é bem maior: 88,4%, resultando num peso relativo de ,64, ao passo que, entre os informantes do PPVC, a realização é de 36,1%, refletindo-se num peso relativo de apenas ,10. Visualizamos melhor esses resultados a partir da frequência apresentada no Gráfico 4 :

Gráfico 4 – Variável *Escolaridade* nos *corpora* PPVC e PCVC em dados percentuais



Fonte: Elaboração da pesquisadora

A escola tem participação efetiva na divulgação da noção de “língua de prestígio”, ou seja, à medida que se aumenta o nível de escolaridade, mais elaborado e formal é o nível de língua. É de se esperar, então, que cresça também a tendência ao emprego dos clíticos

anafóricos (GALVES, 2001, p. 141). Em consonância com o nosso estudo, sustentaram esse ponto de vista os resultados de Nunes (1995), assim como o de Rocha (1999), por exemplo.

Os dados apresentados no Gráfico 4 confirmam, portanto, a hipótese de que os informantes mais escolarizados tendem mais à realização do pronome clítico SE do que os informantes sem nenhuma escolarização ou menos escolarizados, sugerindo que o uso do SE, na verdade, é inserido no repertório linguístico do falante de Vitória da Conquista, mormente por intermédio do processo de escolarização. Ademais, atribuímos a esses resultados o fato de o apagamento ser visto com certo grau de censura, incluindo tal nível em um *continuum* tão invocado pela Sociolinguística para caracterizar fenômenos em que a censura social pode ser observada. Tal qual ocorre com o clítico acusativo, vislumbramos o uso do pronome SE na esfera do que Labov (1980) veio chamar de “marcador”.

Embora não tenhamos feito testes avaliativos, podemos afirmar que a variação limitada à baixa ou nenhuma escolaridade indica que a variável é saliente, à qual se atribui um valor social negativo. Certamente, podemos retomar futuramente tal questão para elucidar melhor o que ocorre no vernáculo de Vitória da Conquista, com base em nossa amostragem.

5.4.2 Faixa Etária

Analisar a variável *Faixa etária* é muito pertinente, dado que é por meio dela que vislumbramos a direção que o fenômeno vai apontar, se há uma mudança em curso ou se tal mudança não é indicada pelos dados. Em nosso caso, se o *apagamento do SE* poderá vir a se efetivar na comunidade de fala ou a realização há de predominar.

De acordo com Labov (2008 [1972]), em estudos que adotam a análise em *tempo aparente*, como é o caso do nosso, os resultados fornecidos pela variável *faixa etária* são cruciais para propiciarem ao pesquisador a observação dos possíveis processos de mudança em curso. No que se refere à realização do clítico SE, detalhamos os resultados dessa variável na tabela (5):

Tabela 5 - Variável Faixa etária nos *corpora* PPVC e PCVC em dados percentuais e peso relativo

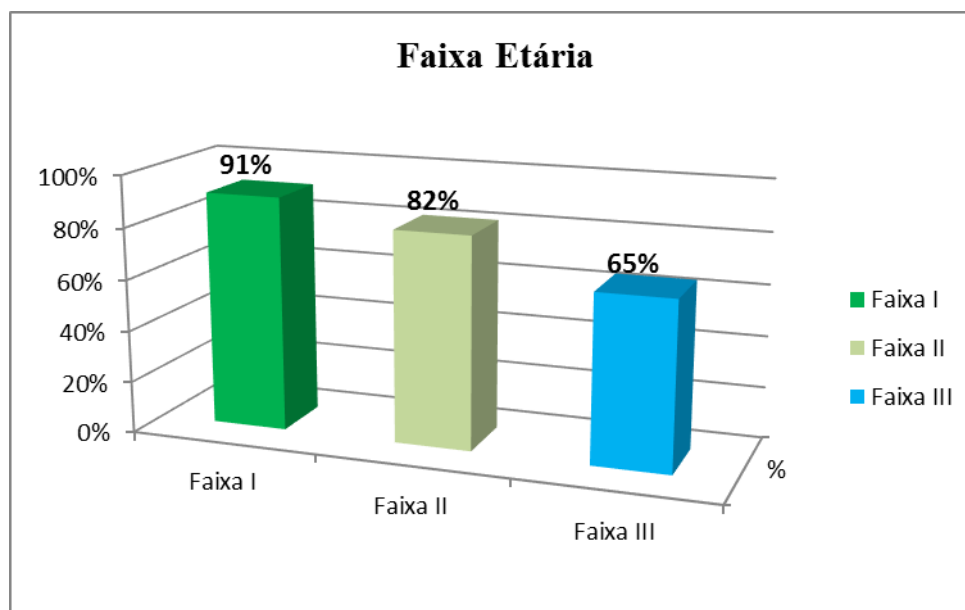
Faixa Etária	APL/Total	%	PR.
Faixa II	137/166	82%	,60
Faixa I	208/229	91%	,55
Faixa III	144/222	65%	,37

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Quanto a este grupo de fatores, a nossa expectativa inicial era a de que a ordem apresentada na Tabela (5) fosse diferente. Representando um *ponto neutro* na questão do emprego ou não do pronome, esperávamos que estivessem os adultos, e que o favorecimento à presença ocorresse entre os idosos, assim como o favorecimento à ausência ocorresse entre os jovens, já que, como afirma Monteiro (1994, p. 178), “[...] os clíticos aparecem um pouco mais na fala dos mais idosos”.

Os resultados mostraram, no entanto, que são os informantes da faixa etária intermediária – com frequência de realização de 82,5% e peso relativo de ,60 – que tendem mais à realização do pronome clítico SE, contrariando a hipótese de que tal tendência seria observada entre os informantes da terceira faixa. Com frequência de realização de ,55% e peso relativo de ,55, são os falantes mais jovens os que estão próximos do *ponto neutro*, indicando uma certa estabilidade quanto à aplicação da regra. Surpreendeu-nos também o fato de os informantes mais velhos serem os mais propensos ao apagamento do SE – com frequência de realização de 65% e peso relativo de ,37.

Gráfico 5 – Realização do Pronome SE segundo a variável Faixa Etária



Fonte: Elaboração da pesquisadora

A tendência geral é a de que novos usos de uma forma sejam mais recorrentes na fala de indivíduos de menor idade. De acordo com Tavares (2003, p.86-87), o esperado é que a recorrência das variantes inovadoras cresça à medida que diminua a idade dos informantes. Tal fato gera uma distribuição linear crescente: numa ponta da escala, está a faixa etária mais

jovem, com as frequências de uso mais elevadas, na outra ponta, a faixa etária mais velha, com as frequências de uso mais baixas.

Diante dos valores apresentados na Tabela 5, observamos que o uso do SE é bastante produtivo na comunidade de Vitória da Conquista – BA, especialmente, entre os mais jovens, embora os pesos relativos apontem para o fato de os informantes da Faixa II serem os que apresentam mais frequência, considerando o “equacionamento” e a relativização de cada variável controlada e de cada variável selecionada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, objetivamos analisar e descrever o funcionamento do clítico SE em estruturas tradicionalmente classificadas como reflexivas, bem como a variação entre o emprego e a omissão desse clítico na fala de informantes do Português Popular e do Culto de Vitória da Conquista-BA, levando em consideração fatores linguísticos e extralinguísticos que estariam atuando na realização da variável.

A hipótese geral lançada nesta pesquisa, ora dissertação, era a de que as variações semânticas nas funções do SE atuariam como indícios de trajetória de mudança, fazendo com que o clítico caminhe de uma função originária de reflexivo a uma categoria de afixo verbal, mediante processo de gramaticalização.

Os resultados obtidos confirmam a nossa hipótese inicial de que o pronome clítico SE na fala de Vitória da Conquista estaria se gramaticalizando como afixo verbal. Para respaldarmos o nosso estudo, fizemos uma análise da trajetória do SE ao longo do tempo, por meio de textos que tratam da Língua Portuguesa em períodos mais remotos. Com base nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista e do Sociofuncionalismo, analisamos as 48 entrevistas extraídas dos dois *corpora* orais, o *Corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista (*Corpus* PPVC) e o *Corpus* do Português Culto de Vitória da Conquista (*Corpus* PCVC), constituídos pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Sociofuncionalismo/CNPq – *Janus*, estratificadas quanto ao sexo, tempo de escolarização e faixa etária dos informantes. Submetemos os dados codificados às rodadas no GOLDVARB X.

Os números evidenciaram a preferência dos conquistenses pelo uso do clítico, em detrimento de seu apagamento. Das **617** ocorrências selecionadas, **489** apresentaram o pronome junto ao verbo, enquanto que em **128** ocorrências o pronome foi apagado, o que equivale a **79,3%** de presença contra **20,7%** de ausência do pronome. Quanto ao condicionamento linguístico, o uso do SE mostrou-se sensível ao *tipo de clítico* (*reflexivos* com **.77** de presença; *recíprocos* com **.70**; *indeterminadores* com **.46**; *inerentes* com **.35** e *ergativos* com **.38**.) e à *classe semântica do verbo*, demonstrando que os tipos *média de emoção* (**.73**), *média indireta* (**.69**) e *indeterminação do agente* (**.55**) são os que mais favorecem a aplicação da regra de presença do clítico junto ao verbo.

Em relação ao condicionamento social, constatamos que a presença do SE é mais favorecida entre os informantes mais escolarizados (peso relativo de **0.64**) e da faixa

intermediária (peso relativo de **.60**). Este último fator contrariou as nossas expectativas, pois esperávamos que o SE fosse mais apagado pelos falantes mais novos e não pelos falantes da terceira faixa, como os resultados apontaram.

Esses números indicam que o clítico SE tem seu uso expandido na fala de Vitória da Conquista. De uma função originária, propriamente reflexiva, ele acaba assumindo novas funções. À medida que vai alargando o seu contexto de ocorrências, o SE vai se tornando mais opaco e passa a conviver em contextos mais abstratos de uso, deixando sua tarefa primeira – a de estabelecer uma correferencialidade entre o sujeito e o objeto, ou seja, a de ter um sujeito que é agente e alvo de uma ação verbal a um só tempo – adquirindo novas nuances menos concretas.

Se o clítico vai chegar ao Estágio Zero do processo, desaparecendo da língua, não podemos precisar ainda. Até lá, o que pode ser afirmado é que este é um fenômeno que alavanca um incansável ciclo de gramaticalização: um SE que encerra várias funções, algumas delas mais frequentes na língua, outras caindo em desuso. Três características evidenciadas na pesquisa são importantes indícios do processo de mudança do clítico: sua inserção em contextos novos, sua neutralização para todas as pessoas pronominais e sua duplicação ou redobro, resultados de uma alta frequência de uso que, por sua vez, promove a expansão de seus contextos de atuação.

Destarte, reiteramos que os resultados estatísticos apresentados através da análise quantitativa se mostraram úteis a favor da comprovação da gramaticalização do SE em Vitória da Conquista. Com a pesquisa realizada, a qual originou a dissertação *O clítico SE no Português Popular e Culto de vitória da conquista: uma análise sociolinguística e sociofuncionalista*, esperamos contribuir para ampliar o cenário nacional de estudos linguísticos e, ao mesmo tempo, contribuir no refinamento dos pareceres científicos linguísticos acerca da temática por nós também discutida, sobretudo na Região Nordeste do país.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: O livro, 1920.
- BAGNO, M. *Dramática da Língua Portuguesa: Tradição Gramatical, Mídia e Exclusão Social*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- _____. *Norma linguística e preconceito social: questões de terminologia*. Veredas Revista de Estudos Linguísticos, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 71-83, 2001.
- BARBOZA, J. S. *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia de Lisboa, 1830.
- BARROS, J. *Grammatica da lingua portuguesa - Olyssipone - apud Lodouicum Rotorigiu[m]*, Typographum, 1540.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Edição Revista e Ampliada. 37. ed., Rio de Janeiro: Lucerna, 2004[1966].
- BRITO, A. M.; DUARTE, I.; MATOS, G. Tipologia e Distribuição das Expressões Nominais. In: MATEUS, M. H. M. *et al. Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003, 795-867.
- BUENO, F. S. *Grande Dicionário Etimológico – Prosódico da Língua Portuguesa*. 3.ed. v7. São Paulo: Edição Saraiva, 1967.
- BYBEE, J. & HOPPER, P. Introduction to frequency and the emergence of linguistic structure. In: BYBEE, J. & HOPPER, P. (Eds). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.
- _____; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the language of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CAMACHO, R. G. Construções Passiva e Impessoal: Distinções funcionais. *Alfa*, São Paulo. v. 44, p. 215-233, 2000.
- _____. Construções de voz. In: ABAURRE, B. M.; RODRIGUES, A. C. S. R. (Org.). *Gramática do Português Falado*. v. VIII. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 227-316.
- _____. *Em defesa da voz média no português*. Delta, São José do Rio Preto (SP). n. 19: 1. p. 91-121, 2003.
- CARVALHO, C. *O pronome se: uma palavra oblíqua e dissimulada*. 1990. Tese (Doutorado em Linguística) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.
- CASTILHO, A. T. *A gramaticalização*. *Cadernos de Estudos lingüísticos e literários*, n. 19: 25-64, março-1997.
- _____. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2016.

CHAMBERS, J.K. *Sociolinguistic theory*. 3.reimpressão. Oxford: Blackwell, 1997 [1995].

_____.; TRUDGILL, P. *Dialectology*. 2.a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

COELHO, F. A. *Theoria da conjugação em latim e português*. Lisboa: Typographia Universal, 1870.

COELHO, I. L.; GÖRSKI, E. M.; NUNES DE SOUZA, C. M.; MAY, G.; *Para Conhecer Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.

COELHO, J. S. B. *Semântica morfolexical: contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico*. 2004. 2 v. 575 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.

_____. *Gramática da Língua Portuguesa*. 11 ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

CYRINO, S. M. L. Construções com se e promoção de argumento. *Revista da ABRALIN*, v. 6, n. 2, p. 85-116, jul./dez. 2007.

D'ALBUQUERQUE, A. C. A perda dos clíticos em um dialeto mineiro. *Revista Tempo brasileiro: sociolinguística e o ensino do vernáculo*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1988, p. 97-121.

DIAS, A. E. S. *Grammatica Portuguesa Elementar*. Lisboa: A. Ferreira Machado Editores, 1881.

FURTADO DA CUNHA, M. A. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. Ed. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2013, p.157-176.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2003, p. 29-55.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: Edufn, 2007.

GALVES, Charlotte. *O enfraquecimento da concordância no português brasileiro*. In:

ROBERTS, I. & KATO, M. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

_____. *Syntax*. v. 1 e 2. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

_____. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

GONÇALVES, S. C. L. LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Orgs.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. et al. Tratado geral sobre gramaticalização. In: _____. *Introdução à Gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p.16-66.

GUIMARÃES, M. A. S. *Concordância nominal de número no português popular do Brasil: estudo de variação e mudança no vernáculo conquistense*. 2014. Dissertação (Mestrado).- Programa de Pós-Graduação em Linguística, UESB, 2014.

GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa – Instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HUNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

_____; KUTEVA, T. *Language contact and grammatical change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 17- 36.

_____. *Emergent grammar*. In: BLS. v. 13, p. 139-157, 1987.

_____; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HOUAISS, A. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade-Centro de Cultura, 1985.

_____. VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ILARI, R. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 1992.

_____. et. al. Os pronomes pessoais do Português Falado: roteiro para análise. In.: CASTILHO, Ataliba T.; BASÍLIO, Margarida. *Gramática do Português Falado: estudos descritivos*. Vol. IV. 2. ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

KAYNE, R. (1975). *French Syntax – The Transformational Cycle*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

KEMMER, S. *The middle voice*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1993.

KURYLOWICZ, J. The evolution of grammatical categories. KURYLOWICZ, J., *Esquisses Linguistiques II*. München : Fink, p. 38-54, 1965.

LABOV, W. *Padrões sociolingüísticos*. Trad. de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

_____. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. *Resolving the neogrammarian controversy*. *Languagen*, 1981,v.57, p. 267-309.

_____. *Principles of linguistic change*. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1994.

_____. (eds.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 235-250.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n. 12, p. 17-28, 1994.

_____. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizador: tendências atuais nas normas culta e popular. In: GROSSE, Sybille; ZIMMERMANN, Klaus (Org.). *Substandard e mudança no português do Brasil*. Frankfurt am Main: TFM, 1998. p. 1-26.

_____. *Parâmetros sociolingüísticos do português brasileiro*. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1 e 2, p. 83-112, dez. 2006.

MACHADO, José Pedro (1977). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 4.ed. v 5. Livros Horizonte.

MACIEL, M. *Grammatica descritiva: baseada nas doutrinas modernas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922

MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*. Curitiba: HD Livros Editora, 1934.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. (org.). *Manual de Lingüística*. 1a ed., 1a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

MATEUS, Maria Helena Mira. Galego e português: uma só língua? *Estudos linguísticos e literários*, n.05, p.15-31, 1986.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto; Bahia: EDUFBA, 1991.

_____. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala x a língua que se ensina*. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. Alguma reflexão sobre a questão da unidade original galego-portuguesa. In: ALBÁN, Maria del Rosario Suárez (Org.). *Língua e imigração galegas na América Latina*. Salvador: EDUFBA, 1998. p.97-103.

_____. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

MEDEIROS, R. H. A. Aspecto urbano de Conquista através da história. In: *Fifó*, Vitória da Conquista 11 de novembro de 1977. *Ensaio Conquistenses*, p. 7 - 9.

MELLO, F. R. “*Acabou-se o que era doce. Quem comeu se regalou-se*”: Uma análise do clítico se em João Pessoa na interface Sociolinguística/Gramaticalização. 2009. 322f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MENDES, G. F.; ALMEIDA, M. G. Território e lugar nas representações do Sertão da Ressaca, Bahia, Brasil. In: *Cuadernos de Geografía*, Bogotá, n. 16, p. 39-47. 2007.

MILROY, J. *Linguistic variation and change*. Oxford: Blackwell, 1992.

MONTEIRO, J. L. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

NASCENTES, A. *O idioma nacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1960.

_____. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1922/1953.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *A Gramática. História, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.

NICHOLS, J. Functional Theories of Grammar. *Annual Review of Anthropology*, v. 43, 1984, pp. 97-117, Berkeley.

NUNES, J. *O Famigerado SE: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e se indeterninador*. 1990. 189 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1990.

_____. *Ainda o famigerado se*. *D.E.L.T.A.*, v.11, n.2, p.201-240, 1995.

_____. *Triangulismos e a sintaxe do português brasileiro*. In: CASTILHO et al. (Orgs.), 2007, p. 25-33.

NUNES, J. J. *Compêndio de gramática histórica portuguesa: fonética e morfologia*. 8.ed. Lisboa: Clássica, 1975.

OLIVEIRA, M. Nós se cliticizou-se?. In: LOBO, Tânia Conceição Freire *et al.* *Para a história do português brasileiro*. Salvador : EDUFBA, 2006. v. 6, t. 1-2. P. 413-424.

OLIVEIRA, F. *Grammatica da linguagem portuguesa*. Lisboa, 1536. Disponível em: <http://purl.pt/369/1/ficha-obra-gramatica.html>.

OSÓRIO, P.; MARTINS, E. F. *A Sintaxe das Construções com Se no Português do Brasil*. Chamusca: Zaina Editores, 2007.

_____. O Se apassivador/indeterminador: de Fernão de Oliveira a Manuel Botelho. In: UBILetras, nº1 (*Revista Electrónica* do Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior. Covilhã (Universidade da Beira Interior), Janeiro de 2010, 17 páginas.

PAGOTTO, E. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. 1992. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas, 1992.

PEREIRA, A. L. D. *Os pronomes clíticos do PB contemporâneo na perspectiva teórica da Morfologia Distribuída*. 2006. 204f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PEREIRA, D. C. *Variação e mudança no uso dos pronomes reflexivos no português popular da capital paulista: uma abordagem funcionalista e cognitivista*. 2007. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. 11. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1913[1881].

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. 13. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1907[1888].

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003.

ROCHA, A. *Clíticos reflexivos: uma variante sociolingüística na cidade de Ouro Preto*. 199. Dissertação (Mestrado) – UFMG, Belo Horizonte, 1999.

RODRIGUES, J. M. Sobre um dos usos do pronome se: as frases do tipo vê- se sinais. In: *Boletim da Segunda Classe da Academia de Ciências de Lisboa*, v. II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914. p. 3-14.

ROMANELLI, R. C. *O Supletivismo Indo-Europeu na Morfologia Latina*. Belo Horizonte : Imprensa Universitária, 1975.

SAID ALI, M. *Dificuldades da língua portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1966.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. *Goldvarb X: um aplicativo de regra variável para Macintosh e Windows*. Departamento de Linguística, Universidade de Toronto, 2005.

SCHERRE, M. M. P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SILVA, C. R.; OLIVEIRA, M. J. Variação/mudança numa perspectiva sociofuncionalista. *Migulim – Revista Eletrônica do Netlli, Crato*, v. 6, n. 2, p. 243-264, maio-ago. 2017.

SILVA, J. A. A.; SOUSA, V. V. *Pelo “Sertão da Ressaca”: contribuições para a compreensão da sócio-história do Português Popular do Brasil*. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/361.p.5-21>. Acesso em: 16 nov. 2017.

SOUSA, M. A. S. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

SUÁRES, A. M. L. *Manual de Ciencias da Linguaxe*. Galicia: Edicións xerais de Galicia, 2000.

SOUZA, J. A. *As estruturas reflexivas no português popular do interior do estado da Bahia*. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. *As estruturas reflexivas no português afro-brasileiro*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

TARALLO, F. L. *A pesquisa sócio-lingüística*. 7. ed., São Paulo: Ática, 2007 [1982].

TAVARES, M. A. *A gramaticalização de e, daí, aí, então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. 2003. Tese. (Doutorado em Linguística) – UFSC, Florianópolis, 2003.

_____. Gramática emergente e o recorte de uma construção gramatical. In: SOUZA, Edson Rosa de (Org.). *Funcionalismo lingüístico: análise e descrição*. São Paulo: Contexto, 2012a. p. 33-51.

_____. *Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e a mudança lingüística*. Edição Especial ABRALIN/SE, Itabaiana/SE, Ano VIII, v.17, jan./jun. 2013, p. 27-48.

TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization. In: JUCKER, Andreas H.; TAAVITSAINEN, Irma (Eds.). *Historical pragmatics*. Berlin: de Gruyter, 2010. p. 97-126

VIEIRA, S. R. *Colocação pronominal nas variedades européia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em português*. 2002. 441 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.

VILELA, M. & KOCH, I. V. *Gramática da Língua Portuguesa*. Porto/ Portugal: Almedina, 2001.

VITRAL, L. *A evolução do se reflexivo em português na perspectiva da gramaticalização*. In: LOBO, Tania et al. (Orgs.). *Para a história do português brasileiro*. Salvador : EDUFBA, 2006. v. 6, t. 1-2, p. 107-163.

_____. *A Interpolação de Se e suas conseqüências para a Teoria da Cliticização.*, Revista da ABRALIN, 2002, v.1,nº 2, p.161-197.

WEINREICH, U.; LABOV, W. & HERZOG, M. I. *Empirical Foudantions for a Theory of Language Change*. Austin-London: University of Texas Press. 1968.

_____. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].